



Sustentabilidade, Turismo e Áreas Protegidas: a abordagem da resiliência no contexto do Parque Natural Vale do Guadiana

Cátia Sofia Magrito Ribeiro

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Engenharia do Ambiente

Orientador: Doutora Maria João Prudêncio Rafael Canadas

Co-orientador: Doutora Ana Maria Contente de Vinha Novais

Júri

Presidente: Doutora Elizabeth da Costa Neves Fernandes de Almeida Duarte.
Professora Catedrática do Instituto Superior de Agronomia da Universidade
Técnica de Lisboa.

Vogais: Doutor José Manuel Osório Barros de Lima e Santos. Professor
Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutora Maria João Prudêncio Rafael Canadas, Professora Auxiliar do Instituto
Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutora Ana Maria Contente de Vinha Novais. Professora Auxiliar do Instituto
Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Pedro Nuno Azenha da Rocha, Instituto da Conservação da Natureza e
das Florestas.

Lisboa, 2012

Porque as minhas conquistas jamais dependem somente de mim...

Aos meus pais, pelo amor incondicional ao longo de toda a vida, por terem apoiado sempre as minhas escolhas, e por me terem permitido dedicar inteiramente aos estudos, libertando-me de tudo o resto. Sem eles, este percurso, jamais teria existido.

Ao meu irmão, pela paciência, o amor e pela exigência. O único que tem, verdadeiramente, a “coragem” de me criticar, mostrando-me que posso sempre dar mais.

Ao Pedro Rosa, pelo amor e apoio incondicional, pela paciência, a compreensão e a amizade, ao longo de todos estes anos. Por todas as vezes que me limpou as lágrimas, que me ouviu barafustar contra o sistema, que levou com “aulas” e por todas as vezes que troquei a sua companhia por cadernos e livros. Por ter dado sempre tanto e exigido tão pouco.

Aos meus três mosqueteiros, Lisandra Pereira, Marta Martinho e João Cardoso, pela partilha e pela amizade, ao longo destes 5 anos. Foram sempre o primeiro apoio dentro de “campo” e, tantas vezes, fora dele, são os “meus irmãos de armas”. Obrigado pela “viagem”.

À Romina Correia e à mestre Erika Santos porque tantas vezes foram fontes de inspiração.

Ao João Neves, pela ajuda nos tpc's de física do secundário, por ter sido o “pára-quedas” no IST, pela revisão dos abstracts, pelos dias inteiros de companhia a “cachar” e a fazer planos, pelo apoio que sempre deu e dá, estando aqui ou a mais de 3600 km's de distância e, sobretudo, pela amizade.

À família Oliveira e amigos, em especial à “mãe” Natércia, ao “pai” Joaquim e à “mana” Joana, não só por me terem aberto a porta de suas casas, como das suas vidas, e por me terem acolhido como membro da família. Um obrigado ainda maior à “mana” Carina Oliveira, pela amizade, apoio e carinho, pois sem ela, eu jamais teria feito parte do clã. Obrigado também, por ter mitigado o esforço emocional (e económico), numa altura tão importante, assim como em tantas outras...

A todos: engenheiros, professores, agricultores, comerciantes, empresários, funcionários de câmara e de juntas de freguesia, pescadores, enfermeiros, reformados...que se disponibilizaram prontamente a responder a inquéritos e entrevistas, a conversar comigo, que me abriram tantas vezes as portas de suas casas e gabinetes, dando-me o privilégio de realizar um trabalho de campo gratificante. Tantos foram os momentos em que, para além de regressar a casa com o cérebro a transbordar de informação, trouxe, também, o coração a transbordar de felicidade.

E como o tema desta tese surgiu do enorme prazer que me deu realizar um primeiro trabalho, não poderia deixar de agradecer ao Paulo Cavaleiro por ter aceitado, “timidamente”, realiza-lo comigo.

Às minhas orientadoras, Professoras Doutoras Maria João Canadas e Ana Maria Novais, por terem aceite este desafio, pelo apoio extremo, pela paciência infinita e porque, desde do início, terem-me feito sentir que o trabalho não era apenas meu, era nosso.

À Professora Doutora Elizabeth Duarte por confiar nas minhas capacidades mesmo quando nem eu própria confio e porque, sem ela, eu hoje jamais estaria “aqui”.

A todos, professores, amigos, colegas de trabalho, que dentro e fora das aulas, foram fazendo parte da minha vida, ao longo destes anos, ensinando-me, apoiando-me, inspirando-me e estimulando-me a ir mais além, e que de algum modo ajudaram a fazer de mim aquilo que sou hoje, e a profissional que serei amanhã. Para todos eles, que não identifiquei (a lista é longa), o meu mais sincero obrigado.

"When you look at the history of humanity it's basically about the relationship between the two most complicated systems on earth—human society and nature. If people have not lived in a good balance in that regard, then they will be gone. At the end of the day, when we all talk about saving the environment, in a way it's misstated because the environment is going to survive. We're the ones that may not survive, or we may survive in a world that we don't particularly want to live in."

Kenny Ausubel

Resumo

O quadro teórico-metodológico da Resiliência vem alterar o modo de compreender os sistemas socio-ecológicos e de avaliar a sustentabilidade dos mesmos, pois privilegia uma visão holística e incorpora a incerteza como elemento chave dos seus modelos. Recentemente foi desenvolvida uma adaptação desta abordagem para a análise da sustentabilidade do Turismo em Áreas Protegidas. Esta dissertação parte desta proposta para analisar o caso concreto do Sistema Turismo no Parque Natural Vale do Guadiana (PNVG).

Na primeira da dissertação faz-se uma revisão da noção de sustentabilidade, a sua importância no sector turístico, em particular no turismo que ocorre em áreas protegidas, e o modo como este pode influenciar o desenvolvimento de áreas rurais. Comparam-se, também, várias metodologias de avaliação de sustentabilidade, explicando com detalhe a metodologia da resiliência. Numa segunda parte, aplica-se esta metodologia à análise do sistema Turismo no PNVG com o propósito de discutir o contributo da gestão do turismo para a resiliência deste sistema como um todo. Reflete-se, ainda, acerca das vantagens e dificuldades da utilização do quadro de análise da resiliência na gestão sustentável de sistemas de turismo.

Palavras-chave: Sustentabilidade Sistemas Socio-Ecológicos, Resiliência, Áreas Protegidas, Turismo de Natureza, Incerteza

Abstract

The Resilience thinking changes our way of understanding the Social-Ecological Systems and of assessing their sustainability because it favors a holistic vision and uncertainty is the key feature in its models. Recently a revision of this approach has been developed to analyze the sustainability of protected area tourism. This dissertation takes this conceptual framework and tries to apply it to a specific case study, the Parque Natural Vale do Guadiana's tourism system. In the first part of this dissertation a review about the sustainability concept and its importance in the tourist sector, especially in protected areas tourism, is made and the way that it can affect the development in rural areas is discussed. A comparison between several methodologies for assessing the sustainability of tourism with a detailed explanation about the resilience thinking and its framework is also presented.

In the second part, this methodology is applied to the analysis of the tourism system at the Parque Natural Vale do Guadiana (PNVG) in order to discuss the contribution of tourism management to the system's resilience as a whole. A reflection on the advantages and disadvantages of the use of the resilience framework in the sustainable management of tourism systems is also made.

Keywords: Sustainability, Social-Ecological Systems, Resilience, Protected Areas, Nature Tourism, Uncertainty

Extended Abstract

Since 1987, when the Brundtland report was published, the concept of sustainable development has started to go through all the spheres of life, but their importance only was recognized worldwide since The United Nations Conference on Environment and Development, in 1992 (known as the Earth Summit). Thenceforward, many methodologies for assessing the sustainability of sectors, companies, systems, etc. have been developed, but the majority of these do not take into account the systems' dynamics and many forget that sustainability is not only economic or environmental, but is also social.

The Resilience Thinking changes our way of understanding Social-Ecological Systems and of assessing their sustainability because it favors a holistic vision and uncertainty is the key feature in its models. Resilience is about risk, complexity and disturbances, known and unpredictable, it's about ecosystems and people and it's about perceptions and knowledge, learning and innovation. Recently a revision of this approach was developed to analyze the sustainability of protected area tourism, but it never was applied. This dissertation takes this theoretical framework and tries to apply it to a specific case study, the Parque Natural Vale do Guadiana's tourism system.

In the first part of this dissertation a review about the sustainability concept and its importance in the tourist sector, especially in protected areas tourism, is made and the way that it can affect the development in rural areas is discussed. A comparison between several methodologies for assessing the sustainability of tourism with a detailed explanation about the resilience thinking and its framework is also presented.

In the second part, this methodology is applied to the analysis of the tourism system at the Parque Natural Vale do Guadiana (PNVG). Using interviews, surveys and a bibliographic review, the system is identified and characterized and the scales above and below the focal system and their interactions are discussed as well. In the end, the system is examined in light of the resilience models, the influence of governance in the management of the system, and the contribution of tourism for the whole system's resilience. The main question is: How does tourism have to be managed in order to concur for the resilience of the whole system?

There is also a reflection on the advantages and disadvantages of the use of the resilience framework in the sustainable management of tourism systems.

There is a long way to go until we can understand the socio-ecological systems. Resilience Thinking can be a seed for a new way to explore systems, understand the world and manage it. There are, yet, a lot of things to do and test, and this work only lifted a tip of the veil, but it is a beginning... the rest will be done in a future work.

Índice Geral

Resumo	iv
Abstract	v
Extended Abstract	vi
Lista de Abreviaturas	ix
Índice de Quadros	x
Introdução	1
1. Sustentabilidade, Turismo e Áreas Protegidas	3
1.1 Sustentabilidade	3
1.2 Turismo	5
1.2.1 Tipos de turismo	5
1.2.2 Desenvolvimento sustentável do turismo	8
1.3 Áreas Protegidas e Turismo de Natureza	10
1.4 Rural, turismo e desenvolvimento rural	12
2. Metodologias de análise da sustentabilidade no turismo: uma discussão	15
2.1 Desafios à análise da sustentabilidade do turismo	15
2.2 Metodologia proposta por Tsaur <i>et al.</i> (2006)	17
2.3 Metodologia da Resiliência	20
2.3.1 Principais Noções e Conceitos	21
2.3.2 Aplicação a um sistema de turismo numa Área Protegida	30
3. Delimitação, caracterização e evolução do sistema	35
3.1 Delimitação do sistema focal	35
3.2 Perfil histórico e interação entre escalas	37
3.3 Caracterização do sistema focal	45
3.3.1 O Parque Natural Vale do Guadiana	45
3.3.2 Comunidades Locais	48
3.3.3 Turismo	51
4. Modelos de resiliência e considerações sobre a gestão do sistema	58
4.1 O sistema turismo no PNVG no modelo “ <i>ball-in-the-basin</i> ”	58
4.2 O sistema turismo no PNVG no modelo dos ciclos adaptativos	62
4.3 Considerações sobre a gestão do sistema	64
Conclusões	75
Referências Bibliográficas	78
Anexos	i
Anexo I - Guião da entrevista exploratória	i
Anexo II – Questionários de Inquérito	iii
Questionário aos operadores turísticos	iii
Questionário aos residentes	xi
Questionário aos turistas	xv

Anexo III – Localização, descrição e justificação da recolha de dados.....	xviii
Anexo IV – Mapa das zonas de caça	xxi
Anexo V – Atividades económicas dos residentes do concelho de Mértola (2001 e 2011) ..	xxii
Anexo VI – Calendários Venatório e de Observação de Aves em Mértola	xxiii
Anexo VII – Relações entre as diferentes partes interessadas no turismo	xxiv

Lista de Abreviaturas

AP – Área Protegida
ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola
AFN – Autoridade Florestal Nacional
CAE – Classificação da Atividade Económica
DGT – Direção Geral de Turismo
ETA – Estação de Tratamento de Águas
FAC – Federação Alentejana de Caçadores
INCB – Instituto da Natureza e Conservação da Biodiversidade
INE – Instituto Nacional de Estatística
ISA – Instituto Superior de Agronomia
IUCN - International Union for Conservation of Nature
OMT – Organização Mundial de Turismo
ONU – Organização Nações Unidas
PAC – Política Agrícola Comum
PEDAP – Programa Específico Desenvolvimento Agricultura Portuguesa
PN – Parque Natural
PNTN – Plano Nacional de Turismo da Natureza
PNVG – Parque Natural Vale do Guadiana
POAP – Plano de Ordenamento de Áreas Protegida
RNAP – Rede Nacional de Área Protegida
S.R.O.A – Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário
SEIS – Sistema de Indicadores de Ecoturismo Sustentável
SES – Sistema Socio-Ecológico
TER – Turismo Espaço Rural
UE - União Europeia
UNEP – United Nations Environment Programme
UNWTO – World Tourism Organization United Nations
WTTC – World Travel & Tourism Council

Índice de Quadros

Quadro 2.1 – Capacidade de resposta de várias metodologias aos desafios colocados à avaliação de sustentabilidade do turismo	19
Quadro 3. 1 – Entrevistas realizadas	35
Quadro 3.2 – Espécies faunísticas no Parque Natural Vale do Guadiana	47
Quadro 3.3 – Caracterização dos principais sistemas ecológicos existentes no PNVG e respetivos elencos florísticos	47
Quadro 3.4 – População residente no concelho de Mértola por freguesia, sexo e escalão etário	48
Quadro 3.5 – Opinião dos residentes inquiridos sobre a criação do Parque e apuramento da utilização dos recursos naturais por parte destes	50
Quadro 3.6 – Atividades que atualmente geram rendimento e emprego na região e atividades em que se deveria apostar para desenvolver a mesma, de acordo com a opinião dos residentes inquiridos	50
Quadro 3.7 – Principais atributos do Parque para atrair turistas de acordo com a perceção dos residentes	51
Quadro 3.8 – Caracterização da oferta turística (emprego gerado, concentração e qualificação) e da procura (época e volume)	56
Quadro 3.9 – “Perfil” dos visitantes do PNVG no Verão, com base na informação recolhida nos inquéritos	56
Quadro 4.1 – Evolução da população residente no concelho de Mértola entre 1900 e 2011	59
Quadro 4.2 – Evolução da distribuição da população ativa do concelho de Mértola por Classificação Portuguesa da Atividade Económica (CAE)	60

Índice de Figuras

Figura 2.1 – Representação do modelo <i>ball-in-the-basin</i>	25
Figura 2.2 – Representação do ciclo adaptativo e suas fases	25
Figura 2.3 – Dois tipos de ligações possíveis entre ciclos adaptativos constituintes de uma <i>Panarchy</i>	28
Figura 2.4 – Esquema da aplicação da metodologia da resiliência	32
Figura 2.5 – Quadro conceptual de aplicação da metodologia da resiliência ao caso concreto do SES Turismo em AP	34
Figura 3.1 – Delimitação geográfica do sistema focal Turismo no Parque Natural Vale do Guadiana	37
Figura 3.2 – Perfil histórico do sistema com os principais acontecimentos (perturbações) a negrito e com a indicação dos três períodos distintos por que passou o sistema	45
Figura 4.1 – Evolução da população residente no concelho de Mértola entre 1900 e 2011	59
Figura 4.2 – Perfil de evolução da variável Qualidade Ambiental	62

Introdução

Quando se discute desenvolvimento sustentável é incontornável falar do relatório da Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas de 1987, mais conhecido por Relatório Brundtland, ou por *Our Common Future*. No entanto, tal como explicitado no próprio Relatório, as preocupações com o desenvolvimento humano e as suas consequências para o meio ambiente começaram na década anterior (UN, 1987).

No início da década de 70, as preocupações concentravam-se, sobretudo, nas consequências negativas diretas no ambiente, provenientes da industrialização. Em 1972, na Conferência de Estocolmo, houve uma tentativa de comprometer os países desenvolvidos e em desenvolvimento a unirem-se, para juntos delinearem os direitos do Homem a um ambiente salutar e produtivo. Porém, na década de 80 começou-se a perceber que, ao contrário do que se pensava, os problemas ambientais não tinham só consequências para os países desenvolvidos, mas também, e de forma mais gravosa, para os países em desenvolvimento. Percebeu-se também que *“the “environment” is where we all live; and “development” is what we all do in attempting to improve our lot within that abode. The two are inseparable.”* (UN, 1987, p.7). Assim sendo, tratar as questões do ambiente de forma isolada, sem ter em conta as ações humanas e as suas necessidades e ambições, faz com que não seja possível tratar verdadeiramente as questões relacionadas com o mesmo (UN, 1987, p.7; Kates, 2010; Kates *et al.*, 2005; Strickland-Munro *et al.*, 2009).

Depois do Relatório Brundtland, as questões relacionadas com o ambiente passaram diretamente para a agenda dos assuntos internacionais, desenvolveram-se várias metodologias para tornar os processos mais sustentáveis e para avaliar essa sustentabilidade. Hoje em dia, ser sustentável é a prioridade principal de cada sector de atividade, em países desenvolvidos, logo a seguir ao crescimento económico. No entanto, passados mais de 20 anos após este Relatório, os problemas de fundo que Brundtland pôs em evidência, permanecem os mesmos. As desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento têm aumentado, produzem-se mais alimentos, mas cada vez há mais pessoas a morrer à fome, continua-se a consumir recursos esgotáveis a um ritmo crescente e continua-se a não se ser capaz de distinguir entre desenvolvimento e crescimento económico (Veiga, 2005).

Em volume de negócios, o turismo é uma das maiores indústrias do mundo. Devido ao seu crescimento desenfreado começaram a tornar-se visíveis os impactos negativos no ambiente e nas sociedades, consequentes desta atividade. Como o desenvolvimento do turismo encontra-se fortemente dependente dos recursos patrimoniais e naturais dos territórios onde ocorre, foi-se tomando consciência da necessidade de tornar este sector de atividade, ambiental e socialmente responsável (Saarinen, 2006; Weaver, 2008; Dinis, 2005). Apesar desta consciencialização datar dos anos oitenta, nos dias de hoje permanecem, ainda, discussões sobre como tornar o desenvolvimento do turismo sustentável e como medir essa sustentabilidade (Saarinen, 2006).

Esta dissertação tenta discutir as limitações que as metodologias de avaliação da sustentabilidade existentes possuem e utiliza o recente quadro teórico-metodológico da resiliência para “avaliar a sustentabilidade” de um sistema concreto: o sistema Turismo no Parque Natural Vale do Guadiana (PNVG). Esta metodologia tem a ambição de analisar sistemas socio-ecológicos, interligando, não só as diferentes componentes do sistema, como diferentes escalas temporais e espaciais, ou seja, tenta conciliar a premente necessidade de salvaguardar os recursos sem, no entanto, aniquilar a capacidade de desenvolvimento humano.

Deste modo, os objetivos principais deste trabalho são a operacionalização do quadro teórico proposto por Strickland-Munro *et al.* (2009) para a análise da resiliência de sistemas de turismo em áreas protegidas (AP) e discutir a questão: como gerir o turismo existente no PNVG de modo a concorrer para a resiliência do sistema como um todo?

Com vista a atingir os objetivos propostos, esta dissertação foi organizada em duas grandes partes. Na primeira parte é feito o enquadramento teórico-metodológico deste trabalho, onde são postos em evidência as problemáticas e desafios associados às definições de sustentabilidade, desenvolvimento do turismo e às suas diferentes tipologias. Dá-se especial atenção às sinergias e constrangimentos do desenvolvimento turístico em áreas protegidas, e ao modo como esta atividade pode concorrer para dar resposta aos desafios que o espaço rural português enfrenta na atualidade. Ainda na primeira parte, num segundo ponto discutem-se os desafios inerentes à operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável do turismo e analisam-se várias metodologias que procuram medir essa sustentabilidade, dando especial atenção à metodologia proposta por Tsaur *et al.* (2006). Faz-se, também, a descrição detalhada do quadro teórico-metodológico da resiliência, explicitando os seus fundamentos, principais noções e conceitos. Descreve-se, igualmente, o quadro teórico proposto por Strickland-Munro *et al.* (2009) para a análise da resiliência de sistemas de turismo em áreas protegidas.

Na segunda parte desta dissertação aplica-se o quadro teórico-metodológico ao caso concreto do sistema Turismo no Parque Natural Vale do Guadiana. O sistema em estudo é delimitado e caracterizado, é realizada a sua resenha histórica e, por fim, aplicam-se os dois modelos da resiliência a este. Termina-se discutindo como gerir o turismo no PNVG de modo a que este concorra para a resiliência do sistema como um todo.

1. Sustentabilidade, Turismo e Áreas Protegidas

1.1 Sustentabilidade

“A riqueza não é evidentemente o bem que procuramos, é apenas um meio para alcançar qualquer coisa mais”
Aristóteles (PNUD, 1994 *in* Silvano, 2006)

Durante décadas, desenvolvimento foi sinónimo de crescimento económico, havendo a cega crença de que a ciência e a tecnologia conseguiam ultrapassar todas as limitações, uma boa vida era uma vida urbana, os recursos poderiam ser explorados indefinidamente a belo prazer pelo Homem e o crescimento económico era perpétuo e global (Silvano, 2006). No entanto, à laia de tanto se assentar os esforços da humanidade na persecução desta ilusão obteve-se o oposto do pretendido: grandes desigualdades económicas e sociais, de tal forma que houve uma “divisão” entre os países do norte, desenvolvidos e industrializados, e os do sul, em desenvolvimento e pobres (Silvano, 2006). Isto porque ficaram de fora destes modelos de desenvolvimento várias questões pertinentes, tais como o despovoamento, a escassez de recursos, a poluição, a destruição do ambiente, a desigualdade de oportunidades e os desequilíbrios territoriais (Silvano, 2006). Foi assim ficando claro que a capacidade de desenvolvimento de um local depende do seu contexto económico, social e cultural, assim como das suas características/condicionantes ambientais específicas, como sejam o seu clima, a sua vulnerabilidade a catástrofes naturais, a sua riqueza em recursos naturais, o seu grau de poluição, etc. e como tal, este deve ser definido localmente. Contudo, mesmo num determinado local este não é imutável e estático, tendo tendência a alterar-se com o tempo (Silvano, 2006).

Deste modo, as Nações Unidas começaram a perscrutar novos conceitos de desenvolvimento e de bem-estar das várias nações, com o objetivo de promover o equilíbrio entre todos os povos. Foi neste contexto que começou a emergir o conceito de desenvolvimento sustentável (Silvano, 2006).

A primeira definição de desenvolvimento sustentável, ou pelo menos a definição mais amplamente disseminada pelo mundo e que é tida por muitos como o primeiro marco deste conceito (Kates *et al.*, 2005), foi proferida por Brundtland, em 1987, no relatório *Our Common Future* e afirma: “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que permite as gerações atuais satisfazerem as suas necessidades sem comprometerem a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (UN, 1987, p.37).

Esta definição, tantas vezes vista como um oxímoro, é frequentemente citada, mas a explicação detalhada sobre o significado concreto da mesma, que se encontra no Relatório, é esquecida repetidas vezes, por quem tem pretensões de a aplicar (Kates *et al.* 2005). Segundo o Relatório Brundtland esta definição encerra dois conceitos chave: limitações e necessidades (UN, 1987, pág. 37).

As necessidades humanas são as necessidades básicas – comida, abrigo, roupas, emprego, dando especial atenção à supressão das mesmas nos países em desenvolvimento. O crescimento económico é tido, segundo o Relatório das Nações Unidas, como necessário para manter a sustentabilidade, mas apenas se houver equidade e partilha de riqueza e de recursos com os mais desfavorecidos, sendo a equidade encorajada pela participação de todos os cidadãos.

Os limites impostos ao desenvolvimento para que este seja sustentável são os impostos pela quantidade de recursos existente, pela sua taxa de renovação e pela capacidade do ambiente em absorver os efeitos das atividades humanas (UN, 1987; Kates *et al.*, 2005).

Foi a partir da Conferência Mundial de Desenvolvimento Sustentável, Johannesburg 2002, que os três pilares fundamentais para a sustentabilidade, ecológico, social e económico (UN, 1987; Saarinen, 2006; Kates *et al.*, 2005) foram amplamente reconhecidos como essenciais na busca pelo desenvolvimento sustentável. Foi, também, o momento em que as várias nações que assinaram a declaração perceberam que era agindo e criando objetivos e metas concretas assentes nesses pilares que se poderia começar a “sonhar” em tornar este conceito abstrato e tantas vezes visto como utópico, numa realidade concreta e objetiva (Kates *et al.*, 2005; UN, 2006).

Rapidamente estes pilares foram aceites de forma universal. Todavia, os detalhes na sua concretização ainda hoje variam muito, tanto em termos do que é que cada um abarca e rejeita, como o peso dar a cada um deles. Esta dificuldade ocorre, principalmente, ao nível do pilar social, pois este acaba por ser o pilar com definição menos precisa e em que, na maioria das vezes, mais não é do que o colmatar do pilar económico (Kates *et al.*, 2005). A estes pilares adicionam-se três princípios fundamentais: equidade, visão holística e perspetiva de perenidade no tempo, ou seja, de futuro (Saarinen, 2006; Kates *et al.*, 2005). Brundtland acrescentou ainda a necessidade da participação pública nas tomadas de decisão no que se refere à visão de desenvolvimento de um território (Kates *et al.*, 2005; UN, 1987).

Após a definição de desenvolvimento sustentável de Brundtland surgiram centenas de definições alternativas e distintos modos de aplicação. Por um lado, isso permite que cada pessoa/instituição/organização possa utilizar este termo ao serviço dos seus objetivos individuais tornando-o, consequentemente, em “*greenwash*” de atividades prejudiciais ao ambiente e/ou às sociedades, o que leva ao seu total descrédito (Kates *et al.*, 2005). Por outro lado, a sua ambiguidade permite maleabilidade suficiente para que se adapte aos desafios que enfrenta, que são tão complexos, heterogéneos e diversos quanto são diversificados os sistemas naturais e as sociedades pelo mundo. Esta flexibilidade abarca a ideia de dinâmica e a capacidade de este se poder adaptar a diferentes situações e contextos e dar resposta a desafios concretos, ao longo de diversas escalas temporais e geográficas. Deste modo, o conceito de sustentabilidade pode ser utilizado para medir sistemas tão diversos como o desenvolvimento de um sector, de uma cidade, da agricultura mundial, ou de uma quinta em particular (Kates *et al.*, 2005).

Assim, apesar desta ambiguidade criativa e liberdade de interpretação, há que ter em mente que os princípios e valores subjacentes na definição de Brundtland devem ser as “linhas” orientadoras da persecução do desenvolvimento sustentável. Estes não são fixos e imutáveis, mas sim, fruto de um diálogo global que decorre há mais de duas décadas sobre o que deveria verdadeiramente significar sustentabilidade, chamando para o debate todas as partes interessadas (Kates *et al.*, 2005).

1.2 Turismo

“Zukünftig wird es nicht mehr darauf ankommen, dass wir überall hinfahren können, sondern ob es sich lohnt, dort noch anzukommen.” - Hermann Löns (1908) (Patacho, 2010).

O conceito de turismo tem evoluído ao longo dos anos, existindo hoje várias definições, todas elas muito abrangentes e pouco precisas, entre as quais, a definição da Organização Mundial de Turismo (OMT), que define turismo como “*the activities of persons travelling to and staying in places outside their usual environment for not more than one consecutive year for leisure, business and other purposes*”. (Silvano, 2006; Dinis, 2005).

O turismo é tido por muitos como a maior indústria do mundo, só sendo ultrapassado, em termos de volume de negócios, pelo tráfico ilegal de armas (Saarinen, 2006). Este contribui anualmente, direta e indiretamente, em conjunto com o sector das viagens, para 9% do PIB mundial e com 260 milhões de postos de trabalho. (Saarinen, 2006). É esperado que até 2021 este sector proporcione um aumento de 69 milhões de postos de trabalho por todo o mundo, em que cerca de 4 a 5 milhões dos mesmos irão estar localizados nas regiões menos desenvolvidas – América Latina, África, Médio Oriente e na Ásia, excluindo o Japão (WTTC, 2011).

Associado ao conceito de turismo é necessário definir, também, o conceito de turista, ou seja, aquele que faz turismo. Se a definição de turismo não é de todo consensual, a de turista muito menos. Assim, para a realização desta dissertação optou-se por utilizar a definição da Organização das Nações Unidas (ONU), que foi adotada pela *United Nations of World Tourism Organization* (UNWTO) (UNWTO, 2012). A ONU definiu e diferenciou turista, visitante e excursionista. Segundo esta definição: “o visitante é a pessoa que se desloca temporariamente para fora da sua residência habitual, quer seja no seu próprio país ou no estrangeiro, por uma razão que não seja a de aí exercer uma profissão remunerada. O turista é o visitante temporário que permanece no local visitado mais de 24 horas e o excursionista é um visitante temporário que permanece menos de 24 horas fora da sua residência habitual” (Dinis, 2005).

1.2.1 Tipos de turismo

Para muitos autores existem dois tipos de turismo: o turismo de massas (“*sun, sand and sea*”), considerado de grande escala e, em oposição a este, o turismo alternativo, ou seja, todas as outras formas de turismo alternativas ao turismo de massas que são vistas como menos prejudiciais para o ambiente e para as comunidades recetoras. Dentro do turismo

alternativo encontram-se vários tipos de turismo, como seja o turismo de natureza, o turismo selvagem, o cultural, o de aventura, o agroturismo, o rural, etc., sendo estes, muitas vezes, confundidos ou denominados erroneamente de ecoturismo (Weaver, 2008).

Ecoturismo, segundo Ceballos-Lascurían é “o turismo que envolve viajar para áreas relativamente não perturbadas e não contaminadas com o objetivo específico de estudar, admirar e apreciar (usufruir) a paisagem e as suas plantas e animais selvagens, assim como outros aspetos culturais (passados e presentes) existentes nessas áreas” (Weaver, 2008). Mais tarde, foram propostos três critérios para definir ecoturismo: possuir uma base natural, possuir uma componente de educação e aprendizagem e ter uma gestão sustentável. A estes critérios Weaver (2008) acrescentou mais dois: este tem de ser uma forma de turismo e tem de ter viabilidade financeira. Deste modo, o turismo de natureza não é, necessariamente, sinónimo de ecoturismo, assim como não o são o turismo selvagem, de aventura ou qualquer outro tipo de turismo alternativo existente (Weaver, 2008).

Para muitos autores, o turismo de massas e o turismo alternativo são mutuamente exclusivos, sendo o turismo de massas considerado como mau turismo e o turismo alternativo, de pequena escala, considerado inerentemente como o bom turismo (Weaver, 2008). No entanto, com o surgimento, na década de 90, da plataforma baseada no conhecimento (plataformas de Jafary) começou-se a questionar a ideia de que os contributos e as desvantagens associadas a diferentes tipos de turismo pouco, ou nada, se devessem à sua escala. Para alguns autores, o turismo alternativo pode conter diversas desvantagens que não se encontram no turismo de massas, tais como retornos económicos pequenos e inadequadas economias de escala, que impossibilitam ou dificultam a implementação de práticas de promoção de sustentabilidade e que levam a que os preços praticados sejam de tal modo elevados que, em muitos locais, estas formas de turismo sejam apenas acessíveis a elites. Ou seja, todos os tipos de turismo têm potencial para gerar impactos negativos que dependem, principalmente, das atividades praticadas, das suas características, do meio em que estas ocorrem e da sensibilidade do turista para os seus impactos no meio envolvente (Weaver, 2008).

Um dos principais benefícios económicos do turismo é gerar rendimentos que possuem, na maioria das vezes, um efeito multiplicador, isto é, cada despesa de um turista circula na economia local através de uma série de “ondas” (Dinis, 2005). No entanto, quanto mais dependente estiver o destino das importações, para a satisfação das necessidades dos turistas, maior é a fuga de rendimentos existente e, como tal, menor é o seu contributo para o estímulo dessa mesma economia (Dinis, 2005; Weaver, 2008). Isto ocorre, sobretudo, em países em desenvolvimento, onde a maioria dos lucros gerados pelo turismo ficam nas mãos de empresas multinacionais, de agências de viagens, de promotores e de governos estrangeiros, geralmente nos países de origem dos turistas. Isto porque nos países com uma economia fraca, a capacidade de fornecer bens e serviços que os turistas requerem é diminuta, sendo necessário recorrer a importações (Dinis, 2005; Weaver, 2008).

Outro contributo do turismo em termos económicos é a criação de postos de trabalho, diretos e indiretos, a nível local. No entanto, o crescimento do turismo tem levado ao aumento da concorrência entre destinos, o que faz com que o fator qualidade seja algo imprescindível nesta “corrida” por atrair turistas. Deste modo, se os destinos não tiverem profissionais qualificados e em vez de dar formação aos residentes, para que se possa gerar trabalho direto a nível local, “importarem” pessoas qualificadas de outras origens então, o contributo na criação de emprego e de fixação da população torna-se diminuto (Dinis, 2005; Weaver, 2008). Também o facto de o turismo ser tantas vezes sazonal faz com que o emprego gerado pelo mesmo também o seja, principalmente no que diz respeito a empregos pouco qualificados. Assim, os empregados sazonais podem ficar desempregados e, consequentemente, sem fonte de rendimento, durante parte do ano (Dinis, 2005; Weaver, 2008).

Em termos económicos, o turismo pode ainda contribuir para atenuar o défice das balanças de pagamentos de certos países, aquando estes fazem poucas importações para a satisfação das necessidades turísticas, podendo estes rendimentos ajudar a pagar importações de bens alimentares, de consumo, tecnológicos e de capital (Weaver, 2008; Dinis, 2005). Existe também o reverso da medalha, principalmente em destinos insulares pequenos. Estes podem tornar-se completamente dependentes do turismo, o que os torna muito vulneráveis, económica e socialmente, quando existe a saturação dessa região como destino turístico, ou quando ocorrem desastres naturais que impeçam ou quebrem o fluxo de turistas (Dinis, 2005).

Ainda a nível económico, o preço de bens, serviços, terrenos e habitações tem tendência a aumentar em destinos turísticos, sobretudo nos destinos em que o sistema turístico se encontra bem desenvolvido, como na orla costeira algarvia. Se por um lado isto é ótimo para quem vende, para a população, de um modo geral, há perda do poder de compra (Dinis, 2005).

Com frequência o turista internacional procura a autenticidade e proximidade com a natureza e com o outro, especialmente quando visita sociedades muito distintas da sua, menos desenvolvidas e menos modernizadas. Esta “pressão” por parte da procura permite que estas sociedades e as suas tradições sejam valorizadas impedindo, ou atenuando, a velocidade do seu desaparecimento (Dinis, 2005). A criação de museus e campos arqueológicos, mesmo que com vista unicamente à exploração turística, permite preservar o património construído, a história e a identidade do local (Dinis, 2005).

Nesta esfera existem também impactos negativos associados à atividade turística, como seja o choque cultural, que tantas vezes se dá entre a comunidade hospedeira e os turistas. A falta de sensibilidade e de compreensão por partes destes últimos para com as comunidades que os acolhem, faz com que muitas vezes estas sintam a sua privacidade a ser invadida, retraindo-se. Acresce ainda o facto de, por vezes, existir um grande choque económico entre hóspedes e hospedeiros, o que origina sentimentos de frustração nos residentes e sentimentos hostis contra os turistas. Muitas vezes, começam a questionar os seus valores, tradições e cultura, quando percebem que os visitantes se sentem chocados ou demasiadamente curiosos com estas (Dinis, 2005; Weaver, 2008). Há, ainda, quem considere que o turismo é o principal vetor de mudança nas sociedades, por levar a que estas se modernizem, outros dizem que

este é apenas o catalisador que acelera o processo conduzido, principalmente, pelos efeitos da globalização (Dinis, 2005).

Em termos ambientais, se o turismo for planeado, a melhoria de estradas, a preservação de jardins, a construção de infraestruturas, como ETA's, com vista a satisfazer as necessidades turísticas, pode contribuir para a redução da poluição e para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente nesses locais. Do mesmo modo, a criação de parques naturais e de reservas permite preservar espécies e/ou ecossistemas que de outro modo tenderiam a desaparecer (Dinis, 2005).

Outro benefício do turismo, em termos ambientais, é o facto de este contribuir para a divulgação de vários atributos e valores ecológicos, sensibilizando mais pessoas para a necessidade da sua preservação e com isso poder contribuir para a captação de divisas para a conservação dos mesmos (Rosa, 2009).

Por outro lado, qualquer atividade humana tem impactos negativos sobre o ambiente, de forma mais ou menos direta. Mais pessoas, maior a probabilidade de aumentar a pressão sobre os recursos, gerar mais resíduos e, conseqüentemente, gerar impactos de maior magnitude e intensidade. Acresce a isto, o facto de que muitas atividades turísticas não terem qualquer controlo ou regulamentação que permita atenuar os seus impactos sobre o meio, ou compensá-los, o que leva a que essas conseqüências possam, a curto-médio prazo, degradar o ambiente de forma irreversível e até, inviabilizar a continuação das atividades que lhe deram origem (Dinis, 2005)

Hoje em dia já há, porém, por parte do sector turístico, a consciência de que o turismo tem como um dos seus principais componentes, o meio envolvente e os recursos naturais e por isso, a sua exploração e deterioração têm de ser controladas, de modo a que este não transporte em si as sementes da sua própria destruição (Dinis, 2005; Weaver, 2008; Saarinen, 2006).

1.2.2 Desenvolvimento sustentável do turismo

As preocupações com a sustentabilidade do turismo, além de se deverem muito ao aparecimento e generalização do conceito de desenvolvimento sustentável são, também, fruto do aumento de conhecimento sobre as conseqüências do crescimento desenfreado do turismo e das questões ligadas ao ambiente em geral (Saarinen, 2006). Em certas zonas do globo, como no caso da costa mediterrânica, os efeitos negativos desse crescimento sobre o ambiente e sobre o futuro do turismo nesses locais, já se sentem e preocupam a indústria turística há algumas décadas (Saarinen, 2006).

A procura por um turismo ambientalmente consciente e socialmente responsável aumentou significativamente na década de 80, sobretudo, fomentada pelos turistas ocidentais (Saarinen, 2006). No entanto, até ao início da década de 90, as discussões sobre turismo sustentável eram essencialmente ao nível conceptual (Ko, 2005).

Na década de 90, após se ter percebido que o conceito de capacidade de carga do meio trazia problemas operacionais e até teóricos (Saarinen, 2006) e após a definição de

desenvolvimento sustentável, com a publicação do Relatório de Brundtland, o interesse pelos impactos do turismo ganhou novo fôlego. Deste modo, nas décadas seguintes, organizações internacionais, como a WTO e as Nações Unidas, desenvolveram vários projetos e programas em torno da definição de turismo sustentável (Dinis, 2005; Saarinen, 2006).

Muitos dizem que a definição exata de turismo sustentável não existe, devido a todos os problemas conceptuais e desentendimentos existentes sobre a mesma (Saarinen, 2006). Há também quem defenda que a definição de turismo sustentável é claramente centrada no turismo e é vista como uma deturpação do conceito de desenvolvimento sustentável em prol dos objetivos económicos deste sector, ou seja, é definida como “o turismo que é economicamente viável mas que não destrói os recursos dos quais dependerá o seu futuro, com especial atenção ao ambiente físico e comunidades locais” (Saarinen, 2006).

A Organização Mundial de Turismo propôs, então, uma definição para turismo sustentável que vai ao encontro da definição de desenvolvimento sustentável proposto por Brundtland, retirando a centralidade do pilar económico da mesma. Para a OMT *“sustainable tourism development guidelines and management practices are applicable to all forms of tourism in all types of destinations, including mass tourism and the various niches tourism segments. Sustainability principles refer to the environmental, economic and socio-cultural aspects of tourism development, and a suitable balance must be established between these three dimensions to guarantee its long-term sustainability”* (Dinis, 2005).

Os princípios para um turismo sustentável, de acordo com esta definição, são a utilização, de forma sustentável, dos recursos naturais, sociais e culturais; a redução do consumo excessivo e dos desperdícios; a manutenção da diversidade social, cultural e natural; a integração do turismo no planeamento estratégico, tanto a nível nacional como local; o apoio às economias locais; o envolvimento das comunidades locais de modo a que todos tirem o máximo partido do sistema turístico; a promoção da participação pública de organizações e residentes de modo a mitigar a existência de conflitos entre as comunidades e a indústria; uma formação sólida para que a qualidade do serviço seja elevada; divulgação da responsabilidade turística através de marketing; e a realização de investigação para perceber os problemas e os benefícios dos destinos turísticos, tanto a nível dos consumidores como da indústria e populações (Dinis, 2005);

Apesar da falta de consenso sobre a definição e operacionalização do conceito de sustentabilidade no sector turístico, esta tem o mérito de promover a existência de uma plataforma em que cada parte interessada pode discutir e chegar a um acordo das ações a realizar, refletindo sobre as consequências das mesmas (Saarinen, 2006).

O importante, de acordo com a definição proposta pela OMT, e que comunga do conceito de desenvolvimento sustentável, é que independentemente das atividades e das suas características, o que se pretende é gerir as mesmas de modo a reduzir os seus impactos negativos e promover os positivos, em termos sociais, ecológicos e económicos. Assim, a sustentabilidade do turismo é, pois, uma definição muito associada ao ecoturismo e ao turismo

de natureza, mas que deve ser transversal aos vários tipos de turismo, tenham estes uma base natural, maior ou menor, sejam estes de pequena ou de grande escala.

1.3 Áreas Protegidas e Turismo de Natureza

“El gran libro, siempre abierto y que debemos esforzarnos en leer, es de la naturaleza” - Gaudí

A crescente preocupação com a depleção dos recursos naturais, devido às atividades humanas, levou à criação da primeira área protegida (AP), o Parque Nacional de Yellowstone. Criado em 1872, nos Estados Unidos da América, este parque tinha como intuito proteger da extinção certas espécies, como as Sequoias da Califórnia e os bisontes americanos (Figueira, 2011).

Área protegida designa, de acordo com o *Internacional Union for Conservation of Nature* (IUCN), todo o: “espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido para alcançar a longo prazo a conservação da natureza, com os serviços dos ecossistemas e valores culturais associados, através de meios legais ou outros meios efetivos”. (IUCN, 2012).

Em Portugal, a primeira AP a ser criada foi o Parque Nacional da Peneda Gerês, a 8 de Maio de 1971, pelo decreto nº 187/71, com intuito de conservar os solos, os recursos hídricos e a biodiversidade faunística e florística, assim como as paisagens, valorizando as atividades humanas do local (ICNB¹, 2012). Atualmente existem 50 áreas protegidas em Portugal que, de acordo com os objetivos específicos de conservação de cada uma, encontram-se divididas em: Parque Nacional (só existe, até à data, o da Peneda Gerês), Parques Naturais, Monumentos Naturais, Sítios Classificados, Reservas Naturais, Reservas Botânicas, Paisagens Protegidas e uma Área Protegida Privada (Área Protegida Privada da Faia Brava). Dependendo da entidade gestora, estas podem ser designadas de áreas protegidas nacionais (criadas e geridas pela autoridade nacional de conservação da natureza), áreas protegidas regionais/locais (criadas e geridas por associações de municípios, ou por um município) e áreas protegidas privadas (áreas criadas e geridas por privados) (ICNB, 2012).

O caso de estudo deste trabalho decorre no Parque Natural Vale do Guadiana (PNVG) que é uma área protegida de âmbito nacional. De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB), “entende-se por parque natural uma área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços. A classificação de um parque natural visa a proteção dos valores naturais existentes contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação.” (ICNB, 2012)

¹ Na altura da recolha de informação designava-se por Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), atualmente designa-se por ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas).

Tanto a nível nacional, como regional/local, é o Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho que regula o processo de criação de uma área protegida, pública ou privada. As áreas protegidas nacionais, assim como as áreas protegidas privadas, passam automaticamente a pertencer à Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP). Já as áreas protegidas de âmbito regional/local dependem da avaliação da autoridade nacional para poderem ser integradas ou excluídas da mesma. A rede de áreas protegidas portuguesa encontra-se sob a tutela do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território² através do Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB, 2012)

Cada vez mais é reconhecido o poder que a natureza e os seus atributos têm em atrair turistas a um local. Neste contexto, nos países industrializados, as áreas rurais e, principalmente, as AP que lhes estão associadas são, por excelência, locais de elevado atrativo turístico devido às paisagens, geografia, urbanismo, história, fauna, flora e etnografia que contemplam e preservam (Strickland-Munro *et al.*, 2009; Dinis, 2005). Segundo Tito Rosa, ex-presidente do ICNB, só é possível atingir o objetivo principal de uma AP, o de conservar os recursos e serviços dos ecossistemas, assim como os atributos naturais e culturais da mesma, se forem dados a conhecer aos cidadãos o valor dos mesmos e se os deixarmos usufruir destes. Segundo este engenheiro, só se pode gostar se se conhecer, e quem gosta e pode usufruir, torna-se, segundo as palavras do mesmo, “no primeiro soldado de um exército de promotores e combatentes pela proteção da natureza” (Rosa, 2009). Deste modo, desde que as atividades turísticas não conflituem com os interesses de conservação de uma área protegida, estas são de extrema importância para a divulgação e gestão sustentável desses mesmos recursos (Rosa, 2009; Figueira, 2011).

O mercado mundial de turistas ligados a atividades de natureza, sobretudo a parques naturais, estima-se que seja ente 7 a 20 % do mercado das viagens internacionais (Figueira, 2011). Perante estes números e estando estas áreas maioritariamente em zonas de baixa densidade populacional e de menor desenvolvimento, o turismo, como negócio, e quando realizado de forma sustentável, pode ser benéfico económica e socialmente para a região onde se encontra a AP, ou seja, pode ser visto como uma via de desenvolvimento. O ICNB, ciente do facto, promoveu, em parceria com as secretarias do turismo e do ambiente, a criação do Programa Nacional de Turismo da Natureza (PNTN) que é exclusivo da RNAP (Rosa, 2009). O PNTN tem subjacente um conjunto de orientações políticas, de nível internacional, para o desenvolvimento sustentável destas áreas, em que o turismo tem o objetivo de permitir a recuperação e conservação do património natural e cultural apoiado em quatro vetores principais: a conservação da natureza, o desenvolvimento local, a qualificação da oferta turística e a diversificação da atividade turística. (Rosa, 2009; Figueira, 2011; ICNB, 2012). Foi sob este programa que em 1998 foi criada a designação de turismo da natureza. Dez anos depois, esta designação foi redefinida pelo Decreto-Lei 109/2009 de 15 de Maio. De acordo com este, designa-se por Turismo de Natureza “a atividade turística que decorre em áreas

² Atual Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

classificadas ou outras com valores naturais, que seja como tal reconhecida pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade” (DL 109/2009).

Dentro das áreas protegidas e fora dos perímetros urbanos só empresas que tenham obtido o seu reconhecimento como atividades de turismo de natureza podem fornecer atividades de animação turística ou marítimo-turísticas. (ICNB, 2012).

O PNVG, assim como a maioria dos parques naturais portugueses, não possui carta de desporto na natureza. Os objetivos deste documento são o de sistematizar as atividades que podem ser desenvolvidas no parque em questão, os locais em que estas podem ocorrer e os cuidados a ter na realização das mesmas, assim como ajudar na sua promoção e incentivar empresas de animação turística a realizá-las. Soma-se a esta falha, a carência de guias de natureza, contemplados na legislação, que possam melhorar a qualidade das visitas às áreas protegidas, assim como a falta de infraestruturas e serviços adequados ao desenvolvimento das atividades turísticas e a ausência de planos de gestão da atividade no contexto da conservação dos recursos e/ou a desadequação deste à realidade de cada parque. Estes fatores condicionam os objetivos que o PNTN persegue (ICNB, 2012).

O ICNB disponibiliza no seu *site* quadros-resumo sobre as atividades que podem ser praticadas em cada área protegida, de modo a facilitar a leitura dos regulamentos, planos de ordenamento e das cartas de desporto na natureza, quando existem.

1.4 Rural, turismo e desenvolvimento rural

“Pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro.” – Heródoto

Antigamente os contornos do espaço rural eram definidos pela produção agrícola. Atualmente denominam-se por zonas rurais, os aglomerados populacionais com menos de 2.000 habitantes (Baptista, 2005).

Em Portugal, a primeira legislação que surgiu associada ao turismo em espaço rural (TER) não foi propriamente com o intuito de promover o turismo nestas áreas, mas sim, com o objetivo de requalificar e desenvolver o espaço rural quando este deixou de conseguir acompanhar o ritmo de desenvolvimento do litoral (Figueira, 2011).

De acordo com a Direção Geral de Turismo, a definição de TER, adotada pela Comissão Europeia para Turismo em Espaço Rural, é bastante ampla, pressupondo toda a atividade turística que é praticada em áreas rurais (Silvano, 2006). O TER distingue-se do turismo mais convencional devido, sobretudo, ao serviço personalizado, ao contacto com a natureza e com as práticas e tradições rurais, com a possibilidade de usufruir dos produtos tradicionais portugueses e de sentir e envolver-se num ambiente genuinamente português (Silvano, 2006). Este tipo de turismo abrange, por isso, várias tipologias como sejam o turismo de natureza, o turismo cultural, o ecoturismo, o enoturismo e o agroturismo.

Foi com o aparecimento do TER que começaram a surgir as primeiras modalidades de alojamento nas áreas rurais e, conseqüentemente, nas Áreas Protegidas, visto a maioria das

AP portuguesas encontrarem-se em zonas rurais e constituírem espaços privilegiados em que os recursos naturais e a cultura da população que nelas habita serem conservados (Figueira, 2011; Dinis, 2005). Este tipo de turismo pode ser um veículo de desenvolvimento dos espaços rurais através da geração de rendimentos, promoção de emprego e de construção de infraestruturas (Silvano, 2006). Em 2008 estavam em funcionamento em Portugal 1.047 unidades de Turismo de Habitação e de Turismo em Espaço Rural, que no conjunto concentravam cerca de 56,8 % das camas existentes no país. O principal país emissor de turistas para este mercado em 2008, tendência já observada por Dinis em 2004 (Dinis, 2005), foi a Alemanha, que deteve 25 % da procura por parte de estrangeiros (Turismo de Portugal, 2008).

A reforma da Política Agrícola Comum (PAC), em 1992, assim como os vários programas que surgiram a partir da Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural, em 1996, entre os quais: o Ruris, o Agros, o Agris, o LEADER e o LEADER+, apesar de continuarem focados na agricultura, tentaram conciliar o desenvolvimento agrícola com o desenvolvimento rural, com o intuito de promover a revitalização da economia das zonas rurais, periféricas e desfavorecidas, tendo por base a atividade agrícola associada a outras atividades complementares, como o turismo rural, a produção de bens alimentares típicos de qualidade, a proteção do ambiente e dos recursos naturais, o desenvolvimento e ordenamento da floresta, etc. (Silvano, 2006).

Para muitos o turismo é visto como a tábua de salvação do mundo rural português. Contudo, para vários autores “estas atividades podem produzir efeitos perversos nas áreas rurais, com ênfase para a perda da autenticidade da ruralidade e do rural (as áreas rurais como reservas de “índios” para serem visitadas) e da museificação do rural, para a recriação e reinvenção do rural” (Silvano, 2006; Figueira, 2011; Baptista, 2005). Além do mais, na maioria dos casos os benefícios económicos e sociais, como a captura de divisas, a geração de emprego local e o rejuvenescimento da região acabam por ficar muito aquém do que era espectável, pois, muitas vezes, o investimento é exterior, o emprego é sazonal e as empresas criadas são de pequena dimensão e há má articulação entre os vários componentes do sector. Por outro lado, os impactos negativos, que muitas vezes se pensam serem inexistentes, acabam por surgir com o desenvolvimento do turismo na região, como seja a extinção da atividade agrícola e da estrutura sociocultural, a destruição da biodiversidade, o aumento da erosão dos solos, o esgotamento dos recursos básicos, como seja a água, principalmente para os habitantes, e a alteração da paisagem devido à construção de novos complexos com diferentes estilos arquitetónicos (Silvano, 2006).

Apesar dos esforços acredita-se que ainda não existem políticas verdadeiramente vocacionadas para o desenvolvimento rural em Portugal (Silvana, 2006). Porém, as várias tentativas que vão surgindo perseguem um objetivo comum, que se acredita ser necessário para que possa haver desenvolvimento: interromper o despovoamento dessas regiões que se iniciou no fim da década de 50. O objetivo não é, de modo algum, conseguir que a população que outrora emigrou regresse, mas antes, arranjar condições para que os poucos jovens que

ainda persistem permaneçam, assim como fixar novos residentes com capacidades de adaptação a um espaço que deixou de ser de produção e que passou a ser visto como um espaço de consumo. Para isso é necessário refazer sociabilidades e recompor os equipamentos sociais (Baptista, 2005). Apesar de muitos verem a revitalização do espaço rural como o fazer aumentar a população nessas áreas para os níveis de antigamente (Silvano, 2006), o professor Oliveira Baptista argumenta que essas densidades podem vir a ser um obstáculo no que se pretende agora destes espaços – espaços de consumo, pois o essencial é o estagnar do despovoamento dos mesmos e, nalguns casos, um aumento populacional, mas a níveis relativamente baixos, nunca tendo por base as densidades antigas (Baptista, 2005). Esta ideia é reforçada pelo exemplo de zonas rurais noutros países industrializados em que esse mesmo rural também se foi reconvertendo de espaço agrícola para espaço de consumo (Baptista, 2005).

Para que ocorra o desenvolvimento local desses espaços há que primeiro decidir fazê-lo entregando a iniciativa a agentes exteriores, ou capacitando a população local para o realizar. Para o professor Oliveira Baptista ambas as vias têm vantagens e desvantagens, não tendo uma que necessariamente exclua a outra, sendo mais seguro, no entanto, privilegiar a endogeneidade e fortalecer a densidade institucional pois, apesar de todas as fragilidades que esta comporta, pode verdadeiramente contribuir para fortalecer e consolidar as economias e sociedades locais, permitindo aos residentes o poder de influenciar as decisões que os vão diretamente afetar (Baptista, 2005).

Tanto para Rosa (2009) como para Strickland-Munro *et al.* (2009), áreas protegidas e turismo andam muitas vezes associados e os impactos provocados, tanto pela existência de um como do outro, são difíceis de distinguir. Também para ambos os autores, a sustentabilidade destas áreas depende em muito do contexto económico, social e cultural das mesmas. Este contexto é influenciado, sobretudo, pela relação que as comunidades têm com os recursos e sua gestão e pelas consequências, nas comunidades, da existência de áreas protegidas e do turismo associado a estas (Strickland-Munro *et al.*, 2009). São os conflitos entre as populações e as áreas protegidas (e turismo associado) que afetam de forma negativa a sustentabilidade dessas áreas. Assim sendo, torna-se necessário abordar a questão da sustentabilidade utilizando um novo paradigma (Strickland-Munro *et al.*, 2009).

2. Metodologias de análise da sustentabilidade no turismo: uma discussão

Para tentar evitar que aconteça ao conceito de turismo sustentável o mesmo que tem vindo a ocorrer ao conceito de sustentabilidade de um modo geral, ou seja, que venha a ser desacreditado e que seja visto como mais um mero conceito teórico, uma utopia, algo inalcançável (Saarinen, 2006; Ko, 2005) e que seja apenas utilizado como forma de criar mais um nicho de mercado, a *United Nations Environment Programme* (UNEP) propôs fazer-se a avaliação da sustentabilidade do turismo (Cordeiro, 2008).

A avaliação permite traçar metas, saber a que distância nos encontramos das mesmas, quais os obstáculos a ultrapassar para alcançá-las e como ultrapassá-los. A avaliação é um processo e como tal, necessita de ferramentas que estejam verdadeiramente vocacionadas para avaliar a sustentabilidade do turismo, numa das suas vertentes ou num local/região em particular. Para perceber se estas são eficazes para realizar uma avaliação é necessário analisá-las de forma crítica, percebendo quais as suas qualidades e as suas limitações (Cordeiro, 2008).

2.1 Desafios à análise da sustentabilidade do turismo

"The world as we have created it is a process of our thinking. It cannot be changed without changing our thinking." - Albert Einstein

Para Ko (2005), a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável como objetivo prático do turismo não se encontra hoje, ainda, suficientemente amadurecido. Vários são os desafios colocados à operacionalização deste conceito, tais como:

1) As escalas utilizadas

Um dos grandes desafios colocados à medição de impactos de uma atividade sobre o meio ambiente é a escala utilizada (Saarinen, 2006; Hall, 2007). Por exemplo, as consequências das emissões de gases, como o dióxido de carbono e o NO_x, de uma fábrica, no meio ambiente, devem ser medidas à escala local, regional, continental ou mundial? As consequências para a economia, meio natural e para a humanidade, do aquecimento global, devem ser medidas numa escala temporal de 10, 50, ou de 100 anos? Facilmente se compreende que dependendo da escala espacial e/ou temporal utilizada, assim as consequências das atividades podem ser mais positivas ou negativas e de distinta magnitude. Deste modo, quando se pretende medir os impactos do turismo sobre o meio ambiente o desafio é semelhante e é uma das grandes críticas apontadas às várias metodologias que tentam medir os mesmos.

A escala espacial e temporal estão intimamente correlacionadas. Quando a escala espacial aumenta, a escala temporal também deve aumentar (Hall, 2007). Se a escala temporal for muito curta, o que ocorre na maioria das avaliações, esta não passará de uma "fotografia" do

sistema num dado momento, o que impossibilita ter em conta as consequências no sistema decorrentes da acumulação de *inputs* ao longo do tempo e que só após uma certa concentração no meio irão originar impactos visíveis. Também não permite considerar os impactos que ocorrem em cascata, ou os que levam anos até se manifestarem. Acresce ainda o facto de que certas variáveis, em curtos espaços de tempo, aparentemente serem imutáveis, mas quando a escala temporal é alargada verifica-se a sua variabilidade (Hall, 2007). A observação da alteração destas variáveis permite, muitas vezes, perceber quais os fatores que controlam os estados de equilíbrio estacionário dos sistemas e quais os grandes eventos que perturbam esses estados (Hall, 2007).

Quando é a escala espacial que é muito restrita, normalmente só são avaliados os impactos no destino turístico, ficando de fora os que ocorrem na zona de influência deste, ou, ainda mais grave segundo Hall (2007), ficam por contabilizar os impactos que se manifestam no país/região de origem dos turistas e nas regiões de transição, ou seja, ficam de fora os impactos que advêm dos preparativos da viagem e da própria viagem (deslocação) em si.

Estas questões de escala são bastante pertinentes quando se pretende medir impactos, principalmente a nível ambiental associados ao turismo, senão veja-se: numa viagem de longa distância, só a deslocação de avião contribui com 90 % das emissões com efeito de estufa que esse turista “emite” durante toda a sua atividade turística (Hall, 2007). Um estudo que não tenha em consideração a viagem, entre a origem e o destino dos turistas, subestima os impactos gerados pelos mesmos (Hall, 2007). O turismo pode assim ser sustentável a nível local mas não o ser quando se aumenta a escala da sua avaliação.

2) A Origem das alterações do sistema

Outro desafio colocado à operacionalização deste conceito é determinar qual o estado do sistema antes e depois da existência do turismo e conseguir separar as alterações que advêm das atividades turísticas, das que advêm de outras atividades existentes no local (Saarinen, 2006).

3) Quais os Impactos aceitáveis?

Qualquer atividade humana pode provocar impactos negativos no ambiente. Assim a questão impõe-se: quais os impactos que devem ser considerados críticos e quais devem ser considerados aceitáveis e qual a magnitude dos mesmos? (Saarinen, 2006). Segundo Saarinen (2006), e olhando apenas para os impactos no ambiente decorrentes do turismo, ter-se-ia de discutir os limites de crescimento deste, isto é, basear-se no modelo de capacidade de carga do meio e procurar determinar um número ideal de visitantes e/ou de atividade turística que não pudesse ser ultrapassado, num dado local, num determinado período de tempo, sob pena de infligir no ambiente impactos negativos irreversíveis (Saarinen, 2006). Como é fácil de perceber, para se responder à questão suscitada ter-se-ia de determinar primeiramente o estado dos vários recursos, pré e pós início da atividade turística, a pressão que estes recursos sofrem por parte de outras atividades, o número permitido de pessoas no mesmo local ao mesmo tempo, assim como da intensidade dos impactos “infligidos” por essas pessoas, que

por sua vez depende, entre outras coisas, da consciência ambiental das mesmas (Saarinen, 2006).

4) *Participação social/poder*

Existe ainda um desafio colocado à participação social no que se refere à colocação de limites ao crescimento do turismo. Estes fixados pela participação de todos os que serão afetados por este desenvolvimento (comunidades locais, empresários, turistas,...) (Saarinen 2006). Este conceito implica, assim, que os limites do crescimento sejam construídos socialmente, pondo-se o problema de se saber quem é que de facto estabelece os mesmos, pois as diferenças de poder não permitem, na maioria dos casos, que as comunidades locais que são quem, por norma, sofre a maioria dos impactos negativos (perda de acesso aos recursos utilizados pelo turismo, aumento da poluição no local onde vivem, privacidade invadida por estranhos, aumento da criminalidade, etc.), tenha verdadeiramente poder para influenciar esses limites. Deste modo, o desafio prende-se com a necessidade de capacitar as comunidades locais para fazerem valer os seus direitos e poderem contribuir de algum modo para a fixação desses limites, de forma a não serem descurados os benefícios e, sobretudo, os impactos negativos nas comunidades (Saarinen, 2006).

Esta forma de conceptualizar os espaços turísticos e a sua sustentabilidade não desvaloriza, necessariamente, os limites baseados nos recursos nem as alterações ecológicas, nem a necessidade de medições. Esta visão defende que o conceito de sustentabilidade não é algo objetivo, mas antes, algo que é, ou pode ser, socialmente construído e reconhece a necessidade de proteger, não só a qualidade de vida das pessoas, como os recursos, compreendendo, porém, que as comunidades locais podem não ter sensibilidade para perceber alguns dos impactos importantes nos recursos naturais e serviços dos ecossistemas. Todavia, o desafio que lança à sustentabilidade do turismo, não é o de deixar que sejam as comunidades locais a decidir que indicadores usar e o que medir, mas antes, colocar comunidades locais, gestores de recursos, empresários turísticos, turistas e todos os que de algum modo possam beneficiar ou ser prejudicados pela atividade turística, a serem ouvidos do mesmo modo, tendo uma voz ativa no processo de decisão de escolher o que realmente importa medir, como medir e, no limite, a terem igual poder de decisão (Saarinen, 2006). Desta perspetiva, o desenvolvimento sustentável do turismo num território está fortemente ligado a questões de poder – quem decide quem utiliza que recurso, até onde é que este pode ser utilizado e quais as alterações aceitáveis (Saarinen, 2006).

2.2 Metodologia proposta por Tsaur *et al.* (2006)

“Like canary in the mine, indicators are used to warn about areas of concern so that actions can be taken in time.” – WTO, 1993 (Tsaur *et al.*, 2006)

Após uma pesquisa bibliográfica detalhada encontraram-se várias metodologias que procuram medir e avaliar a sustentabilidade do turismo: Sistema de Indicadores da UNWTO

(UNWTO), Sistema de Indicadores Estatísticos do Turismo da Macaronésia (SIET-MAC), Core Set Indicators of Sustainable Tourism da Eurostat (CSI), Destination Scorecard do National Geographic Traveler (DS), Metodologia da Pegada Ecológica do Turismo (P.E.) (Cordeiro, 2008); Barómetro da Sustentabilidade do Turismo (Bar) (Ko, 2005; Cordeiro, 2008); Indicadores de Sustentabilidade proposta por Hwansuk Chris Choi e Ercan Sirakaya (ISCS) (Choi e Sirakaya, 2006); Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Ecoturismo proposta por Sheng-Hsiung Tsaur, Yu-Chiang Lin. & Jo-Hui Lim (SEIS) (Tsaur *et al.*, 2006); Quadro teórico-metodológico da resiliência (Strickland-Munro *et al.*, 2009). Foram, também, propostos vários quadros de análise de indicadores base com o intuito de prever e gerir os impactos dos visitantes nas áreas protegidas, tais como: Limites das Alterações Aceitáveis, Modelo de Gestão de Impactos dos Visitantes, entre outros.

Vários são os desafios colocados à medição e avaliação da sustentabilidade do turismo, sendo que estas metodologias, de um modo geral, têm pouca capacidade para lhes dar resposta (Quadro 2.1). Por exemplo, a natureza dos indicadores utilizados em qualquer um deles não tem em consideração a complexidade do sistema, a interação de variáveis, com resultados não lineares, e a existência de relações de interdependência entre recursos e todos os agentes que de algum modo têm interesse no sistema. Além do mais, focam-se no estado atual do sistema sem terem em conta que este é dinâmico e que está em permanente mudança (Walker e Salt, 2006; Strickland-Munro *et al.*, 2009). Segundo Holling (2001), a panóplia de indicadores utilizados é de tal modo elevada que acabam por tornar a perceção da realidade num modelo complexo e confuso, tornando difícil compreender o que verdadeiramente influencia a sustentabilidade de um sistema. Para Holling (2001), assim como para outros autores que aplicam o quadro teórico-metodológico da resiliência à sustentabilidade, a chave para uma gestão eficaz de um sistema reside na capacidade de identificar, não todos os fatores, mas os fatores que controlam verdadeiramente os processos desse sistema (Holling, 2001; Folke, 2006; Walker e Salt, 2006).

De todas as metodologias que se baseiam na pesquisa de indicadores, a metodologia proposta por Tsaur *et al.* (2006) pareceu ser a mais promissora no que se refere ao seu potencial para avaliar a sustentabilidade de um sistema de turismo, ao considerar as relações entre recursos, comunidades e turismo. Estes autores propõem medir a sustentabilidade de uma região utilizando indicadores qualitativos, dadas as limitações apontadas à utilização exclusiva de indicadores quantitativos na medição de aspetos como a qualidade de vida (Tsaur *et al.*, 2006; Veiga, 2005). Assim, Tsaur *et al.* (2006) recorreram às perceções dos vários grupos de interesse: turistas, gestores de recursos e comunidades locais, para perceber se o turismo num determinado local é, ou não, sustentável na perspetiva de quem gere os recursos, das comunidades e dos gestores turísticos.

Apesar das virtudes que esta metodologia apresenta, relativamente a outras, possui uma série de limitações. Em primeiro lugar, esta metodologia assume que a maioria das relações que advêm do sistema turístico numa região, entre gestores de recursos, negócios turísticos e comunidades, são relações de simbiose, ou no mínimo, não antagónicas (Tsaur *et al.*, 2006),

contudo, o que acontece num local como uma AP, em que há uma “competição” pelo uso de recursos e pela utilização de um mesmo espaço por várias atividades, são relações de conflito, que são muitas vezes complexos, difíceis de resolver e que com frequência persistem no tempo, tornando a sustentabilidade da região numa utopia (Strickland-Munro *et al.*, 2009).

Tsaur *et al.* (2006) argumentam a necessidade de se ir monitorizando o sistema para que desde cedo se identifiquem as alterações nos ecossistemas e sociedades que advêm do desenvolvimento do turismo (Tsaur *et al.*, 2006), o que coloca, pertinentemente, a questão da periodicidade dessa monitorização e, tal como contra-argumentam Strickland-Munro *et al.* (2009), qual a garantia de que os indicadores escolhidos para analisar o sistema atual são os melhores para analisar o sistema quando este se altera radicalmente?! Outro constrangimento da metodologia é a incapacidade de se poder inferir sobre a robustez dos valores a que se chega, tal como os seus autores o reconhecem (Tsaur *et al.*, 2006). Além disso impõem-se outras questões relativas aos indicadores: se quanto mais próximo de 100 % for o resultado de uma relação, mais sustentável é o sistema naquela “área”, quais os valores a que se deve e se consegue chegar para que o sistema seja sustentável nas três dimensões (social, ecológica e económica), isto é, nas seis relações?! Por outras palavras: em termos de sustentabilidade onde estamos hoje e até onde se pode realisticamente almejar alcançar?!

Quadro 2.1 – Capacidade de resposta de várias metodologias aos desafios colocados à avaliação de sustentabilidade do turismo

Desafios	UNWTO	SIET-MAC	CSI	DS	P.E.	Bar	ISCS	SEIS
Visão holística espacial e temporal	x	x	x	x	x	x	x	x
Origem das modificações do sistema em estudo	x	x	x	x	x	x	x	x
Participação pública	√	√	√	x	x	x	x	√
Incorporação da complexidade de interações	x	x	x	x	x	x	x	x
Dar igual ênfase às componentes: social e ambiental	x	x	x	x	x	x	√	√
Permitir avaliação contínua no tempo	√	√	√	√	x	x	x	√
Incorporação de dinâmica e de incertezas	x	x	x	x	x	x	x	x

√ - dá resposta; x – não dá resposta

UNWTO: Sistema de Indicadores da UNWTO; **SIET-MAC**: Sistema de Indicadores Estatísticos do Turismo da Macaronésia; **CSI**: Core Set Indicators of Sustainable Tourism da Eurostat; **DS**: Destination Scorecard do National Geographic Traveler; **P.E.**: Metodologia da Pegada Ecológica do Turismo; **Bar**: Barómetro da Sustentabilidade do Turismo; **ISCS**: Indicadores de Sustentabilidade proposta por Hwansuk Choi e Ercan Sirakaya; **SEIS**: Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Ecoturismo proposta por Sheng-Hsiung Tsaur, Yu-Chiang Lin. & Jo-Hui Lim;

Foi o reconhecimento das limitações, como as que se acabam de descrever, assim como a consciência de que o turismo numa AP é um sistema dinâmico, complexo e que, consequentemente, possui elevada incerteza associada e da necessidade de incorporar esses aspetos quando se tenta avaliar e fazer a gestão do mesmo, além da depreensão de que os sistemas são configurados e reconfigurados principalmente por eventos extremos, cada vez mais frequentes, que a pesquisa de novas metodologias foi impulsionada (Strickland-Munro *et al.*, 2009; Walker e Salt, 2006).

Strickland-Munro *et al.* (2009) adotaram um quadro de análise teórico arraigado no quadro teórico-metodológico da resiliência, com o intuito de avaliar os impactos do Turismo numa Área Protegida, lançando o desafio da sua aplicação a sistemas concretos. Com esta abordagem pretende-se determinar que características do sistema em estudo são essenciais manter ou melhorar para a indagação da sustentabilidade do mesmo (Walker e Salt, 2006).

2.3 Metodologia da Resiliência

“Make things as simple as possible, but no simpler”
Albert Einstein

De acordo com o quadro teórico-metodológico da resiliência, o cerne dos problemas associados à medição e gestão da sustentabilidade, através de outras metodologias, reside nos pressupostos que estão por trás das mesmas, em particular, devido ao que Walker e Salt (2006) denominaram por Paradoxo da Eficiência e Otimização. Segundo estes autores, a modelação e gestão de qualquer sistema, com o objetivo de o tornar mais sustentável, segue a “visão” da gestão empresarial, cujo objetivo é a otimização do mesmo através do aumento da sua eficiência. No entanto, tal como argumentam Walker e Salt (2006), o paradoxo reside no facto de que a otimização de certas componentes do sistema e de um conjunto particular de interesses que possam ser quantificados e que possuam valor de mercado, gerar grandes ineficiências em termos sociais e ecológicos, pois existem aspetos do sistema, valiosos para o mesmo, que ao não possuírem valor de mercado (exemplo: serviços dos ecossistemas) ou que devido à sua natureza (exemplo: bens de livre acesso) não são produzidos/obtidos em quantidades eficientes. Este tipo de visão leva, também, a planos de gestão com janelas temporais de poucas décadas, muito em conformidade com os horizontes dos investimentos empresariais.

Estes autores não são contra a eficiência em si, nem pensam que esta seja, por si só, um problema. Admitem até que a política de eficiência mais conhecida e aplicada: política dos 3 R's (reduzir, reutilizar e reciclar), é importante na orientação da gestão de certos aspetos dos sistemas, mas que a mesma, aplicada isoladamente, não garante nem leva à sustentabilidade dos mesmos. Argumentam, ainda, que a procura da eficiência tem por base o pressuposto da existência, para os ecossistemas e sistemas sociais, de um estado de sustentabilidade ótimo, o que acreditam ser mera utopia e portanto, almeja-lo é contraproducente. Por outro lado, aplicar a otimização a vários componentes do sistema leva, segundo estes autores, à eliminação de redundâncias, com consequente redução da resiliência de todo o sistema, o que em termos ecológicos e sociais conduz a resultados exatamente opostos aos pretendidos, principalmente, na presença de eventos extremos (Walker e Salt, 2006).

Este quadro teórico-metodológico, cujo âmago reside na capacidade de admitir que a única certeza que existe é a impermanência de tudo e por isso, mudanças e incertezas devem ser contempladas no modelo de gestão de qualquer sistema, tem por objetivo último determinar como gerir um sistema socio-ecológico complexo, de modo a manter ou aumentar a

sustentabilidade do mesmo, tendo em conta a sua resiliência e não a otimização de variadas componentes isoladas (Walker e Salt, 2006). A questão sobre sustentabilidade que impera é, assim, qual o estado do sistema a que se quer chegar ou evitar? (Walker e Salt, 2006).

A panóplia de fatores que influenciam a sustentabilidade de um sistema, assim como as suas origens, interna e externa, aumenta a complexidade inerente do mesmo. Para Holling (2001) e para Walker e Salt (2006), identificar quais os fatores chave que controlam ou influenciam os processos de um sistema é a melhor forma de se obter algum nível de simplicidade, podendo, assim, compreender-se o que o levou para um determinado estado e o que pode afetar a alteração do mesmo.

Holling (2001) alerta para o facto de simplicidade não ser sinónimo de simplista e indica três critérios que um quadro de análise de sistemas complexos deve possuir: ser simples, ser dinâmico e incorporar incerteza e imprevisibilidade.

2.3.1 Principais Noções e Conceitos

A metodologia da resiliência é uma metodologia que, além de ter por base estes critérios, tem como foco central o conceito de **sistemas sócio-ecológicos (SES)**, ou seja, pessoas e ecossistemas não são dois sistemas independentes, mas antes, duas componentes de um mesmo sistema (Walker e Salt, 2006; Strickland-Munro *et al.*, 2009; Kates, 2010; Resilience Alliance, 2010). Esta metodologia, que surgiu ao nível do estudo dos sistemas ecológicos e só mais tarde se expandiu para outras áreas, como as ciências sociais (Folke, 2006), tenta integrar as sinergias e os conflitos entre a preservação do espólio ambiental/ecológico e o desenvolvimento das comunidades que coabitam esses espaços. Deste modo, os sistemas humanos e ecológicos são estudados como componentes de um único sistema, SES, complexo e em permanente mudança (Strickland-Munro *et al.*, 2009; Folke, 2006; Holling, 2001; Resilience Alliance, 2010; Walker e Salt, 2006).

A **resiliência** de um sistema, palavra-chave desta metodologia, é uma medida da “capacidade de um sistema para absorver uma perturbação, sofrer alterações e, posteriormente, reorganizar-se, mantendo as mesmas funções essenciais, estrutura, identidade e mecanismos de retroação iniciais” (Folke, 2006; Walker e Salt, 2006).

As **perturbações**, principalmente quando são inesperadas, podem levar a uma mudança de regime do sistema, seja esta temporária ou permanente. As alterações na sustentabilidade de um sistema devido à resiliência, ou falta dela, provocadas por perturbações, dependem da magnitude, duração, frequência e previsibilidade das mesmas. Quando ocorrem num momento único do tempo, ou seja, quando são de curta duração, designam-se de **pulse disturbance** (perturbações abruptas), quando são mais graduais e contínuas no tempo designam-se de **press disturbance** (perturbações progressivas). A combinação de perturbações e a altura em que ocorrem pode levar a uma interação entre estas, com consequências imprevisíveis e, por vezes, muito superiores ao esperado, principalmente quando ocorre uma perturbação numa altura em que o sistema ainda não teve tempo de recuperar do anterior (Resilience Alliance, 2010).

Muitas vezes os sistemas são geridos de modo a protegê-los de forma excessiva de algumas perturbações, tornando-os demasiadamente vulneráveis a estas, quando há uma falha nessa proteção, ainda que a magnitude dessas perturbações possa ser reduzida. As estratégias de gestão devem, por isso, tentar que o controlo sobre o sistema não seja excessivo, de modo a que este se adapte a esse tipo de eventos e não perca capacidade de os absorver, ou seja, que a sua resiliência não seja erodida (Resilience Alliance, 2010).

A resiliência de um sistema pode ser dividida em **resiliência específica** e em **resiliência geral**. A primeira, específica, prende-se com a capacidade de perceber as variáveis-chave do sistema que, por norma, estão em alteração continua, de forma lenta e, muitas vezes, em torno de um “equilíbrio”. São as variáveis que quando monitorizadas permitem determinar os limiares do sistema. Gerir o sistema de modo a evitar ultrapassar determinados limiares, ou “obrigar” este a ultrapassá-los, tendo em conta essas variáveis, denomina-se de gestão da resiliência específica. É algo desejável, mas não chega. É importante, também, manter a resiliência geral do sistema, ou seja, gerir o mesmo de modo a permitir que este absorva perturbações inesperadas (Walker e Salt, 2006; Resilience Alliance, 2010). Walker e Salt (2006) indicam três características que um sistema deve conter para manter a resiliência geral: diversidade, modularidade e contenção dos mecanismos de retroação.

Diversidade no que se refere às espécies, às pessoas e às instituições. Quanto maior a diversidade, maior a flexibilidade do sistema, pois possui mais opções em aberto, aumentando a sua capacidade de responder a uma perturbação.

A modularidade refere-se à ligação entre as várias componentes do sistema. Quanto mais forte e mais ligadas estiverem as várias componentes, com maior facilidade um choque é propagado a todo o sistema. Quando um sistema possui subgrupos de componentes, cujas componentes de cada subgrupo encontram-se fortemente ligadas entre elas, mas em que as ligações entre diversos subgrupos são fracas, diz-se que este possui uma estrutura modular. Essa estrutura permite que ocorrendo um choque, diversos subgrupos se mantenham funcionais, mesmo que outros percam a sua funcionalidade e, consequentemente, o sistema como um todo se possa voltar a organizar após a perturbação.

A contenção dos mecanismos de retroação refere-se à rapidez e força com que as consequências de uma alteração são propagadas a outras partes do sistema. Por um lado, é necessário contê-las quando essas alterações são prejudiciais para o sistema como um todo, por outro, estas não devem ser contidas em demasia, para que todos possam perceber as consequências de uma determinada ação. Com a globalização e a centralização de poderes têm-se perdido grande parte dos ecos que as ações de cada um têm sobre o sistema como um todo, ou em outras partes do mesmo. (Walker e Salt, 2006).

Existem, no entanto, duas ressalvas em relação à persecução de gerir e manter um sistema resiliente. A primeira ressalva é sobre o custo que existe em manter essa resiliência. Manter a resiliência, ou seja, aumentar a diversidade da resposta do sistema, reduz a sua eficiência. A quantidade de resiliência mantida por um sistema deve ser bem ponderada, pois o aumento e manutenção da mesma, em alturas de grande estabilidade, tem um custo elevado em termos

de perda de eficiência. No entanto, tal como já se referiu, a estabilidade e permanência de estados não dura eternamente. Em alturas de maior instabilidade, ou quando ocorre uma perturbação esperada, ou pior, inesperada, a falta de diversidade do sistema pode “pagar-se” caro, pois a resiliência é reduzida e, como tal, o sistema pode não ser capaz de absorver o choque, alterando-se para um regime pouco desejado, ou pode, até, colapsar (Walker e Salt, 2006). Assim, os custos, a curto e longo prazo, e a quantidade de resiliência pretendida para um sistema deveriam ser bem ponderados, com base numa análise custo benefício cuidadosa, o que é, na maioria dos casos, praticamente impossível dado que existe pouco conhecimento disponível sobre SES. Daí reafirmar-se que esta metodologia é especialmente útil em períodos de grande instabilidade, ou em que esta é espectável, tal como ocorre hoje em dia em termos climáticos, políticos e económicos (Walker e Salt, 2006).

A outra ressalva prende-se com o facto de a resiliência nem sempre ser algo que se queira, independentemente do seu custo. Quando o sistema se encontra num regime não desejável e se pretende que este passe para um regime melhor, mais sustentável, uma grande resiliência por parte deste dificulta a capacidade de o fazer ultrapassar limiares, isto é, de o mover para outro regime. A este tipo de resiliência designa-se de **resiliência perversa**, (Holling, 2001; Folke, 2006; Walker e Salt, 2006).

Tal como foi referido, os SES são sistemas dinâmicos que podem estar em permanente alteração ao longo do tempo. Segundo esta metodologia, a dinâmica dos sistemas pode ser avaliada através de dois modelos diferentes, um ligado a limiares e transição de regimes, descrito através do modelo *ball-in-the-basin*, e outro ligado às interações de escalas, descrito através modelo dos ciclos adaptativos (Walker e Salt, 2006). Apesar de se poder fazer algumas ligações entre os dois modelos, não existe uma correspondência direta entre os mesmos, servindo cada um deles propósitos distintos. O modelo *ball-in-the-basin* ajuda a compreender a transição entre regimes. Os ciclos adaptativos são utilizados para descrever várias fases que um mesmo sistema pode assumir, ao longo do tempo e como a sua resiliência se vai modificando em cada uma delas (Walker e Salt, 2006).

Modelo ball-in-the-basin

Com o modelo *ball-in-the-basin* (Figura 2.1), o sistema pode ser analisado como um número de bacias cujas dimensões espaciais (uma dimensão, duas dimensões, n-dimensões) dependem do número (n) de variáveis-chave a considerar e em que a posição da bola é uma combinação particular dessas variáveis, que se denomina por regime atual do sistema (Walker e Salt, 2006). As **variáveis-chave** de um sistema são as variáveis que o caracterizam, geralmente de dinâmica lenta, estão por trás da variação de outras variáveis de modificação mais acelerada e a sua monitorização ajuda-nos a determinar limiares. **Limiares** não são mais do que níveis a que uma ou mais variáveis-chave do sistema podem atingir e que ao serem ultrapassados alteram os mecanismos de retroação do mesmo, ou seja, o regime do sistema altera-se de forma temporária ou permanente. Um **regime** é, deste modo, um conjunto de estados que um sistema pode tomar mas em que a identidade, ou seja, o seu comportamento, se mantém semelhante – “equilíbrio dinâmico”. Por outras palavras, um regime é um conjunto

de estados por que um sistema passa, mas essas variações são tais que os seus mecanismos de retroação não se alteram (por exemplo: ao longo do tempo a concentração de nitratos num curso de água sofre flutuações, mas enquanto essa concentração não ultrapassar um certo valor, limiar, a água permanece límpida e o sistema ecológico da mesma permanece praticamente inalterado). Tal como numa bacia a bola tende a rolar em torno de um centro, um sistema tende a manter um “equilíbrio” dinâmico, desde que não existam perturbações que tenham a capacidade de alterar os seus mecanismos de retroação.

No entanto, esse mesmo conjunto de variáveis-chave devido a fatores, internos ou externos, pode ultrapassar limiares, isto é, o regime do sistema pode ser, temporária ou permanentemente, alterado (se começarem a existir descargas de suiniculturas no curso de água e a concentração de nitratos subir acima de um determinado limiar, a água deste torna-se eutrofizada, com consequente alteração radical da sua ecologia. Em termos deste modelo, o curso de água vê os seus mecanismos de retroação alterados, ou seja, o regime alterou-se) (Resilience Alliance, 2010; Walker e Salt, 2006). Utilizando a linguagem do modelo *ball-in-the-basin*, significa dizer-se que a bola passou a “gravitar” em torno de outro *attractor*, isto é, passou a mover-se noutra bacia em torno de outro “equilíbrio” (Walker e Salt, 2006).

Esta transição entre regimes pode ser lenta e gradual ou pode ser abrupta. Estar atento aos limiares críticos de cada regime do sistema ajuda a prever e a evitar que este se mova para regimes menos desejáveis. No entanto, há dificuldades em determinar os limiares críticos de um regime em que se encontra o sistema e, por vezes, só após estes terem sido ultrapassados - sendo muito difícil, ou em muitos casos, impossível, fazê-lo regressar ao regime inicial - é que se percebe da sua existência e transposição (Resilience Alliance, 2010). Quando as alterações ocorrem de forma lenta e continuada no tempo tornam-se invisíveis para as instituições, organizações e para as pessoas, no geral, ou são apercebidas mas altamente complexas e as ações a tomar em relação à sua gestão não geram unanimidade. Deste modo, raramente são tomadas decisões para mitigar ou contrariar essas alterações numa altura em que os “estragos” feitos pelas mesmas ainda são facilmente reversíveis (Holling, 2001).

A resiliência pode ser vista como a distância entre a bola e os limites de uma bacia. Assim, é pertinente saber que alterações podem ocorrer na bacia e na trajetória da bola sem que esta mude de bacia (Resilience Alliance, 2010; Walker e Salt, 2006).

É importante saber que **fatores** – forças externas ou internas ou condições - podem influenciar, não só a trajetória do sistema, mas também, a forma da bacia, isto é, qual a amplitude de “valores” que as variáveis chave podem tomar para que os mecanismos de retroação do sistema não se alterem. Isto porque, se a gama de valores de cada variável-chave se reduzir, a resiliência reduz-se, ou seja, perturbações cada vez mais pequenas podem levar o sistema (bola) para outro regime com maior facilidade (Walker e Salt, 2006).

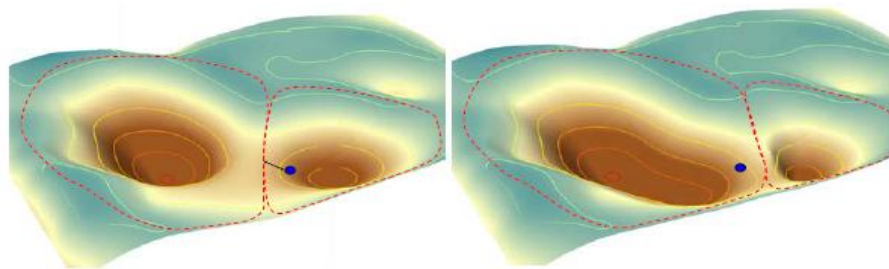


Figura 2.1 – Representação do modelo *ball-in-the-basin* (Walker e Salt, 2006)

Modelo dos Ciclos Adaptativos

Outro modelo de avaliação da sustentabilidade de um sistema é através dos ciclos adaptativos (Walker e Salt, 2006). A maioria dos sistemas naturais tendem a alterar-se internamente de forma cíclica, ao longo do tempo. Cada ciclo adaptativo possui quatro fases: crescimento rápido (r), conservação de recursos (k), libertação de recursos (Ω) e reorganização (α) (Figura 2.2). Cada mudança de fase do sistema ao longo do ciclo é caracterizada por alterações nas três propriedades que o moldam: o potencial – que determina as possibilidades futuras do mesmo; o controlo interno – que reflete o grau de flexibilidade e rigidez à absorção de fatores externos; e a sua resiliência, ou capacidade adaptativa – traduz a maior ou menor vulnerabilidade a perturbações inesperadas (Holling, 2001)

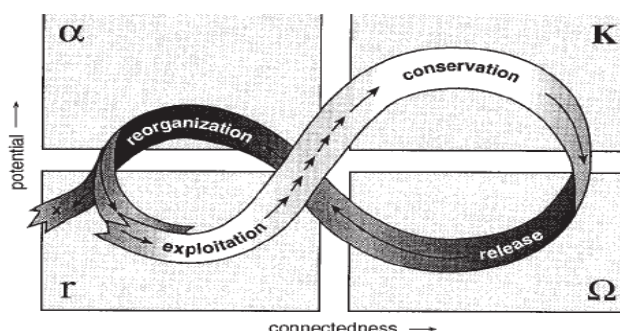


Figura 2.2 – Representação do ciclo adaptativo e suas fases (Holling, 2001)

Fore Loop: $r \rightarrow K$ (exploração e conservação dos recursos)

A etapa de desenvolvimento do sistema é constituída por duas fases: fase r e K . Habitualmente esta etapa é a mais longa e a acumulação e transformação de recursos dá-se de forma lenta (Holling, 2001; Folke, 2006; Walker e Salt, 2006).

A fase r (*exploração*) é caracterizada por um rápido desenvolvimento do sistema e pela exploração acelerada dos recursos disponíveis e de novas oportunidades. Nesta fase, a conectividade entre as variáveis do sistema é fraca, logo a sua flexibilidade e capacidade de absorver o que vem do seu exterior é elevada, o que se traduz por uma elevada resiliência (Holling, 2001; Walker e Salt, 2006). Em termos económicos é a fase em que novas empresas são criadas, há a abertura de mercados e a atividade é intensa. Em termos sociais, poder-se-ia falar da emergência e expansão de novas sociedades, e em termos ecológicos, na fase de colonização de um novo ecossistema por formas de vida pioneiras (Walker e Salt, 2006).

À medida que se passa da fase de exploração (r) para a fase da conservação (K), a ligação entre os vários componentes do sistema torna-se progressivamente mais forte, ou seja, aumenta o seu controlo interno, aumentando, conseqüentemente, a estabilidade do mesmo. Esta fase, mais lenta que a primeira, ocorre a grandes escalas espaciais e temporais e traduz-se por um aumento do potencial ecológico, económico, social e cultural do sistema, por um aumento da eficiência no uso dos recursos, com conseqüente perda de redundância do mesmo, o que se traduz por uma perda da sua flexibilidade e um aumento rigidez, tornando a trajetória do sistema cada vez mais previsível. Grande quantidade de potencial e aumento da conectividade tornam o sistema mais rígido e pouco resiliente, ou seja, mais vulnerável a perturbações externas criando, deste modo, condições propícias para uma possível rotura do mesmo e posterior reorganização (Holling, 2001; Walker e Salt, 2006).

Quando existe uma grande acumulação de potencial e perda de flexibilidade, por parte do sistema, a passagem do *Fore Loop* para o *Back Loop* é inevitável. Os custos de tentar manter o sistema nesta fase aumentam com o passar do tempo (Walker e Salt, 2006) e quanto mais tempo o sistema se mantiver na fase de acumulação, menor será a perturbação necessária para que ocorra o que o economista Schumpeter designou de destruição criativa (Holling, 2001). **Destruição criativa** é “o termo usado para descrever as perturbações que periodicamente pontuam o ciclo adaptativo. Esta quebra a estabilidade e a previsibilidade, mas liberta recursos para a inovação e reorganização” (Walker e Salt, 2006).

Há quem fale de recuperação do sistema, quando este, após uma perturbação, consegue reorganizar-se e ficar semelhante ao seu regime inicial. Porém, para Folke (2006), não se deve designar de recuperação, pois um sistema está em permanente transformação interna, sendo que a intensidade e extensão da perturbação, aliada à heterogeneidade espacial, fazem com que a trajetória de recuperação seja difícil de prever e, por muito que o sistema se assemelhe, passado algum tempo (por vezes após longos períodos de tempo), ao que era inicialmente, raramente tomará exatamente as características e mecanismos de retroação que possuía pré-perturbação. Deste modo, os que trabalham esta teoria preferem designar esta fase de renovação, regeneração ou reorganização do sistema, em vez de recuperação (Folke, 2006).

Back Loop: $\Omega \rightarrow \alpha$ (da libertação dos recursos à reorganização do sistema)

Esta etapa é, por norma, mais rápida e curta que o *Fore Loop* e contempla duas fases: a libertação (Ω) e a reorganização (α). A dinâmica do *Back Loop* é considerada caótica, pois fazendo a ponte entre este modelo e o modelo *ball-in-the-basin*, esta coincide com a transição entre regimes, ou seja, o sistema não se encontra sob a ação de nenhum *attractor* em concreto. É no fim desta etapa, que marca o fim do *Back Loop* e o início de um novo *Fore Loop*, que surge um novo *attractor*, isto é, que se entra num novo regime (Walker e Salt, 2006).

Na fase libertação (Ω) as ligações entre as variáveis do sistema tornam-se tão fracas que o controlo interno torna-se praticamente inexistente e os recursos são libertados (Walker e Salt, 2006). O facto de a conexão entre as variáveis internas e o controlo do sistema serem muito baixos e o potencial guardado na etapa anterior ser elevado, potencializa, na fase de reorganização, o aparecimento de novas combinações entre as variáveis, produzindo

experiências que permitem a criação de inovações e oportunidades que podem ser úteis no próximo ciclo (Walker e Salt, 2006).

Nesta etapa do ciclo, a imprevisibilidade e a incerteza são elevadas, assim com a resiliência também o é, pois os custos de sucesso são muito baixos, permitindo testar as novas combinações (Walker e Salt, 2006; Holling, 2001). Muitas experiências irão falhar mas os sobreviventes poderão acumular os frutos da mudança. É, pois, um período tanto de crise como de oportunidade e no final pode iniciar-se um novo ciclo semelhante ao anterior, levar ao início de um novo ciclo com novas variáveis-chave, novas características, novos padrões de acumulação, novos mecanismos de retroação, ou dar-se o colapso total do sistema (Holling, 2001; Walter e Salt, 2006).

Note-se que a sequência de fases deste ciclo não é fixa, existindo sistemas que não passam por todas estas fases e existindo outros cujos ciclos possuem variações a esta sequência, sendo apenas impossível passar-se das fases de libertação e reorganização diretamente para a fase de conservação (Walker e Salt, 2006).

Este ciclo abarca dois grandes objetivos: por um lado, crescimento e estabilidade, e por outro, mudança e variedade. É impossível obtê-los em simultâneo, mas é possível consegui-los de forma sequencial. (Holling, 2001; Folke, 2006).

Compreender o ciclo adaptativo, perceber as mudanças internas deste e de que modo estas afetam a sua vulnerabilidade e a sua capacidade de resposta a perturbações, ajuda a perceber que tipo de intervenções de gestão devem ser efetuadas e em que momentos (Resilience Alliance, 2010). Há opções que podem e devem ser tomadas numa dada fase do ciclo do sistema, mas que tomadas noutras fases podem piorar as condições do mesmo, ou seja, existem janelas de oportunidade, sendo estas bastante pequenas, na maioria das vezes (Resilience Alliance, 2010; Walker e Salt, 2006).

Em momentos de grande instabilidade, a otimização e a perseguição de eficiência não funcionam. Assim, é nessas alturas que esta metodologia deve ser aplicada, correspondendo, neste modelo, à etapa do *Back Loop* (Walker e Salt, 2006; Folke, 2006; Strickland-Munro *et al.*, 2009).

Um dos problemas apontados às metodologias que utilizam indicadores é a falta de capacidade que têm em integrar as várias escalas temporais e espaciais e as interações entre elas, e perceber como é que as mesmas podem afetar o sistema que se está a estudar. Por seu turno, a metodologia da resiliência tem uma natureza holística, dando especial importância à interligação de escalas (Walker e Salt, 2006). Assume-se, então, que os sistemas socio-ecológicos operam ao longo de várias escalas. Quando se estuda um sistema deve-se delimitar bem a escala temporal e espacial com que estamos a trabalhar – **sistema focal**, o que depende dos objetivos da pesquisa, mas deve-se ter sempre em conta como é que as escalas espaciais e temporais, superiores e inferiores, podem influenciar o mesmo (Strickland-Munro *et al.*, 2009).

Qualquer SES em estudo é composto, na realidade, por uma hierarquia de ligações entre um conjunto de sistemas adaptativos que operam a diferentes escalas, temporais e espaciais,

e em que as dinâmicas a uma escala têm, efetivamente, o poder de influenciar as dinâmicas a outras escalas e, como tal, quando se estuda um SES, tem que se ter em conta o que ocorre à escala temporal e espacial do sistema focal, mas também, o que ocorre a escalas superiores e inferiores ao mesmo (Walker e Salt, 2006). A um conjunto hierárquico de ligações entre ciclos adaptativos a diferentes escalas, assim como as dinâmicas entre estes, foi dado o nome de *Panarchy* (Holling, 2001; Walker e Salt, 2006).

Cada nível da estrutura é formado por um conjunto de variáveis-chave (entre 3 e 5 variáveis) que partilham velocidades de dinâmica semelhante, desde que não ocorram perturbações (Folke, 2006). Cada nível tem o seu próprio ritmo, comunicando com o nível superior seguinte um pequeno conjunto de informação e/ou de matéria (Holling, 2001). Um nível superior é maior e mais lento que os níveis subsequentes, o que faz com que cada nível esteja sempre protegido pelos ciclos adaptativos de níveis superiores, mais lentos, e que seja revigorado por baixo, pelos ciclos de inovação mais pequenos e mais rápidos (Holling, 2001; Folke, 2006; wikiresilience, 2012). Deste modo a *Panarchy* representa as vias que um SES saudável pode experimentar, tirando partido das inovações que criam oportunidades, e resguardando-se das que podem destabilizar o sistema (Holling, 2001).

Para Holling (2001), a sustentabilidade do sistema depende da fase do ciclo em que este se encontra e a forma como se liga ao ciclo do nível seguinte. Cada um dos ciclos adaptativos que fazem parte de uma *Panarchy* pode encontrar-se numa fase diferente do mesmo, o que possibilita diversas ligações entre ciclos adaptativos, com resultados diversos. Existem, contudo, duas ligações que possuem particular importância para o estudo da resiliência, pois têm especial influência na sustentabilidade dos sistemas. A sua importância é tal que possuem denominações específicas: **Revolta** e **Memória** (Figura 2.3) (Folke, 2006; Holling, 2001).

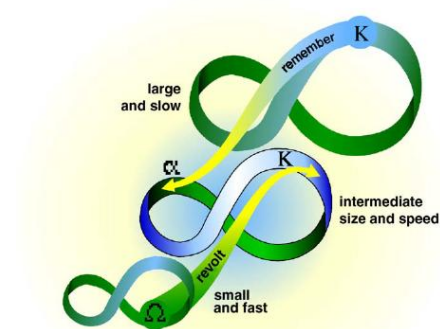


Figura 2.3 – Dois tipos de ligações possíveis entre ciclos adaptativos constituintes de uma *Panarchy* (Folke, 2006)

Quando um nível entra na fase Ω , destruição criativa, essa destruição pode repercutir-se nos níveis superiores desencadeando uma crise. Este efeito “dominó” de destruição, que passa de um nível para os outros, tem maior expressão quando os níveis acima daquele que se encontra na fase Ω , se encontram na fase K - fase caracterizada por reduzida resiliência, quantidades de potencial acumulado elevadas, elevada rigidez e, portanto, grande vulnerabilidade. É dito, até, que nesta fase estão criados todos os ingredientes para a ocorrência de um potencial incidente (Folke, 2006; Holling, 2001). A ligação que se estabelece

entre o nível que entrou em destruição criativa e o nível superior, que se encontra na fase *K*, denomina-se de revolta, podendo ter consequências catastróficas para a sustentabilidade de todo o sistema (Holling, 2001).

Outra importante ligação entre níveis é a ligação denominada de Memória. Esta une um nível inferior, cujo ciclo adaptativo se encontra na fase α - ciclo que acabou de sofrer mudanças internas e que se encontra prestes a iniciar um novo ciclo - e um nível superior que se encontra na fase *K*, isto é, com muito potencial acumulado. Esta ligação dá-se no sentido oposto à anterior, ou seja, é o nível superior que influencia as capacidades de rejuvenescimento do ciclo que se encontra abaixo, através das oportunidades e constrangimentos que lhe pode proporcionar (Holling, 2001). Por exemplo: após um incêndio florestal são os recursos, que possam estar acumulados a níveis geográficos superiores, que influenciam a capacidade da área ardida em se recuperar ou de evoluir para outro tipo de ecossistema. As opções de renovação de uma área ardida dependem, entre outras coisas, do banco de sementes existente no subsolo, das espécies sobreviventes, dos nutrientes que anteriormente foram acumulados no solo e de todo o legado biótico que possa ter sido acumulado ao longo do crescimento de toda a floresta (Holling, 2001).

Para existirem verdadeiras crises tem de haver uma coincidência de fases de vulnerabilidade a múltiplas escalas, o que é raro acontecer, por isso, regra geral, não ocorre o colapso total de uma *Panarchy* (Holling, 2001). No entanto, devido às ações humanas no meio natural, os sistemas socio-ecológicos têm-se movido para regimes cada vez menos desejáveis, levando a que a sua resiliência a perturbações externas esteja a tornar-se cada vez mais reduzida, ou seja, estes têm-se tornado mais vulneráveis a perturbações que anteriormente eram facilmente absorvidas pelos mesmos (Folke, 2006).

Além dos ciclos adaptativos, esta metodologia, que reconhece a existência de interações entre escalas, promove a interação entre os vários níveis organizacionais do sistema em estudo, isto é, promove o diálogo e a cooperação entre instituições formais e informais do sistema, de modo que todas contribuam para as decisões que são tomadas a nível da sua gestão. A isso dá-se o nome de **governança adaptativa** (Resilience Alliance, 2010). A governança adaptativa é uma forma de governança que dá ênfase à capacidade das relações na sociedade se alterarem e adaptarem em prol da persecução de gestão dos sistemas de modo sustentável, o que inclui, entre outras coisas, experiências, novas políticas para a gestão de ecossistemas, novas formas de promoção de flexibilidade e novos arranjos institucionais e organizacionais. Para Folke (2006), este tipo de governança deve compreender vários aspetos que permitam que a mesma concorra para o aumento da resiliência geral dos sistemas através da promoção da inovação, flexibilidade, diversidade e inclusão (Folke, 2006; Resilience Alliance, 2010).

A pesquisa da resiliência socio-ecológica continua em fase de exploração e os desafios à mesma são, ainda, muitos, prendendo-se, sobretudo, com a forma como os mecanismos de retroação atuam, quais os seus impactos nas diversas escalas e quais as suas implicações na vulnerabilidade e resiliência do sistema (Folke, 2006)

“A sustentabilidade é a capacidade de criar, testar e manter a capacidade adaptativa. Desenvolvimento é o processo de criar, testar e manter a oportunidade. A frase que combina ambos: desenvolvimento sustentável refere-se pois, ao objetivo de promover a capacidade adaptativa enquanto simultaneamente se criam oportunidades. Não é um oxímoro mas um termo que descreve uma parceria lógica” (Holling, 2001).

2.3.2 Aplicação a um sistema de turismo numa Área Protegida

No seguimento de vários estudos da resiliência feitos pelo Beijer Institute, este, em conjunto com a Universidade da Florida, iniciou uma rede de investigação multidisciplinar sobre a resiliência, que mais tarde veio a dar origem à Resilience Alliance e ao Jornal Ecologia e Sociedade (Folke, 2006). A Resilience Alliance é um consórcio de grupos de investigação e de institutos de pesquisa de múltiplas áreas, que juntos exploram os sistemas socio-ecológicos. O seu objetivo primordial é o de estimular a interdisciplinaridade e a ciência integrada usando o quadro geral da resiliência (Folke, 2006).

As diretrizes do quadro teórico-metodológico atual foram delineadas pela The Resilience Alliance e complementadas pelo Stockholm Resilience Centre. Strickland-Munro *et al.* (2009) propuseram um quadro de análise teórico, com o intuito de ajustar as diretrizes propostas pela Resilience Alliance ao caso concreto da sustentabilidade do turismo em áreas protegidas. Como este quadro teórico só pode ser testado por aplicação (Strickland-Munro *et al.*, 2009) decidiu-se aplicá-lo ao caso concreto do sistema Turismo no Parque Natural Vale do Guadiana.

Este conceito de resiliência é particularmente útil para entender o turismo em áreas protegidas, uma vez que nestes locais o ambiente é caracterizado pela complexidade, mudança e incerteza. Essa complexidade resulta, sobretudo, de ser uma área cujo principal objetivo é a conservação dos recursos e, ao mesmo tempo, ser um espaço propício à realização de atividades turísticas. Esta deve-se, também, ao facto de as áreas protegidas terem diversas formas de governança, com uma elevada influência do estado e, também, devido aos recursos naturais e comunidades locais terem, muitas vezes, uma forte dependência económica dessas áreas (Strickland-Munro *et al.*, 2009).

As principais adaptações propostas por Strickland-Munro *et al.* (2009) ao quadro teórico-metodológico da resiliência proposto pela Resilience Alliance ocorreram, principalmente, ao nível dos conceitos, propondo um léxico específico para o estudo deste tipo de SES. De acordo com estes autores, o sistema de Turismo numa Área Protegida compreende três componentes chave: 1) Área Protegida; 2) Turismo; 3) Comunidades Locais.

Área Protegida

Tal como abordado anteriormente, existem vários tipos de áreas protegidas que se distinguem principalmente pelos seus objetivos de conservação. A autoridade que as gere pode diferir bastante, embora, regra geral, essa autoridade seja um organismo estatal. O seu papel é variado e muitas vezes existem parcerias com outras entidades públicas ou privadas,

no que diz respeito à gestão dessas áreas, o que leva a divisões de poder. Em Portugal a autoridade estatal responsável pela gestão da maioria das áreas protegidas do país é o ICNB.

Tendo em conta a metodologia utilizada, a designação de **turismo em áreas protegidas** compreende não só as atividades ligadas ao turismo de natureza (definição de acordo com a legislação nacional), mas também atividades como o turismo cinegético e o turismo cultural. Ou seja, de acordo com a metodologia, é considerado turismo em áreas protegidas todo o tipo de turismo que ocorre nestas áreas e que utiliza, para as suas atividades, os recursos naturais e culturais existentes na mesma (Strickland-Munro *et al.*, 2009).

Comunidades locais

As **comunidades locais** abrangem as populações que residem dentro dos limites das áreas protegidas, as que residem nas proximidades da mesma e que são influenciadas pela existência da área, e outros utilizadores de recursos da AP que não sejam turistas, tais como trabalhadores rurais. Esta determinação geográfica de comunidade tem subjacente a ideia de que quanto mais próximo estão os residentes do turismo praticado na AP, mais e de maior magnitude serão os impactos experimentados pelos mesmos. A determinação destas comunidades é de extrema importância uma vez que são estas que “sofrem” a maioria dos impactos, diretos e indiretos, associados ao turismo no local, assim como são estas que contribuem para a atração ou repulsão dos turistas, ou seja, sentem os impactos e, ao mesmo tempo, também podem agir como agentes impactantes (Strickland-Munro *et al.*, 2009). No entanto, de acordo com esta abordagem, a forma como os residentes vão reagir ao turismo na AP prende-se, principalmente, com a sua atitude, envolvimento e dependência da mesma e dos recursos nela existentes, mais do que à sua localização geográfica, daí que o conceito de comunidades locais abranja, também, pessoas que vivendo, ou não, dentro dos limites da AP utilizem/dependam, de algum modo, dos seus recursos naturais. Os fatores que mais influenciam a “visão” das comunidades locais sobre o turismo existente numa AP são a extensão das suas propriedades dentro da mesma, a sua distância aos “focos” turísticos e a sua dependência social, cultural e económica do turismo e, ainda, a “competição” pelos recursos entre si e as atividades turísticas, sendo principalmente a dependência económica do turismo apontado como o principal fator (Strickland-Munro *et al.*, 2009).

Turismo

As comunidades locais representam apenas parte dos agentes com interesse neste sistema (Strickland-Munro *et al.*, 2009). Além destas existem outros grupos de interesse, designados por **comunidades de interesse**, que podem, ou não, partilhar uma localização geográfica, mas que partilham os mesmos interesses quanto ao turismo na AP em questão, daí serem a componente chave a que Strickland-Munro *et al.* (2009) designaram de Turismo. Fazem parte das comunidades de interesse todos aqueles que de algum modo têm interesse no turismo nessa AP, tais como visitantes, gestores do Parque, operadores turísticos, autoridades turísticas e todos aqueles que partilham e podem influenciar o SES (Strickland-Munro *et al.*, 2009).

Há pessoas e/ou entidades que fazem parte das comunidades locais e, ao mesmo tempo, das comunidades de interesse, tais como por exemplo, residentes da AP que são, também, operadores turísticos. Contudo, existem outros tantos que apenas pertencem a um dos dois grupos. O que se pretende com esta metodologia é perceber exatamente, num sistema Turismo numa AP em concreto, qual a perceção do turismo por cada um destes intervenientes: comunidades locais, comunidades de interesse e de todos os que fazem parte, tanto do primeiro como do segundo grupo.

De forma sucinta, o objetivo primordial deste quadro é perceber o sistema que se está a estudar, que fatores, internos e externos, chave estão a influenciar o seu regime atual ou que podem, de algum modo, alterar o mesmo, tanto para melhor (oportunidades), quanto para regimes menos desejáveis, de modo a ser possível traçar estratégias de gestão sustentável (conservar os recursos mas sem castrar a capacidade das populações que aí residem de se desenvolverem), que lidem com mudanças e incertezas, de modo a tornar o sistema resiliente a perturbações não desejáveis e promovendo, de igual modo, a sua capacidade de absorver e integrar a inovação e as oportunidades que vão surgindo (Resilience Alliance, 2010).

Houve, assim, a necessidade de construir um modelo conceptual do sistema socio-ecológico que representa a área de estudo, a determinação dos seus limites geográficos e temporais, juntamente com os recursos existentes neste, as comunidades locais e de interesse, as instituições e as questões pertinentes que lhe estão associadas. (Resilience Alliance, 2010).

Esta metodologia é participativa, interativa e dinâmica (Figura 2.4), exatamente como se deseja que seja visto o sistema e como deve ser encarada a sua gestão (Resilience Alliance, 2010; wikiresilience, 2012). Por isso, cada etapa da mesma foi revista e alterada, várias vezes, ao longo da sua aplicação, à medida que se obteve e se foi incorporando mais conhecimento sobre o sistema em estudo e as suas dinâmicas.

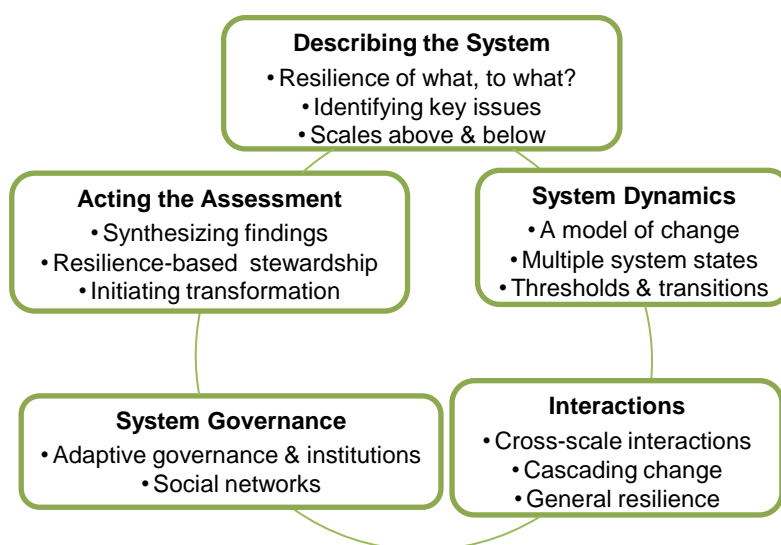


Figura 2.4 – Esquema da aplicação da metodologia da resiliência (Resilience Alliance, 2010)

O quadro de análise conceptual proposto por Strickland-Munro *et al.* (2009) (Figura 2.5), para a investigação dos impactos do turismo numa AP, nas comunidades e nos recursos, tendo por base o quadro de avaliação da resiliência da Resilience Alliance (2010), é o que a seguir se descreve:

1) Definir o Sistema: Turismo na Área Protegida

O primeiro passo é definir qual ou quais as questões chave a que se quer dar resposta e, de acordo com esta(s), tentar perceber e definir quais os limites espaciais e temporais do sistema focal em estudo necessários para tal. Ainda nesta primeira fase há que definir as componentes chave do sistema: o parque natural e os seus recursos, turismo e comunidades locais.

Para ambas as determinações é necessário recorrer a perspetivas tendo em consideração as relações de poder, de modo a reduzir o enviesamento da visão do sistema. Pode-se começar por delimitar o mesmo e, à medida que se vai avançando na investigação, ir-se modificando os seus limites, componentes e atributos pertinentes para a avaliação que se pretende fazer.

2) Identificar os fatores que afetam o sistema

Numa segunda fase é necessário compreender os fatores e eventos (perturbações) que interna e externamente podem afetar o sistema.

Com vista a esse objetivo deve-se traçar o perfil histórico do sistema, procurando identificar e caracterizar as suas variáveis-chave. Variáveis estas, passíveis de serem monitorizáveis, que foram variando de forma lenta e continuada ao longo do tempo e que permitem compreender a evolução do sistema até o seu regime atual. Deve-se, também, identificar as perturbações a que esteve sujeito no período histórico considerado, caracterizando a magnitude, frequência e duração das mesmas, assim como, tentar inferir se estas poderão continuar a ocorrer, ou que outras perturbações o sistema poderá estar sujeito, tendo em consideração a sua evolução.

3) Identificar as pessoas chave do sistema e compreender as suas instituições

Nesta fase há que compreender quais os indivíduos e organizações-chave para a governança do sistema e de que modo se relacionam, isto é, identificar relações de poder e partilha de responsabilidades. É necessário, também, pesquisar que regras, leis, políticas, direitos de propriedade e tradições condicionam as tomadas decisões e a maior ou menor flexibilidade de gerir o sistema. Entender a governança de um sistema permite perceber as relações de poder, as dinâmicas e, sobretudo, os conflitos entre as várias partes interessadas e, consequentemente, compreender de que modo a mesma pode estar a influenciar a resiliência do sistema.

4) Desenvolvimento do sistema e limiares

Por fim, é necessário decidir-se como gerir o sistema de modo a manter ou aumentar a sua sustentabilidade. Com base na informação recolhida nas fases anteriores devem-se traçar cenários futuros que assentem sobre poucas variáveis, imprevisíveis e bem definidas, que são

consideradas críticas para a rumo do mesmo, nunca esquecendo o grande grau de incerteza associado a estes cenários. A sua construção destes cenários é, essencialmente, um resumo sobre a ligação de eventos passados e presentes, com hipotéticos desenvolvimentos futuros, através da monitorização de variáveis-chave, servindo, principalmente, para investigar, não só os limiares críticos do sistema focal, mas, sobretudo, os fatores que têm, verdadeiramente, a capacidade de levar o mesmo até esses limiares. Criam-se, assim, instrumentos de auxílio à gestão do sistema que permitem perceber onde é que este se encontra atualmente, para onde se quer levá-lo ou afastá-lo, de modo a manter ou “empurrar” o mesmo para estados mais desejáveis, sem esquecer, contudo, que os sistemas estão sempre em permanente mudança, que existem muitas variáveis incontrolláveis e que o grande grau de incerteza associado ao futuro é, verdadeiramente, a única certeza que se tem.

Devido ao tempo existente para a realização da tese, não foi possível aprofundar a terceira etapa nem terminar a última, ou seja, não se aprofundou os sistemas de governança nem se construíram cenários, o que ficará, quem sabe, para um futuro trabalho.

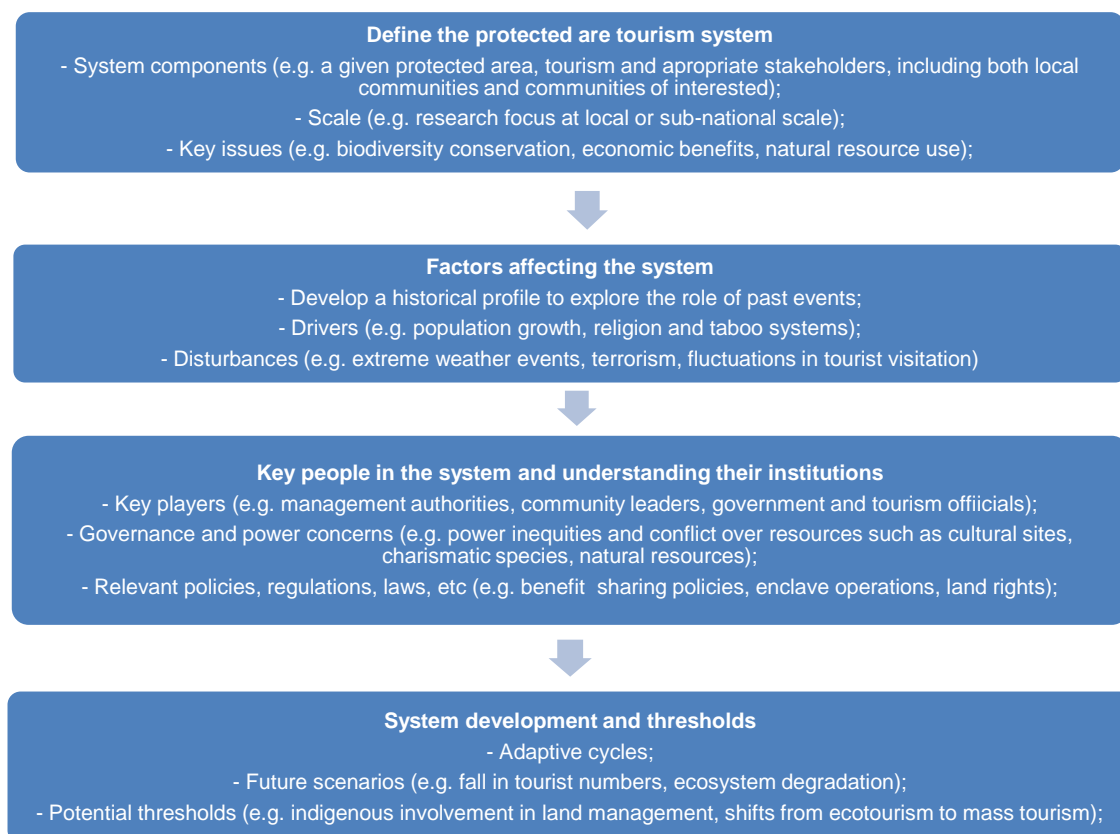


Figura 2.5 – Quadro conceptual proposto por Strickland-Munro *et al.* (2009), para aplicar a metodologia da resiliência ao caso concreto do SES Turismo em AP (Strickland-Munro *et al.*, 2009)

3. Delimitação, caracterização e evolução do sistema

A questão principal desta dissertação é: como gerir o turismo existente no PNVG de modo a que este concorra para a resiliência do sistema focal como um todo?

Tendo em conta o quadro da resiliência e de modo a responder a esta questão, começou-se por definir, caracterizar e compreender as dinâmicas do sistema focal, assim como, de que modo estas podem ser influenciadas pelo que ocorre a escalas temporais e espaciais acima e abaixo do mesmo. Para o efeito recolheu-se informação por pesquisa bibliográfica, por entrevistas (Anexo I), a informadores privilegiados das diferentes componentes do sistema e especialistas de certas áreas mais técnicas/científicas (Quadro 3.1), e por inquéritos recolheu-se informação de residentes, turistas e operadores turísticos (Anexo II). Os inquéritos foram realizados nos últimos 15 dias de Junho de 2012. Os questionários tiveram por base a informação obtida das entrevistas e revisão bibliográfica realizadas até à data. Para obter perspetivas dos diferentes grupos de interesse, e face ao tempo disponível para a realização do trabalho de campo, inquiriram-se 32 residentes, 23 turistas e 16 operadores turísticos. A explicação detalhada sobre o modo como decorreram os inquéritos e as opções tomadas no terreno, assim como a distribuição espacial dos operadores turísticos, encontra-se no anexo III.

Quadro 3.1 – Entrevistas realizadas

Componentes do sistema	Nº de entrevistados	Entidades
Gestores de Recursos	2	PNVG; FAC*;
Gestores de Turismo	2	Merturis; RT Alentejo
Associações de Desenvolvimento Local	3	ADPM; Rota do Guadiana;
Especialistas de Áreas Específicas	3	ISA ** (ecossistemas fluviais; Turismo em AP; <i>birdwatching</i>)

* **FAC** : Federação Alentejana de Caçadores; ** **ISA**: Instituto Superior de Agronomia;

Com o desenrolar da investigação e o aprofundar dos conhecimentos sobre o sistema e as suas dinâmicas, rapidamente se compreendeu que a questão principal levanta várias outras questões, igualmente pertinentes, que devem, também elas, ser discutidas:

- 1) As várias atividades turísticas existentes no Parque podem ser compatibilizadas?
- 2) O turismo no Parque pode contribuir para os objetivos de conservação do mesmo?
- 3) De que modo é que o turismo pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações locais?

3.1 Delimitação do sistema focal

A 18 de Novembro de 1995 foi criado o Parque Natural Vale do Guadiana, classificado como Parque Natural pelo Decreto-Lei 28/95 de 18 de Novembro de 1995. Este Parque, único no país a ser criado de baixo para cima (bottom-up), foi classificado devido ao seu elevado

interesse faunístico, florístico, geomorfológico, histórico-cultural e paisagístico. De acordo com as entrevistas realizadas o intuito da sua criação foi, não só o de preservar os seus valores naturais e histórico-culturais e a identidade das paisagens, estas ameaçadas devido ao progressivo desaparecimento dos sistemas tradicionais de utilização do solo, como o de promover o desenvolvimento socioeconómico do território em que este se insere, de forma sustentável e assente nos valores naturais e patrimoniais do mesmo (ICNB, 2012; DL 28/95). Uma das vias para desenvolver a região poderá ser o turismo, que se for gerido de forma adequada permite aliar a utilização de recursos naturais e patrimoniais com a sua conservação, tal como discutido na primeira parte desta dissertação.

De acordo com as entrevistas realizadas aos gestores de recursos, o PNVG possui características intrínsecas com potencial para atrair visitantes e criar turismo, tais como, ter uma área cujos ecossistemas se encontram em recuperação, possuir uma enorme riqueza em espécies, especialmente espécies cinegéticas e avifauna, possuir baixa densidade populacional e um património cultural diversificado e peculiar (local do país onde a influência islâmica é mais visível e se encontra mais preservada), assim como deter o único troço do Guadiana que não possui barragens.

Deste modo, o sistema focal em estudo, turismo no PNVG, foi delimitado geograficamente pelos limites do próprio Parque (Figura 3.1). Este possui uma área com cerca de 69.773 ha, que se estende ao longo do rio Guadiana, desde as freguesias de Sta. Maria e Salvador (a sul do concelho de Serpa) até à ribeira do Vascão (fronteira do concelho de Mértola com o Algarve). O PNVG encontra-se maioritariamente dentro dos limites do concelho de Mértola, ocupando cerca de metade do território deste concelho, abrangendo as freguesias de Alcaria Ruiva, Espírito Santo, S. João dos Caldeireiros, Santana de Cambas, Corte do Pinto e Mértola. O seu ponto mais a este é a mina de S. Domingos e num dos seus pontos mais a oeste eleva-se a serra de Alcaria, com uma cota de 370 m, a mais elevada de todo o Parque (ICNB, 2012; Cardoso *et al*, 2008).

A janela temporal do sistema focal, que pareceu adequada a este estudo, inicia-se com o surgimento do turismo nesta região, ou seja, nos anos 80, e estende-se até aos dias de hoje. No entanto, para se perceber o sistema atual, e a possível evolução futura, foi necessário alargar a escala temporal em análise. O que se pretendeu foi recuar suficientemente no tempo, de modo a tentar compreender que variáveis-chave e que perturbações levaram o sistema em estudo até à situação atual. Para tal, a escala geográfica também teve de ser alargada. Por vezes bastou ampliar a mesma até ao nível concelhio (concelho de Mértola), noutras, no entanto, foi necessário estudar o panorama a nível regional e nacional. De uma forma geral, quanto mais se recuou no tempo (alargamento da escala temporal), maior foi, também, a necessidade de alargar a escala espacial utilizada, tal como discutido na primeira parte desta dissertação.



Fonte: Instituto Geográfico Português, CAOP 2012.0 (carta administrativa oficial de Portugal) e mapas em SIG do ICNB, 2012

Figura 3.1 – Delimitação geográfica do sistema focal Turismo no Parque Natural Vale do Guadiana

3.2 Perfil histórico e interação entre escalas

Ao fazer-se a resenha histórica da região percebeu-se que o período mais importante para compreender os potenciais e os constrangimentos atuais do sistema focal se devem à evolução experimentada pelo território em que este se insere, nos últimos 150 anos, pois ao longo deste período vários foram os acontecimentos (perturbações) que de algum modo influenciaram a evolução do sistema, concorrendo para a sua situação atual (Figura 3.2, p. 45). Para simplificar a compreensão dessa evolução dividiu-se essa janela temporal em 3 períodos distintos: 1) Abertura da Mina de S. Domingos e Protecionismo Cerealífero (1864-1960); 2) Encerramento da mina e Êxodo Rural (1960-1985); 3) Entrada UE até aos dias de hoje (1986 a 2012).

A ocupação humana ininterrupta deste território iniciou-se no Paleolítico Superior (Cardoso *et al.*, 2008). Antes dos romanos, a exploração de minérios vários, em especial do cobre, e a agricultura com as arroteias eram as principais atividades humanas desta região, situação que se prolongou durante vários séculos (Casimiro, 1993). O Guadiana desempenhou um papel fulcral na exportação de trigo e de minérios na época romana, tornando a região de Mértola um ponto estratégico na produção e exportação destes dois bens, para o sul do país e para a Andaluzia (Casimiro, 1993), aproximando Mértola mais de Castro Marim e da Andaluzia do que da própria capital de distrito, Beja (Simas, 2000).

Com os descobrimentos aumentaram as áreas arroteadas, com vista à obtenção de madeira para construção naval (Casimiro, 1993). Durante os séculos seguintes as áreas arroteadas continuaram a aumentar e no século XVIII, os arroteamentos das Serras de Serpa e

de Mértola, para produção de carvão, eram já considerados atentados ambientais (Simas, 2000).

1) *Abertura da mina de S. Domingos e Protecionismo Cerealífero (1864-1960)*

Em 1864, ano do primeiro Recenseamento Geral da População, entrou em funcionamento o complexo mineiro de S. Domingos (Mértola) por iniciativa da companhia Mason & Barry (Casimiro, 1993). A mina animava a economia local e deste modo, até próximo de 1890, a população de Mértola experimentou um crescimento continuado, localizado em redor do complexo mineiro. Algumas freguesias do concelho, principalmente as mais afastadas do complexo, viram, neste período, a sua população decrescer, no entanto outras, como Corte do Pinto e Santana de Cambas, cresceram tanto que o saldo concelhio foi positivo, o que leva a crer que houve migrações dentro do próprio concelho (Casimiro, 1993). A mina foi a tábua de salvação de muitos dos desempregados nos maus anos agrícolas, uma vez que absorvia essa mão-de-obra barata impedindo que fomes maiores assolassem o concelho. No entanto, esta entrou em crise nos anos quarenta, tendo fechado as portas definitivamente em meados da década de sessenta (Casimiro, 1993).

Na primeira metade do século XIX, o mundo rural foi marcado pela Reforma Liberal Agrária (Casimiro, 1993; Jones *et al.*, 2011). Esta reforma aboliu os direitos feudais de propriedade e facilitou o acesso à propriedade fundiária a privados, que puderam adquirir grandes extensões de terra, o que resultou numa elevada concentração da propriedade fundiária e no sistema de latifúndio que dominou a economia agrária do sul (Casimiro, 1993; Jones *et al.*, 2011). Contudo, muitas dessas “novas” propriedades ficaram nas mãos de proprietários absentistas (Casimiro, 1993) o que, adicionado ao facto de haver falta de terras próprias para o cultivo de cereais (Jones *et al.*, 2011), fez com que o aumento da produção agrícola ficasse aquém do esperado (Casimiro, 1993; Jones *et al.*, 2011).

Ao longo do séc. XIX e quando abriu a mina de S. Domingos, as políticas governamentais relativas aos cereais oscilavam entre o livre-câmbio e o protecionismo. Só na última década de oitocentos é que se enveredou para “um regime firmemente protecionista” (Reis, 1993, p. 33). Em 1889 foi implementada a Lei de Apoio ao Trigo e em 1899 a Lei de Elviro Brito, que instituíram, entre outras medidas, a intervenção do Estado no mercado dos cereais, através da criação de um preço garantido para o trigo nacional, assegurando que este fosse vendido a esse preço, e de tarifas alfandegárias sobre o trigo importado (Reis, 1993, p. 36). Em consequência destas medidas políticas as áreas de produção nacional de trigo aumentaram, especialmente no Alentejo (Jones *et al.*, 2011). Mértola foi um dos locais onde as leis protecionistas tiveram maior impacto, pois provocaram um arroteamento intenso, levando a que, independentemente do tipo de solo, declive dos terrenos ou vertente, tudo fosse semeado com trigo (Casimiro, 1993). Nos finais de oitocentos cerca de 62,9 % da área do concelho era agrícola (pousio-pastagens e culturas arvenses), restando apenas cerca de 30 % de solo coberto por matos e charnecas (Feio, 1998; Casimiro, 1993). A área mais agricultada e humanizada encontrava-se no sul do concelho. A norte, principalmente, na margem esquerda

do Guadiana, predominava a charneca e no centro, em torno da vila de Mértola, havia uma mistura de ambas (Casimiro, 1993).

O início do século XX trouxe a queda da monarquia e a implantação da república, mas em termos sociais e económicos nada mudou. Com a Primeira Guerra Mundial a emigração, que já se fazia sentir, aumentou, com consequente diminuição de mão-de-obra. O mercado internacional de cereais sofreu instabilidade - o trigo estrangeiro atingiu um preço superior ao preço garantido para o trigo nacional (Baptista, 1993, p. 159). O regime de proteção aos cereais foi interrompido. Estavam, no entanto, reunidos os ingredientes que levaram a que, mais uma vez, se fizessem esforços no sentido de aumentar a produção cerealífera nacional. Assim, em 1917 foi publicado o Decreto de Mobilização Agrícola, com o objetivo de aumentar a produção desta através de apoio técnico aos agricultores e de facilitar o aluguer de máquinas e gado. No entanto, este projeto falhou (Casimiro, 1993).

Em 1929, já com o Estado Novo, começou a Campanha do Trigo que veio reforçar o protecionismo retomado depois de 1923 e lançar uma política de proteção à produção de trigo, que se estendeu até ao início dos anos 60 (Baptista, 1993, p. 159). Vários incentivos ao cultivo do trigo foram criados levando os agricultores a fazer novos arroteamentos. Estes arroteamentos, em terrenos cada vez mais marginais, permitiram aumentar a superfície de terras e a produção, mas como tinham pouca ou nenhuma aptidão cerealífera, ao fim de poucos anos (fim dos anos trinta), os seus rendimentos decresceram acentuadamente e os seus solos ficaram definitivamente destruídos (Casimiro, 1993; Jones *et al.*, 2011). Particularmente em Mértola, além da destruição dos solos, esta campanha conduziu à “dizimação” de grandes povoamentos de azinheira, de sobreiro e de matos de urze, tendo marcado definitivamente os solos e, consequentemente, a paisagem (Casimiro, 1993; Cardoso *et al.*, 2008).

Nos anos trinta, a nível nacional, dos 4 milhões de hectares de áreas incultas estimados em 1875, restavam, em 1934, menos de 1,5 milhões (Jones *et al.*, 2011). O fim desta campanha, que pelo meio deixou de abranger apenas o trigo e passou também a fomentar a agricultura em geral, sob o nome de Campanha de Produção Agrícola, sofreu uma série de maus anos agrícolas (1940, 1944, 1945 e 1948) e, como consequência, os campos mais marginais e de pior aptidão agrícola foram abandonados, tendo permanecido nessas terras, apenas a população, com pouca ou nula capacidade económica, que continuou teimosamente a tentar produzir trigo nesses solos (Casimiro, 1993). No mesmo período, outras atividades destas populações eram a pesca e o tráfego fluvial, sobretudo do minério que provinha da mina. Segundo os dados de Simas (2000), de acordo com os marítimos registados oficialmente, o número destes aumentou no início do século XX, atingindo o seu máximo (73 indivíduos) em 1922. Houve uma quebra, coincidente com os anos da Grande Guerra, logo seguido de novo aumento após o término da mesma, que pode estar relacionado com o regresso de homens que tinham sido mobilizados para a guerra (Simas, 2000).

Com o fim do século XIX a população portuguesa continuava a crescer mas as condições de vida estavam a piorar, o que levou a que houvesse uma forte emigração de portugueses

para o Brasil e EUA (Casimiro, 1993; Jones *et al.*, 2011). Mértola não foi exceção, até porque, aliada à crise económica juntou-se o facto de a produção de cobre da mina de S. Domingos estar nesta altura em declínio. Fazendo o balanço final, o concelho perdeu cerca de 3,9% da população, neste período (Casimiro, 1993).

Apesar do decréscimo populacional no final do século XIX, o balanço secular foi positivo, pois, entre o final do século XVIII e o final do século XIX, a população mertolense quase que duplicou (Casimiro, 1993). Entre 1900 e 1950, os fluxos migratórios do país, umas vezes levaram a que houvesse aumento populacional e noutras, um decréscimo. Apesar de Mértola não ter ficado indiferente a esses fluxos, foi durante este período que registou o seu maior aumento demográfico, pois só entre 1920 e 1930 a população do concelho cresceu 24,2 %, tendo continuado a crescer, de modo menos acelerado, até aos anos 50, altura que atingiu o número de habitantes mais elevado de sempre, 29.353 habitantes (Quadro 4.1 e Figura 4.1, p.59), estabilizando (Casimiro, 1993).

Em termos paisagísticos e de qualidade ambiental, a mina marcou esta região de forma particular e é motivo de preocupação ainda nos dias de hoje. No período em que decorreu a sua atividade o maior problema era o despejo dos seus efluentes, sulfatados, ricos em sedimentos metálicos, com pH's baixíssimos, diretamente no rio Guadiana. Esses efluentes apesar de serem obrigados a percorrer um longo percurso antes de atingirem os cursos de água, como forma de tratamento, chegavam ao rio ainda extremamente contaminados. Consequentemente, quando estas descargas eram realizadas em alturas em que o rio tinha um caudal mais reduzido havia uma enorme mortandade de peixes, com enormes prejuízos ambientais, mas também sociais e económicos para aqueles que viviam da pesca no rio. (Simas, 2000; Casimiro, 1993). Durante a sua laboração, a mina também contribuiu para o assoreamento do rio, contudo, o principal responsável por este foi a agricultura, que ao esgotar o solo apenas permitiu, no mesmo, vegetação com reduzidas taxas de cobertura, contribuindo para a sua erosão e transporte desses sedimentos (Casimiro, 1993).

Hoje em dia, a poluição provocada pela mina é ainda muito grande e atinge vários ecossistemas. A área da mina e a sua envolvente paisagística são uma ferida mal cicatrizada a que Casimiro, em 1993, apelidou de “paisagem lunar”, que é, de facto, a melhor forma de descrever aquela área, tal é a sensação de desolação que se sente ao percorre-la. As escombrelas ricas em arsénio (As), chumbo (Pb), cobre (Cu), zinco (Zn) e antimónio (Sb), que foram deixadas a céu aberto sem qualquer tipo de contenção, fazem com que o vento e a chuva se tornem vetores de poluição. O vento promove a contaminação das áreas envolventes, através do transporte de partículas de pequenas dimensões. A chuva contribui para a poluição de solos, sedimentos e cursos de água (vários troços da rede hidrográfica a jusante da mina, ribeira de S. Domingos e Chança, possuem vários quilómetros de pH's baixíssimos e elevada condutividade), através da drenagem ácida (Abreu *et al.*, 2008; Matos e Martins, 2006). Apesar de tudo, a contaminação tem-se mantido mais ou menos confinada à área da mina, uma vez que permite o desenvolvimento de floresta de eucaliptos ao seu redor (Matos e Martins, 2006).

Foram estes anos de sucessivos arroteamentos intensos, numa tentativa de aumentar a produção, numa região de solos pobres, associados a uma exploração intensa de recursos cinegéticos e piscícolas e a uma atividade mineira com impactos ambientais profundos e duradouros, pouco ou nada minimizados, que transformaram a paisagem e os recursos naturais desta região.

2) *Êxodo Rural e Encerramento da Mina (1960-1985)*

Na década de sessenta as más condições de vida nos campos e os esforços canalizados para a industrialização do país levaram a que muita da população rural em idade ativa emigrasse para outros países europeus ou migrasse para as cidades à procura de trabalho (Casimiro, 1993; Jones *et al.*, 2011). Mais de 1 milhão de portugueses emigrou para a França, Alemanha e Luxemburgo, entre 1960 e 1980 (Jones *et al.*, 2011)

O êxodo rural e a emigração, que ocorreram por todo o país, assim como o encerramento da mina, tiveram fortes impactos na população mertolense, que se refletiram num decréscimo populacional na região de 44,7 %, entre a década de 60 e 70 (Quadro 4.1 e Figura 4.1 p.59), ao mesmo tempo, a sua estrutura etária sofreu alterações profundas. Começou assim o despovoamento desta região do país (Cardoso *et al.*, 2008; Casimiro, 1993).

A falta de mão-de-obra, consequência do êxodo, concorreu para a transformação tecnológica a nível da agricultura: generalização da utilização de fertilizantes, principalmente fosfatados, o uso de sementes selecionadas e melhor mecanização das várias operações de produção agrícola, permitindo libertar os solos mais marginais e com maior declive onde as máquinas não conseguiam entrar. A utilização de fertilizantes e de sementes selecionadas permitiu a intensificação das culturas com manutenção de produções com elevados rendimentos, caminhando cada vez mais para uma monocultura intensiva de trigo (Jones *et al.*, 2011; Casimiro, 1993). A somar a isto, foram suspensos, em 1963, os subsídios aos arroteamentos, o que, no conjunto, contraiu a área de produção de trigo (Jones *et al.*, 2011).

Na sequência do 25 de Abril de 1974 deu-se uma reforma agrária, na tentativa de melhorar as condições dos trabalhadores (emprego, remuneração fixa, horário de trabalho e assistência social), de aumentar a produtividade do sector, assim como de dar emprego a numerosos trabalhadores que regressaram com o fim da guerra e atenuar os efeitos da crise no sector da construção civil, que então se faziam sentir (Casimiro, 1993; Jones *et al.*, 2011). Com esses objetivos, os grandes latifúndios foram expropriados ou nacionalizados e essas terras entregues a cooperativas de trabalhadores (Casimiro, 1993). Quando os decretos de lei das expropriações e nacionalizações saíram, em Julho de 1975, já se tinham dado ocupações dos terrenos pelos trabalhadores e pelos assalariados agrícolas. Como Mértola tinha, nessa altura, um baixo índice de proletarianização agrícola, as expropriações que ocorreram deram-se maioritariamente na zona noroeste do concelho, coincidentes com terrenos menos declivosos e de melhor qualidade - onde ainda existiam os latifúndios. Também ocorreram algumas expropriações no sudoeste do concelho, mas em terrenos não serranos (Casimiro, 1993).

Além das questões da terra, o 25 de Abril trouxe também o poder autárquico que, juntamente com o Estado, teve um papel relevante na melhoria das condições de vida das

populações. O desenvolvimento da segurança social, do sistema de saúde e de educação (Gaspar, 1987, p.85) permitiu, a nível do sector dos serviços públicos, a criação de emprego. Permitiu, também, aos cidadãos passarem a tomar decisões sobre a gestão do espaço até aí nas mãos dos que detinham o poder económico dos territórios (Baptista, 2001).

Em 1977, a Lei Barreto voltou atrás com as decisões de expropriação de terras, alterando a lei a favor dos proprietários. Segundo Casimiro (1993) esta Lei originou novos movimentos migratórios em direção às cidades, com a agricultura a ficar em piores condições que antes da revolução. A Lei Barreto, combinada com os incentivos à produção de leite, carne e reflorestação, que vinham de períodos anteriores, tiveram como consequência a redução da área agrícola nacional sendo que algumas das áreas agrícolas abandonadas foram convertidas em florestas plantadas (Jones *et al.*, 2011). A reflorestação, acima referida, incluía, entre outras medidas, a cobertura de 50 % dos investimentos de instalação. Assim, entre 1968 e 1983, cerca de 130 mil ha foram reflorestados em Portugal, 45 % dos quais de *Pinus pinaster*, 30 % de *Pinus spp.*, 14 % de *Eucalyptus* e 2 % de sobreiros (Jones *et al.*, 2011).

A população do concelho de Mértola voltou, neste período, a sofrer novo decréscimo, sendo as freguesias mais afetadas Santana de Cambas (32,6 %), Espírito Santo (26,5 %), São Sebastião (26,6 %) e Alcaria Ruiva (31,8 %). Na década de oitenta continuou o despovoamento deste território, mas a um ritmo menos acelerado, havendo uma diferenciação bastante marcada entre a zona norte e sul do concelho. Nesta última foi onde se deu maior redução da densidade populacional (Casimiro, 1993).

Com o fecho da mina em meados da década de 60, o porto do Pomarão fechou e o número de embarcações no rio, que faziam transporte de mercadorias, reduziu-se, não só devido a deixar-se de transportar minério, como ao facto de o fecho da mina ter levado a uma forte emigração que, consequentemente, reduziu a necessidade de transporte de mercadorias entre Mértola e outras localidades a sul do país e a Andaluzia. Com a inauguração da estrada para o Algarve, assim como com o incremento do transporte motorizado, terminou o transporte de mercadorias e de pessoas pelo Guadiana.

Após o fecho da mina aumentou o número de pescadores, pois o fim das descargas ácidas permitiu a pesca no Guadiana durante o ano todo, ao longo dos anos seguintes (Simas, 2000). Desde os finais da década de 70 que a poluição voltou a marcar presença no Guadiana. Se até à década de 60 esta resultou, principalmente, da laboração da mina, a partir de meados da década de 70 passou a ser, não tanto de origem química, mas de origem bacteriológica. As fontes desta poluição foram, e ainda são, diversificadas, desde as suiniculturas em Espanha e em Portugal, a montante de Mértola, à agricultura intensiva e aos esgotos urbanos com deficiente tratamento em Mérida, Badajoz, entre outros. Esta poluição leva a longos períodos de águas eutrofizadas que apenas tornam a ficar limpas após novas cheias. Esta poluição já teve como consequência o desaparecimento de espécies piscícolas como o solho, e a redução de outras como o sável, e ainda a proibição de pescar, por períodos prolongados, das que são mais resistentes, como a tainha, o que ao longo dos anos tem conduzido a problemas associados ao desemprego generalizado e à pesca ilegal. Em 1999, a poluição foi tal que, não

só morreram peixes, como foram encontradas dezenas de cegonhas mortas juntos às margens do Guadiana, perto do Pomarão e da Vila de Mértola (Simas, 2000).

3) *Entrada na União Europeia até à situação atual (1986 a 2012)*

Quando da entrada de Portugal na UE, a Europa tinha iniciado um processo de reforma da sua política agrícola. Esta reforma, designada de Nova Política de Estruturas, tinha como objetivo acabar com as montanhas de excedentes através da diminuição da população e superfície agrícola e da promoção de uma agricultura competitiva (Casimiro, 1993). Portugal, que na época tinha ainda uma agricultura atrasada técnica e estruturalmente, teve dificuldades em acompanhar as tendências europeias. A nível nacional apenas o girassol e o tomate eram competitivos, não sendo produzidos em Mértola (Jones *et al*, 2011).

Assim, e devido às particularidades do país, foi criado um programa específico para o mesmo: PEDAP – Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa. O objetivo era melhorar as condições de produção e de comercialização e a estrutura deste sector. Entre outras medidas, visava o encorajamento à cessação da atividade agrícola, o melhoramento florestal e uma maior valorização dos produtos florestais (Casimiro, 1993).

Este financiamento deveria incidir, principalmente, em regiões desfavorecidas, sendo que Mértola cabia em todas os critérios da definição: mais de 90 % dos solos pertencentes às classes D e E (capacidade de uso muito limitadas, limitações severas, risco de erosão elevado), encabeçamento de 0,5 ovelhas/hectare, densidade populacional cerca de 9 hab/km² e em que, em 1981, pouco menos de 50 % da população ativa trabalhava no sector primário (Casimiro, 1993). Deste modo, sob este programa foi criado, em Junho de 1987, um projeto específico para a zona de Mértola (Projeto Agropecuário da Cooperativa Agrícola de Mértola), tendo este partido da iniciativa dos agricultores da região. Este projeto tinha como principal objetivo preparar as explorações para o futuro, isto é, para conseguirem acompanhar as transformações no sector agropecuário do resto da Europa, ao mesmo tempo que visava mitigar a erosão dos solos, melhorar a sua fertilidade, aumentar a produtividade pecuária, melhorar as condições de vida dos trabalhadores agrícolas e os seus salários, assim como fixar jovens à terra (Casimiro, 1993). No entanto, nem todos os objetivos foram atingidos, como se pode verificar no resto da resenha histórica, assim como no estado atual do sistema (Casimiro, 1993).

Em 1992 a Política Agrícola Comum (PAC) passou a integrar medidas agroambientais e de reflorestação, com os objetivos de reduzir os impactos negativos da agricultura no ambiente, melhorar os serviços dos ecossistemas e fomentar o desenvolvimento rural (Jones *et al*, 2011; Pinto-Correia, 2000). As ações de cariz agroambiental visavam reduzir a intensidade da agricultura em zonas ambientalmente sensíveis, ou mesmo libertá-las totalmente desta. Dentro destas medidas incluem-se, também, atividades complementares à agricultura como o turismo, a caça ou o lazer, isto é, a capacidade dos proprietários de explorações agrícolas conseguirem tornar os espaços multifuncionais de modo a reduzir a pressão sobre o recurso solo. A florestação – estava de acordo com o quadro comunitário no âmbito do Programa de Ação

Florestal Comunitário, sendo uma alternativa à agricultura em solos pobres (Jones *et al.*, 2011; Casimiro, 1993).

Com o intuito de atingir esses objetivos foi criado um esquema de ajudas europeu, que promovia, entre outras medidas, a gestão de terras para acesso público e atividades recreativas e o abandono de terras agrícolas, com interesse ambiental, a longo prazo (Pinto-Correia, 2000). Foi neste enquadramento que em 1995 foi criado o Parque Natural do Vale do Guadiana (Jones *et al.*, 2011).

Em 1986 foi aprovada a lei da caça, tendo sido regulamentada apenas dois anos depois. Esta lei promoveu a criação de distintas zonas de caça, no âmbito do regime cinegético especial. Foram assim criadas zonas de caça sociais, zonas de caça associativas e zonas de caça turística (Casimiro, 1993). Mértola sentiu de forma particular esta lei, pois a maioria do seu território foi dividido em zonas de caça associativa e zonas de caça turística, tendo sobrado pouco território para a caça de livre acesso (Anexo IV). (Casimiro, 1993). O facto de os caçadores residentes terem visto inicialmente a sua área de caça cada vez mais reduzida, o direito público violado, com o fecho de caminhos, e ainda o facto das áreas de caça turística recebedoras de apoios da EU, para ajudarem a captar benefícios para a região, não estarem de facto a gerar benefícios visíveis, por falta de fiscalização, fez com que esta lei tenha trazido, na época, tensões e antagonismos sociais (Casimiro, 1993).

Em Julho de 1993, 57 % da área do concelho era considerada reserva de caça, dos quais 79,2 % eram reservas de caça turística, existindo apenas uma reserva de caça social, que foi requerida pelas Juntas de Freguesia de Corte de Pinto e Santana de Cambas e que representa menos de 1 % da totalidade das reservas de caça do concelho (Casimiro, 1993).

Entre 1990 e 2000, Portugal foi recordista da Europa dos 24 de alterações de uso do solo, de reflorestação, em percentagem da superfície, e, ao mesmo tempo, de arroteamento (Jones *et al.*, 2011). Em Mértola, a área florestal tem vindo a crescer desde 2000 e a área agrícola a reduzir-se, devendo-se, sobretudo, à reforma da PAC em 1992 e ao seu reforço após a Agenda 2000. Esta política, que tinha como objetivo converter as áreas agrícolas marginais em áreas florestadas, teve bastante impacto em Mértola, uma vez que neste período (desde 1986 até 2006), as terras agrícolas reduziram-se de 73 % para 64%, a área de florestas mistas reduziu-se de 23 % para 11 % da área total do concelho, e a área de floresta aberta aumentou, à custa destas reduções, de 1% para 22 % (Jones *et al.*, 2011).

Contudo, em vez dos benefícios esperados, com as medidas agroambientais da reforma da PAC, houve agravamento das condições dos solos, sendo que a área de solos com taxas de erosão de 10 t/ha/ano passou de 65 %, em 1990, para 72 %, em 2006. Este agravamento da erosão dos solos prende-se, segundo Jones *et al.* (2011), com o facto de áreas em que a vegetação natural já tinha começado a recuperar, terem sido substituídas por florestas plantadas (Jones *et al.*, 2011).

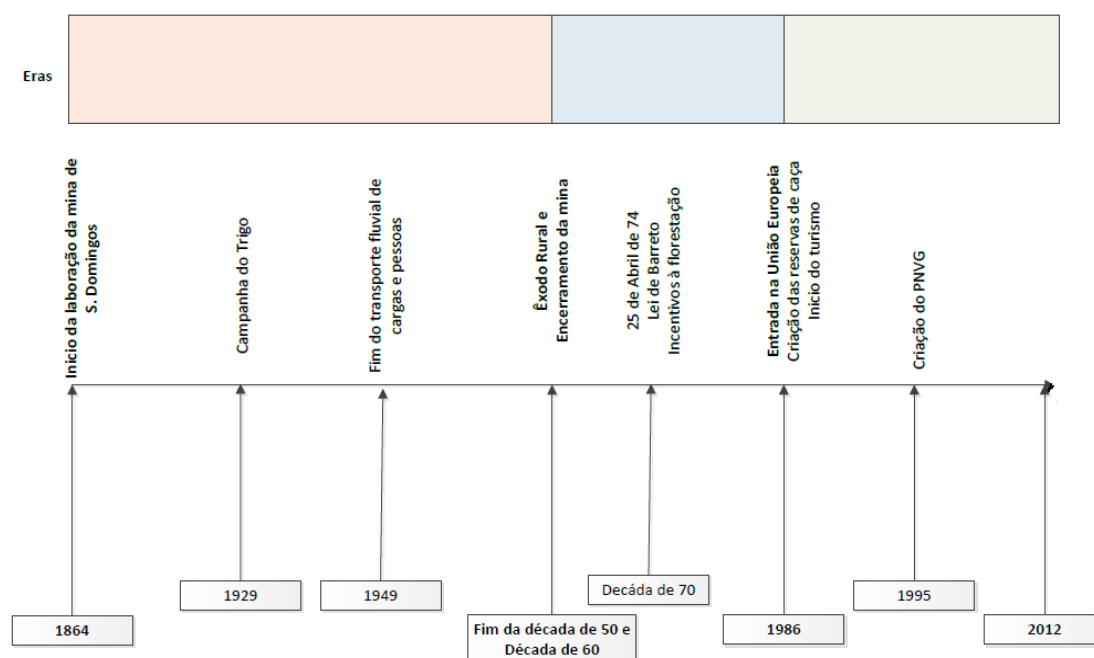


Figura 3.2 – Perfil histórico do sistema com os principais acontecimentos (perturbações) a negrito e com a indicação dos três períodos distintos por que passou o sistema

3.3 Caracterização do sistema focal

No âmbito da delimitação do sistema focal, Turismo no PNVG, e tendo em conta a sua resenha histórica dividiu-se este nas suas três componentes principais: *Parque Natural Vale do Guadiana*, *Comunidades Locais* e *Turismo*, de modo a facilitar a caracterização do seu “estado” atual.

3.3.1 O Parque Natural Vale do Guadiana

O Parque Natural Vale do Guadiana pertence à Rede Nacional de Áreas Protegidas. Sobre o mesmo território foram ainda delimitadas duas áreas classificadas no âmbito da Rede Natura: o Sítio “Guadiana”, cujo objetivo primeiro é o de preservar os habitats naturais da fauna e flora selvagens, coincidente com cerca de 43 % da área do PNVG, e a Zona de Proteção Especial (ZPE) do “Vale do Guadiana”, cujo propósito é a conservação de aves selvagens, coincidindo esta com 93 % da área do Parque (ICNB, 2012; Cardoso *et al*, 2008).

Na área do Parque é possível observar unidades paisagísticas diversificadas que decorrem da existência de três grandes estruturas geomorfológicas distintas: a peneplanície, onde se situam as culturas extensivas de sequeiro, as áreas de esteval e os montados de azinho; as elevações quartzíticas de São Barão e Alcária; e os vales encaixados do Guadiana e os seus afluentes, marginados por escarpas e matagais mediterrânicos, sendo esta a formação que mais se aproxima da vegetação original da região e que hoje em dia apenas existe nas zonas

mais inacessíveis do Parque (ICNB, 2012; Cardoso *et al.*, 2008). Em termos geológicos, a área do Parque insere-se numa das unidades do Maciço Antigo constituída, sobretudo, por rochas metamórficas, sendo estas atravessadas pela denominada Faixa Piritosa Ibérica.

O clima da região é tipicamente mediterrâneo, caracterizado por Verões secos e quentes e Invernos secos e frios. No Verão as temperaturas sobem muitas vezes acima dos 40 ° C, condicionando as atividades ao ar livre (Merturis, 2012). A pluviosidade neste território é a mais baixa de todo o país, não ultrapassando os 500 mm anuais e concentrando-se, maioritariamente, entre Outubro e Março. A insolação, uma das mais elevadas do país e de toda a Europa, atinge valores médios anuais de 2808,60 horas, sendo que os valores máximos ocorrem em Julho e os mínimos em Dezembro e Janeiro (Cardoso *et al.*, 2008).

Segundo a classificação do SROA, os solos do Parque são Litossolos (solos não evoluídos e pouco espessos) e Solos Mediterrâneos, isto é, solos argiluiados evoluídos que, no entanto, se apresentam delgados. Deste modo, a maioria dos solos da região onde se insere o PNVG apresenta reduzida quantidade de matéria orgânica e baixa capacidade de retenção de água, com consequente baixa capacidade agrícola e elevada suscetibilidade à erosão (Cortez, 2010; Cardoso *et al.*, 2008).

A principal linha de água do Parque é o rio Guadiana onde afluem, dentro dos limites do mesmo, as ribeiras do Vascão, Carreiras, Oeiras, Terres, Cobre e Limas. Devido ao clima mediterrâneo da região, estas possuem variações de escoamento muito grandes ao longo do ano (Cardoso *et al.*, 2008).

Apesar das condições climáticas parecerem extremas e os solos serem pobres, o facto é que tais características, aliadas a um regime de agricultura extensivo predominante na região nas últimas décadas, fazem do Vale do Guadiana um local com grande valor faunístico, sobretudo em termos da avifauna, encontrando-se neste cerca de 48 % das espécies de aves ameaçadas em Portugal (Cardoso *et al.*, 2008). Até à data da realização do Plano de Gestão do Vale do Guadiana, de 2008, tinham sido recenseadas 161 aves, 35 mamíferos, 16 répteis, 13 anfíbios, 16 peixes, dez dos quais endemismos ibéricos e 13 invertebrados – Quadro 3.2 (Cardoso *et al.*, 2008).

A bacia do Guadiana é considerada, pelos especialistas, como a bacia hidrográfica de Portugal que maior atenção merece para a conservação da ictiofauna de águas interiores, devido ao seu elevado valor patrimonial decorrente da elevada variedade piscícola e do estatuto de conservação das espécies que nele habitam (ICNB, 2012). O Guadiana foi, também, o último rio português onde tanto o solho como o esturjão (*Acipenser sturio*) existiram. Os últimos exemplares foram capturados no final dos anos setenta (ICNB, 2012). Esta quantidade e diversidade de espécies faunísticas distribuem-se no PNVG por cinco tipos de habitats distintos: o *sistema ribeirinho*, o *matagal mediterrâneo*, o *montado*, os *matos* e a *estepe cerealífera* (ICNB, 2012). Cada um destes sistemas possui um elenco florístico variado e caracterizador desse habitat, tendo sido contabilizadas um total de trezentas espécies, três dos quais com elevado interesse de conservação e sete incluídas na diretiva habitats - Quadro 3.3 (Cardoso *et al.*, 2008).

Quadro 3.2 – Espécies faunísticas no Parque Natural Vale do Guadiana

Classes	Recenseadas	Com interesse de conservação*	Prioritárias**	Exemplos (nome vulgar)
Aves	161	43	6	francelho-das-torres
				águia de Bonelli
Mamíferos	35	16	-	gato-bravo leirão
Répteis	16	3	-	cobra-de-ferradura cágado-mediterrânico
Anfíbios	13	5	-	sapo-parteiro-ibérico rã-verde
Peixes***	16	12	10	saramugo boga do Guadiana
Invertebrados	13	3	6	mexilhão-de-rio-pequeno libelinha

* espécies que se encontram na Diretiva Habitats e/ou na Diretiva Aves;

** espécies em perigo de extinção, com estatuto de ameaça ou que são endemismos ibéricos.

Quadro 3.3 – Caracterização dos principais sistemas ecológicos existentes no PNVG e respetivos elencos florísticos

Sistema	Caracterização do sistema	Espécies características (nomes comuns)
Ribeirinho	Vales de relevo acidentado; grande amplitude de caudal	loendro, tamargueira, freixo, tamujo, salgueiros
Matagal mediterrânico	Coberto que existiria sem intervenção humana;	esteva, sargoço, tojo-molar, trovisco, gaimão, zambujeiro, lentisco-bastardo, murta, aroeira, zimbro, azinheira
Montados	Povoamentos dispersos de azinheira e alguns sobreiros; Sub-coberto de cereais de sequeiro	sobreiro e azinheira
Matos	Surgiu após o abandono do cultivo agrícola extensivo; Colonizados por espécies arbustivas adaptadas a elevados níveis de secura;	sargaço, rosella, rosmarinho e tojo-molar
Estepe cerealífera	Principal unidade de paisagem do Parque; Surgiu após destruição do bosque mediterrâneo;	Predomínio de herbáceas, principalmente gramíneas

A flora do Parque Natural é, também, bastante rica em plantas aromáticas e medicinais, como o rosmarinho, o alecrim, a erva-ursa, a murta, a mariola, o monstrelho, o poejo e as lavandulas (ICNB, 2012). De realçar ainda a *Erica andevalensis*, um endemismo ibérico, encontrado apenas nas minas de Rio Tinto e nas minas de S. Domingos, estas últimas dentro dos limites do Parque (ICNB, 2012).

De acordo com os gestores de recursos entrevistados, mais de 90 % dos terrenos dentro do Parque são privados, não existindo baldios e sendo poucas as terras públicas. As mais relevantes são o perímetro florestal em torno de Mértola, o Campo Experimental de Erosão de Vale Formoso e alguns terrenos da Direção Regional da Agricultura, que estão arrendados.

3.3.2 Comunidades Locais

De acordo com os Dados Provisórios dos Censos 2011, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), atualmente o concelho de Mértola possui cerca de 7.274 habitantes, cerca de metade do sexo masculino e metade do sexo feminino (Quadro 3.4) e cuja população se encontra fortemente envelhecida (índice de vitalidade de 26 %³). A densidade populacional deste concelho, em 2010, rondava os 5.4 habitantes/km², existindo 3 localidades/povoações principais: vila de Mértola, Corte do Pinto e Mina de S. Domingo, onde reside 25 % da população da região (Cardoso *et al.*, 2008; INE - Estimativas Anuais da População Residente).

Quadro 3.4 - População residente no concelho de Mértola por freguesia, sexo e escalão etário

Freguesias	Sexo			Por escalão etário (anos)			
	HM	Homens	Mulheres	0 -14	15-24	25-46	≥ 65
	N.º	N.º	N.º	665	647	3449	2513
Alcaria Ruiva	849	417	432				
Espírito Santo	335	169	166				
São João dos Caldeireiros	567	275	292				
São Miguel do Pinheiro	596	298	298				
São Pedro de Solis	229	110	119				
São Sebastião dos Carros	220	112	108				
Mértola	2824	1392	1432				
Santana de Cambas	797	391	406				
Corte do Pinto	857	430	427				
Total	7274	3594	3680	7274			

Hoje, o município de Mértola caracteriza-se por um tecido económico com uma estrutura frágil e tecido crítico reduzido. O sector primário (agricultura, pesca e silvicultura) encontra-se em regressão mas ainda com um forte peso no tecido empresarial do concelho – cerca de 15 % (Anexo V). Há uma clara predominância do sector terciário, 63.9 %, concentrado maioritariamente na vila de Mértola e assente, principalmente, na administração pública local e em instituições de solidariedade social (Anexo V). Este, até a crise económica mundial começar a fazer sentir-se em Portugal, crescia em contra ciclo, devendo-se esse crescimento, sobretudo, às atividades diretamente relacionadas com o consumo, tais como o comércio, os serviços de apoio à população e à administração pública. O sector secundário (construção, indústria, água e energia) possui alguma expressividade, 20.9 % (Anexo V), mas quase todo ele assente em empresas de construção civil de pequena dimensão, que operam apenas ao nível do mercado local, e em indústrias agroalimentares, principalmente ligadas à transformação de produtos tradicionais, como o pão, o mel, os queijos (de origem ovina), os enchidos e as plantas aromática (Cardoso *et al.*, 2008). Estas atividades contribuem para

³ Índice de vitalidade = nº de habitantes com idades entre os 0-14 anos/nº de habitantes com idades ≥ 65 anos

manter a identidade cultural desta área rural, que resulta da estreita relação entre a natureza e o tecido socioeconómico (Cardoso *et al.*, 2008).

Uma outra atividade que tem vindo a crescer em contra ciclo, neste concelho, é o turismo (o alojamento e a restauração passaram de 157 em 2001, para 195 em 2011 – Anexo V), no entanto, nenhum dos entrevistados acredita que este, só por si, tenha a capacidade de impedir o contínuo despovoamento que se tem verificado neste território (Quadro 4.1, p.59) (Cardoso *et al.*, 2008).

Dividiram-se as freguesias do concelho de Mértola, que se encontram inseridas dentro da área do Parque e onde foram realizados os inquéritos, em três grupos distintos. A divisão teve em consideração a informação apurada em entrevistas e inquéritos realizados aos residentes. A divisão feita é, também, a forma como os próprios habitantes se intitulam uns aos outros:

- *Margem Esquerda do Guadiana* - Freguesias de Corte do Pinto e de Santana de Cambas;
- *Margem Direita do Guadiana* - Freguesias de Espírito Santo e S. João dos Caldeireiro;
- *Habitantes de Mértola* - Freguesia de Mértola - vila e montes;

Tendo em conta a informação obtida através dos inquéritos, ainda que estes não tenham sido tratados estatisticamente, é possível tirar algumas informações interessantes sobre o sistema focal.

Tendo em conta os inquéritos aos residentes, percebeu-se que o local do Parque em que habitam e/ou trabalham influencia a sua relação com os recursos existentes no Parque, assim como a sua opinião sobre assuntos pertinentes à análise do sistema focal, como seja a sua opinião sobre a criação do Parque, sobre o turismo existente neste e sobre o desenvolvimento da região.

Através da informação recolhida percebe-se que quanto mais afastados da área urbana do concelho menos satisfeitos com a criação do Parque se encontram os residentes. Isto acontece porque os habitantes das freguesias que constituem a margem direita e esquerda do rio utilizam os recursos naturais do Parque, não só para fins recreativos, como acontece com a maioria dos inquiridos na freguesia de Mértola (freguesia mais urbana do concelho), mas também, como fonte de rendimentos. Estes culpabilizam o Parque das restrições impostas à atividade agrícola e agropecuária que realizam como fonte de rendimento (Quadro 3.5). Os residentes na freguesia de Mértola, que na sua maioria têm atividades económicas desligadas dos recursos, como veem no Parque o principal responsável pelo aumento das espécies cinegéticas e piscícolas da região e pela conservação das paisagens, o que lhes permite usufruir das mesmas e dos seus recursos naturais de forma lúdica, são os que, regra geral, só se apercebem dos benefícios da criação do Parque.

Alguns inquiridos da margem direita do rio, além de criticarem a criação do Parque devido às restrições que consideram ter sido decorrentes da sua criação, também fizeram referência, de forma negativa, a subsídios da UE para a plantação de pinheiros. Segundo os mesmos, estes subsídios foram errados, uma vez que consideram que os pinheiros não estão adaptados às condições edafo-climáticas da região e retiram espaço à área de cultivo.

A favor da criação do Parque e das restrições, que consideram ser decorrentes da criação deste, estão os pescadores profissionais e os caçadores, isto porque admitem que as restrições impostas às atividades são o que permite a continuidade das mesmas.

Quadro 3.5 – Opinião dos residentes inquiridos sobre a criação do Parque e apuramento da utilização dos recursos naturais por parte destes

Inquiridos (por freguesias)	Criação do Parque	Utilização dos recursos do Parque				
		Agricultura	Pesca	Caça	Pastoreio	Coleta
M.E.G	x	CP/GR	√	√	GR	Frutos, espargos, cogumelos e túbaras
M.D.G	x	GR	-	√	GR	-
F. Mértola	☺	CP	√	√	-	Frutos, espargos, cogumelos e túbaras

M.E.G. – freguesias da margem esquerda do Guadiana; **M.D.G.** – freg. da marg. direita do Guadiana; **F. Mértola** – freg. de Mértola
X – contra a criação; **☺** – a favor da criação
CP – utiliza para consumo próprio; **√** – realiza a atividade com fins recreativos; **GR** – realiza a atividade para gerar rendimentos;

Quanto às atuais atividades que geram mais rendimentos e emprego na região, as opiniões divergem mas é possível verificar que os serviços (públicos e privados) e a atividade cinegética são as atividades que geram maior consenso entre os residentes inquiridos do concelho. Quanto às atividades em que se deveria apostar para desenvolver a região, de uma longa lista (ver inquéritos – Anexo II), os inquiridos assinalaram apenas a construção civil, a agricultura e a atividade turística. O turismo, de uma forma geral, e o de natureza, de modo particular, foi a atividade escolhida, pela maioria dos residentes inquiridos, para desenvolver este território (Quadro 3.6).

Quadro 3.6 – Atividades que atualmente geram rendimento e emprego na região e atividades em que se deveria apostar para desenvolver a mesma, de acordo com a opinião dos residentes inquiridos

Atividades	Geram emprego e rendimentos			Desenvolvimento da região		
	M.G.E	M.D.G	F. Mértola	M.G.E	M.D.G	F. Mértola
Construção civil	√	-	-	-	√	-
Serviços	√	-	√	-	-	-
Turismo de Natureza	-	-	-	√	√	√
Turismo Cultural	-	√	-	√	-	-
Turismo Cinegético	-	√	√	-	-	√
Agricultura	-	-	-	√	√	-

√ - escolhidas pelos residentes;

Em relação ao turismo, e aos atributos existentes no Parque com capacidade de atrair turistas, apenas a riqueza em espécies cinegéticas foi identificada em todos os grupos de freguesias inquiridos (Quadro 3.7). Do mesmo modo, quando inquiridos sobre que tipos de atividades turísticas proporcionam mais vantagens para a região, também aqui as respostas incidiram maioritariamente no turismo cinegético. Os residentes da margem esquerda do rio

apontam como um dos principais atributos do Parque a praia da Tapada Grande, que se situa exatamente neste lado do Parque, os residentes da freguesia de Mértola apontam os monumentos construídos, uma vez que a maioria do turismo cultural ocorre na vila de Mértola, ou em redor desta, e os residentes da margem direita, os monumentos naturais, onde se inclui o Pulo do Lobo e as paisagens. Naquela área do Parque a paisagem é diversificada e existem imensos veados.

Quadro 3.7 – Principais atributos turísticos do Parque para atrair turistas de acordo com a perceção dos residentes

Atributos turísticos do Parque	Inquiridos		
	M.G.E	M.D.G	F. Mértola
Praia da Tapada Grande	√		
Monumentos construídos			√
Monumentos naturais		√	
Riqueza em espécies cinegéticas	√	√	√

M.E.G. – freguesias da margem esquerda do Guadiana; **M.D.G.** – freg. da marg. direita do Guadiana; **F. Mértola** – freg. de Mértola

3.3.3 Turismo

Através das entrevistas a gestores de turismo e a associações de desenvolvimento local identificou-se como o início do turismo nesta região os meados da década de oitenta. Este surgiu a partir do trabalho pioneiro desenvolvido pelo professor Cláudio Torres, que, em conjunto com os seus alunos, fez um levantamento do espólio existente neste território e em vez de o levar para a universidade, como era prática até então, criou núcleos museológicos onde os artefactos iam sendo encontrados, o que começou a atrair pessoas à região. Esta dinâmica ancorada no património, principalmente no legado romano (primeiro núcleo) e islâmico, começou a ser estruturada, tendo sido criado o Projeto Mértola Vila Museu, que deu um grande impulso ao desenvolvimento do turismo regional (entrevistas a gestores de turismo e a associações de desenvolvimento local). Segundo as entrevistas realizadas, quem está por trás deste projeto é o Campo Arqueológico, a ADPM e a Câmara Municipal de Mértola. Para alguns, além do Projeto Vila Museu, é o Festival Islâmico, que ocorre de dois em dois anos, o outro grande impulsionador do turismo ligado à cultura. Para muitos dos pequenos comerciantes da vila de Mértola, o festival islâmico é o maior injetor de divisas no comércio local (inquéritos a residentes e operadores turísticos).

No final da década de oitenta esta região começou, também, a ser vista como um bom local para a atividade cinegética (entrevista a gestores de recursos). Com a alteração da lei da caça, em 2002, perdeu-se a obrigatoriedade das reservas de caça possuírem pavilhões para os caçadores se alimentarem e pernoitarem (entrevistas aos gestores de turismo), o que permitiu que outras herdades, outrora sem condições para legalmente poderem constituir reservas de caça, pudessem começar a complementar as suas atividades principais, agricultura e pecuária, com a atividade cinegética. Permitiu, também, que surgissem outros operadores que complementassem a falta de alojamento e restauração que se foi fazendo sentir devido às

alterações na lei. No entanto, de acordo com os inquéritos realizados a operadores turísticos, as herdades que entretanto foram complementando o seu rendimento com a atividade cinegética foram “pressionadas” pelos seus clientes para criarem condições de alojamento dentro das mesmas.

Alguns restaurantes, todos eles de gastronomia típica da região, fornecem refeições às herdades na época cinegética (entrevista a gestores de recursos). Até há pouco tempo (antes da crise), os seus principais clientes provinham da atividade cinegética: serviam refeições nas herdades com terrenos para caça e/ou serviam refeições aos caçadores, familiares e amigos, no próprio estabelecimento. Todos eles abriram portas após 2002 (inquéritos a operadores turísticos).

No entanto, o facto de as reservas de caça turística de Mértola serem das mais antigas do país faz com que a grande maioria possua pavilhões de caça e alojamento em boas condições, como era obrigatório por lei até 2002. Consequentemente, a necessidade de operadores com atividades complementares, principalmente alojamento e restauração, que poderiam ser necessários, caso a situação não fosse esta, é mais reduzida. Assim, a concentração de dinheiro em apenas algumas mãos, nesta subcomponente do turismo, é algo que muitos (residentes, gestores de recursos e operadores turísticos) o acusam, exatamente porque os principais intervenientes – reservas de caça, são muitas delas “autossuficientes” (entrevista a gestores de turismo).

Com as alterações às leis de caça e com a criação do Parque veio uma série de legislações restritivas, tais como os locais dentro da área do Parque em que se pode ou não realizar a atividade cinegética, a restrição das espécies a caçar, o número de animais por espécie caçadas por ano, etc., que permitiram uma grande “regeneração” do sistema ecológico e o aumento das populações de espécies cinegéticas. Com isso, entre outras coisas, a atividade cinegética da região aumentou, sendo hoje reconhecida como a Capital da Caça (entrevistas a gestores de turismo e a gestores de recursos).

Com a preservação e recuperação dos recursos naturais o que aumentou, também, foi a atratividade de atividades ligadas à natureza, como seja a observação de aves, as caminhadas, os passeios de bicicleta todo o terreno, os passeios de barco no Guadiana, a prática de canoagem, os mergulhos no rio, os passeios de moto 4, as atividades agroturísticas e a pesca desportiva, mas tudo, ainda, de forma incipiente (entrevista a gestores de recursos e a gestores de turismo).

A maior albufeira de água doce, criada pela empresa Mason & Barry durante o século XIX, foi recuperada e entrou em funcionamento em Junho de 2000, conhecida como praia da Tapada Grande, situada nas proximidades da Mina de S. Domingos. É hoje um forte atrativo da região.

Assim, é possível subdividir-se a componente turismo tendo em conta o tipo de atividades a realizar: *Turismo Cultural*, *Turismo Cinegético* e de *Turismo de Natureza* (de acordo com a legislação portuguesa);

O *turismo cultural* assenta, principalmente, no museu de Mértola - composto por 11 núcleos (9 espalhados pela vila de Mértola, 1 na mina de S. Domingos e outro, que abriu recentemente, na Alcaria dos Javazes), na Mesquita Islâmica e no Castelo. As tradições locais, a gastronomia e o património imaterial, sobretudo, o festival islâmico, também ajudam a fomentar a componente cultural do turismo no Parque. Estes espaços estão sob a alçada da Câmara Municipal de Mértola, pelouro da cultura, desporto e turismo, o Campo Arqueológico ocupa-se da parte científica (conservação, restauro, divulgação, exposições temporárias, cursos, formação, etc.). A área da mina de S. Domingos possui elevado potencial museológico por aproveitar, em virtude do elevado património mineiro e geológico que se pode observar (Matos e Martins, 2006).

As visitas guiadas neste último ano foram de cerca de 85 pessoas/dia e espera-se manter este número nos próximos dois anos. No Inverno estas são realizadas, principalmente, por escolas e grupos organizados, enquanto nos meses de Verão, os visitantes deslocam-se, sobretudo, a título individual. A maioria dos visitantes é nacional, não residentes no Alentejo, seguidos de visitantes europeus de países como a Alemanha, a França a Inglaterra e a Holanda. Os ingleses têm vindo a aumentar nos últimos anos, assim como tem vindo a aumentar o turismo sénior. A maioria dos visitantes com interesse na cultura e património do Parque são adultos, com idades acima dos 30 anos, que passam, por norma, um dia no mesmo, no entanto, já há muitos que começam a ficar dois dias (inquérito a operadores turísticos).

Nesta tese decidiu-se designar por turistas cinegéticos, todos os que, não residindo nos concelhos de Mértola e Serpa, se deslocam ao Parque com o intuito de caçar, seja em reservas de caça associativa seja em reservas de caça turística.

Quem controla a caça dentro das áreas protegidas é AFN - Autoridade Florestal Nacional, no entanto, o ICNB tem sempre de emitir o seu parecer. No PNVG existem poucas zonas onde a caça é interdita, pois para quem gere os recursos “O turismo cinegético é compatível com os objetivos de conservação do Parque” e a caça quando bem regulada e existindo fiscalização da mesma torna-se até, benéfica para o controlo populacional das espécies (entrevistas a gestores de recursos).

As espécies cinegéticas com maior interesse nesta região são o coelho bravo, a lebre, a perdiz, o javali, a pomba trocáz (população sedentária), tordos, codornizes, e, em algumas herdades, pode-se caçar, também, veados (entrevistas a gestores de recursos). Mértola tem o maior número de perdizes silvestres da Península Ibérica, que em certos locais chega a atingir 2,5 perdizes/ha, sendo um dos locais da Península Ibérica onde as perdizes selvagens atingem os valores mais elevados (entrevistas a gestores de recursos).

A época de caça inicia-se com a caça à rola, em meados de Agosto, e estende-se até finais de Fevereiro para a maioria das espécies que são caçadas naquela região. No entanto, a caça ao veado e ao javali pode ir até ao fim de Maio (Anexo VI) (Portaria nº137/2012).

Em época de caça, nas reservas de caça associativa só se pode caçar às quintas-feiras e aos domingos. Nas reservas turísticas pode-se caçar a qualquer dia da semana (entrevistas a gestores de turismo).

O *turismo de natureza* no Parque, tal como já foi referido, encontra-se ainda a dar os primeiros passos, apesar de o Parque ter sido criado há mais de 10 anos. Este tipo de turismo encontrando-se fragmentado, não estruturado e não possui qualquer tipo de coordenação e/ou articulação. Neste momento, o que se encontra mais explorado a este nível é a praia da Tapada Grande.

A grande aposta, neste momento para este território, na área do turismo de natureza, é o *birdwatching* – único produto que se está a tentar estruturar de forma articulada e que envolve várias entidades como a Merturis, a Região de Turismo do Alentejo, a Liga para a Proteção da Natureza (LPN), Parque Natural de Noudar, Reserva de Castro Marim, a Birds & Nature e a Região de Turismo do Algarve (entrevistas a gestores de turismo).

A grande vantagem do PNVG em relação ao *birdwatching* é o facto de existir uma grande diversidade de espécies nesta região consequência da diversidade de habitats. Existem já, como fruto do produto que se está a tentar lançar, alguns percursos demarcados, em que se podem observar as aves referentes a esses diferentes habitats, tais como, os trilhos da mina de S. Domingos, onde é possível observar, entre outros, o adorrinhão-cafre e a andorinha-da-urica, que nidificam na Achada do Gamo (um dos únicos dois locais em Portugal onde estas espécies nidificam). No Pulo do Lobo e num percurso circular em torno deste é possível observar-se espécies arbustivas e espécies que nidificam em rochas e em matagais. Exemplo disso é a cegonha preta que costuma regressar ao ninho no final da tarde. As aves associadas às estepes e ao montado, isto é, espécies que dependem da agricultura extensiva e do pastoreio, como é o caso da abetarda, do sisão, do grou (este avistado no Inverno) e da petinha-dos-campos e petinha-dos-prados, podem ser observadas próximo da aldeia de Algodor, entre a estrada municipal 509 e a nacional 122. Estas são, no entanto, também observáveis em Castro Verde. A barragem dos Corvos é propícia à observação de aves aquáticas sendo o local de nidificação do mergulhão-de-crista. Entre a Serra do Barão e de Alcaria Ruiva é um bom local para observação de aves de rapina, estas muito associadas às zonas de caça turística, uma vez que tanto a águia de Bonelli como a águia-real e a águia-imperial caçam coelhos e perdizes (Merturis, 2012). No entanto, apenas a águia-imperial apareceu nesta região com o controle e regulamentação da caça e com o programa de recuperação da mesma em Espanha, existindo em maior número em S. João dos Caldeireiros. A regulamentação e controle da caça nesta região é, de certo modo, uma forma de assegurar as aves de rapina e a introdução do lince ibérico (entrevista a um especialista em aves).

Um *birdwatcher* decide deslocar-se a um local para observar aves tendo em conta as espécies-alvo, a diversidade de espécies ou a grande abundância de uma determinada espécie, ou espécies, que pretenda observar. A melhor altura para a observação de aves em Mértola é entre Março e Junho, pois na Primavera são avistadas menos aves mas de espécies

mais interessantes. Nos fins de Outubro e Novembro é a melhor altura para observar aves estepárias invernantes (Anexo VI) (entrevista a um especialistas em aves).

Apesar das aves de rapina estarem, de certo modo, dependentes das zonas de caça, o facto de a quase totalidade do território do concelho de Mértola ser privado traz alguns conflitos com a observação destas. De Corte do Pinto para cima, ao longo do rio Chança, está tudo vedado. A caça ao gamo e ao veado, que ocorre em algumas herdades, também fecha muitos caminhos.

A observação de aves em Mértola encontra concorrência em Castro Verde. Se por um lado em Mértola o abandono dos campos foi progressivo, mas não total, proporcionando, deste modo, habitats propícios à alimentação e nidificação de águias, por outro, as aves que mais atraem os *birdwatchers* estrangeiros são as aves estepárias e, neste aspeto, Castro Verde é melhor para a sua observação.

Outra aposta em termos de turismo de natureza que poderia ser explorado são as atividades ligadas ao Guadiana, uma vez que este tem muito potencial pouco explorado (inquéritos a operadores turísticos e residentes; entrevistas a gestores de recursos e a associações de desenvolvimento local). Para tal era necessário o desassoreamento do rio, pois só assim se poderiam realizar passeios de barco, em pequenas embarcações, desde o Algarve até à vila de Mértola. Alguns operadores turísticos e associações de desenvolvimento local também pensam que se deveria apostar no nicho de mercado ligado ao turismo desportivo, voltado, principalmente, para estágios e provas de canoagem. Segundo os mesmos, o PNVG tem excelentes planos de água e tem condições climáticas que permitem que quando nos países nórdicos, de onde provêm a maioria destes clientes, não existem condições para a prática de canoagem (durante o Inverno), estes se desloquem a Portugal com o intuito de realizar estágios. Este tipo de turismo permitiria otimizar a utilização de recursos do Parque e, ao mesmo tempo, reduzir a quebra em termos de receitas turísticas que existe durante o Inverno. No entanto, apesar de já existirem alguns projetos nesta área, os empresários queixam-se dos entraves colocados pelo Parque para a realização dos mesmos.

De acordo com os inquéritos a operadores turísticos, estes geram 92 postos de trabalho, sendo a oferta existente concentrada e pouco qualificada (Quadro 3.8). Apesar de nas entrevistas vários informadores privilegiados terem dito que a procura turística era mais ou menos constante ao longo do ano, com exceção dos meses de Inverno (Dezembro e Janeiro) e de Agosto (pico do Verão), os operadores turísticos têm uma opinião completamente diferente. Para estes últimos, a procura é sazonal prendendo-se a época alta, principalmente, com as férias de Verão, sendo que para alguns a Páscoa e o Natal são, também, alturas de maior volume de visitantes.

Quadro 3.8 – Caracterização da oferta turística (emprego gerado, concentração e qualificação) e da procura (épocas e volume)

	Procura			Concentração da oferta
	Ep. Baixa	Ep. Alta	Duração média das estadias	
Refeições diárias	99	354	-	200/354 Refeições servidas por 2 restaurantes ambos do mesmo gerente;
Dormidas semanais	170	456	1-3 Noites	140/456 das pernoitas em 2 alojamentos, ambos do mesmo gerente;
Emprego gerado	92 Postos de trabalho; 11 Operadores geram emprego familiar;			
Qualificação da oferta	Só 9 operadores possuem pelo menos 1 empregado com formação na área do turismo; Só 11 operadores possuem pelo menos 1 empregado que fale outra língua para além do português; Só 1 operador tem formação na área da gestão e apenas 5 na área do turismo;			

Apesar da amostra aos visitantes ter sido aleatória, cerca de metade dos inquiridos eram portugueses e a outra metade estrangeiros, o que coincide com o apurado nos inquéritos realizados aos operadores turísticos, em que um pouco mais de metade indicou que a maioria dos seus clientes eram nacionais de regiões que não o Alentejo, e em que os restantes indicaram que a maioria dos seus clientes eram estrangeiros. Tendo em conta os inquéritos aos visitantes traçou-se o “perfil” dos mesmos (Quadro 3.9). Metade dos mesmos, independentemente da nacionalidade, não fazia ideia de que se encontrava num parque natural.

Quadro 3.9 - “Perfil” dos visitantes do PNVG no Verão, com base na informação recolhida nos inquéritos

Nacionalidades	Portuguesa	Estrangeira (alemã, australiana, francesa, holandesa, inglesa e espanhola)
Idades	26-60 anos	26 – 75 anos Principalmente reformados
Habilitações Literárias	4ª Classe - licenciatura	Ensino secundário - doutoramento
Com quem viajam	Em família	Aos pares
PNVG como principal destino de férias	50 % Sim	Não
Principal destino de férias	50 % - Todo o Alentejo ou Algarve	Todo o Alentejo, todo o Sul do país; todo o País
Deslocação para o Parque	Viatura própria	Avião e carro alugado ou autocaravana
Atributos turísticos do Parque	Património construído; Paisagens;	Património construídos; Paisagens;
Motivação da visita	Tranquilidade; praia da Tapada; cultura; visita a amigos/familiares	Património construídos; Paisagens;
Tempo de estadia	<24 horas – 1 semana; maioria: 2,3 dias	<24 horas
Local de alojamento	50 % - Dentro do Parque: autocaravanas, segunda habitação, turismo rural	Fora do Parque, apenas 5 dentro: autocaravanas e hotéis
Principais falhas apontadas ao turismo na região	>50 % - Nenhuma	Má sinalização de percursos e pontos de interesse; Falta de informação em inglês; Falta de coerência entre o preço dos menus e o preço cobrado por refeição

No sistema focal Turismo no PNVG, o ICNB Lisboa é a autoridade que tem a última palavra nas atividades e construções que podem ser realizadas dentro dos limites do Parque. No entanto, as suas decisões são tomadas, em muitos casos, após ouvir o parecer de várias entidades, entre as quais, e de modo particular para este sistema, as que tutelam o turismo.

O turismo em Portugal é regulado pelo Ministério da Economia e define mercados e produtos estratégicos, assim como regula o que cada região pode ou não promover em termos de oferta no exterior. As Regiões de Turismo fazem a promoção interna (dentro do país) das várias regiões. Neste caso em particular, é a Região de Turismo do Alentejo quem promove o turismo que ocorre no concelho de Mértola e, conseqüentemente, dentro do PNVG. É, também, a autoridade que de algum modo apoia e dá formação aos empresários deste sector a trabalhar nesta região. Localmente o apoio é dado pela Câmara Municipal, mais concretamente, pela Merturis – Empresa Municipal de Turismo. O objetivo principal desta empresa é o de promover e articular o turismo no concelho de Mértola (entrevistas a gestores de turismo).

4. Modelos de resiliência e considerações sobre a gestão do sistema

O perfil histórico, assim como a descrição do estado atual do sistema Turismo no PNVG, permitem determinar três possíveis variáveis-chave: a *População*, a *Diversidade de Atividades Económicas e Fontes de Rendimento* e a *Qualidade Ambiental*, que se têm vindo a alterar ao longo dos últimos 150 anos. Uma vez estas variáveis alteraram-se de forma lenta e gradual e noutras de forma acelerada. Estas mudanças, como a forte degradação da qualidade ambiental do rio Guadiana, foram influenciadas, por vezes, por perturbações intrínsecas ao sistema, como foi o caso dos arroteamentos com vista à produção cerealífera e a laboração mineira. Contudo, a maioria dos fatores que influenciaram, e influenciam, a evolução do sistema focal são externos a este, tais como a revolução do 25 de Abril e a entrada de Portugal na União Europeia.

As perturbações tiveram consequências diretas (a crise nos preços do mercado mundial de cobre levou ao fecho da mina, que por sua vez contribuiu para o declínio humano neste território) e indiretas (a entrada na UE promoveu subsídios por aplicação de medidas agroambientais e de reflorestação que concorrem para alterar os usos do solo).

De acordo com o quadro da resiliência, e tendo em conta os resultados obtidos no ponto anterior, é possível, agora, discutir o sistema focal em termos dos dois modelos de análise da resiliência propostos: modelo *ball-in-the-basin* e modelo dos ciclos adaptativos. A interpretação do sistema que foi realizada de acordo com estes modelos não é única, mas é uma interpretação possível e permite simplificar, sem tornar simplista, a evolução e “estado” atual do mesmo. Posteriormente, e tendo presente esta interpretação, discutiu-se, também, a questão principal desta dissertação, assim como as várias questões que lhe estão associadas.

4.1 O sistema turismo no PNVG no modelo “*ball-in-the-basin*”

É possível dizer-se, observando o perfil histórico (Figura 3.2) e caracterizando a situação atual do sistema focal e da região em que este se insere, que as variáveis-chave identificadas, em algum momento, ultrapassaram limiares, pois, ao comparar-se as características sociais, económicas e ambientais da região onde se insere o sistema percebe-se que estas nada têm de semelhante com as existentes há 150 anos atrás.

Os valores exatos desses limiares são, geralmente, difíceis de identificar com precisão (tal como explicitado na metodologia), mas claramente se percebe que o regime atual da região em nada se assemelha, em termos de população, qualidade ambiental e diversidade das atividades económicas e fontes de rendimento, com o existente anteriormente à exploração intensiva de recursos.

A variável *População* foi-se alterando ao longo dos anos, como consequência de diversos fatores, uns externos e outros internos, como se tem vindo a discutir até aqui. É difícil de

indicar-se o momento exato em que esta variável atingiu um limiar, ou seja, em que as modificações que foi sofrendo levaram, ou contribuíram fortemente, para a ocorrência de alterações em termos de sociabilidades, ocupação do espaço e do tipo de atividades económicas que ocorrem nesse espaço. Contudo, verifica-se, pela observação do quadro 4.1 e da figura 4.1, que até 1950 a tendência foi a de um contínuo aumento populacional (excetuando a pequena redução populacional entre 1911 e 1920), com o máximo de 29.353 habitantes atingidos nessa década. A partir daí houve uma clara inversão dessa tendência, sendo que hoje restam apenas 7.274, dos quais mais de 2.000 concentram-se na freguesia de Mértola. Isto demonstra o rápido despovoamento deste território, que em pouco mais de 60 anos perdeu mais de 20.000 habitantes, o que corresponde a uma perda de um terço da população.

Quadro 4.1 - Evolução da população residente no concelho de Mértola entre 1900 e 2011

Anos	Nº de habitantes
1900	18910
1911	22309
1920	21185
1930	26310
1940	28848
1950	29353
1960	26026
1970	14385
1981	11693
1991	9464
2001	8428
2011	7274

Fonte: INE - Censos-séries históricas

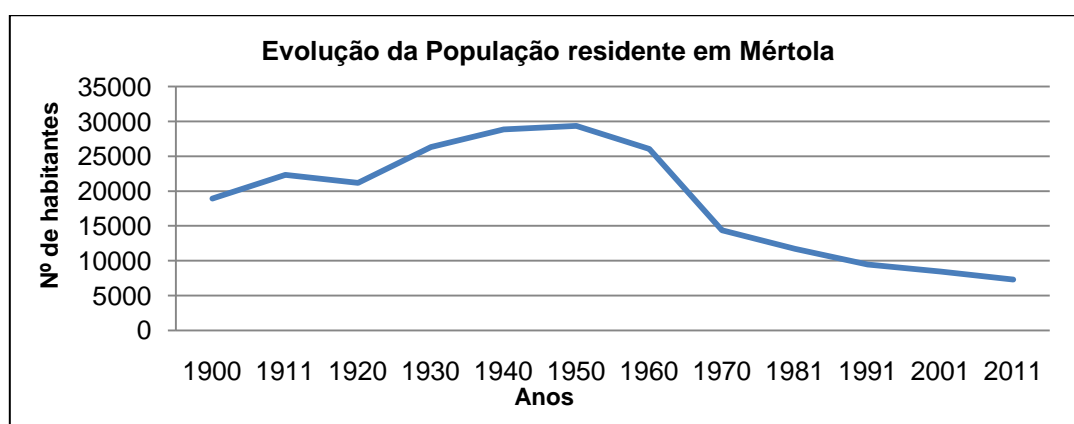


Figura 4.1 - Evolução da população residente no concelho de Mértola entre 1900 e 2011

Até meados da década de 60, as principais atividades económicas e fontes de rendimentos dos residentes do concelho eram a agricultura, a atividade mineira (mina de S. Domingos), a pesca, esta última muito condicionada pela poluição proveniente da mina, e o tráfego e contrabando fluvial (Simas, 2000).

Entre a década de 60 e de 70, a mina fechou e deu-se o êxodo rural, o abandono de solos marginais e iniciaram-se os incentivos à florestação. Com a revolução do 25 de Abril emergiram o poder autárquico e a universalidade dos serviços de saúde e de educação e com eles, novas oportunidades de emprego foram criadas. As medidas agroambientais e de florestação, decorrentes da entrada na UE, também contribuíram para a contração do sector primário (em 1991 com um peso de 29 % e em 2011 com um peso de apenas 15,3%) e desenvolvimento dos sectores secundário e terciário (sector terciário com um peso de 15,3% em 1991 e com um peso de 63,9 % em 2011), através da promoção das alterações de uso do solo e da multifuncionalidade dos espaços, com o fomento do turismo rural, da transformação e comércio de produtos regionais, da promoção da gastronomia local, etc. (Quadro 4.2 e Anexo V). Deste modo, as opções das comunidades locais, em termos de atividades económicas, ampliaram-se e o peso de cada sector tem vindo a alterar-se. Também se alterou o peso do contributo do emprego como fonte de rendimento. Num território cada vez mais envelhecido, as pensões e reformas, que surgiram pós revolução, têm vindo a aumentar o seu peso como fontes de rendimento destes habitantes (Baptista, 2001).

Quadro 4.2 – Evolução da distribuição da população ativa do concelho de Mértola por Classificação Portuguesa da Atividade Económica (CAE)

População com atividade económica empregada por CAE ⁴ em número de habitantes e em %								
Ano	Total		CAE 0*		CAE 1-4**		CAE 5-9***	
	nº de pessoas	%	nº de pessoas	%	nº de pessoas	%	nº de pessoas	%
1991	2491	100	733	29,4	683	27,4	1075	43,2
2001	2741	100	517	18,9	644	23,5	1580	57,6
2011	2411	100	369	15,3	505	20,9	1537	63,7

*CAE 0: Sector Primário; **CAE 1-4 :Sector Secundário; *** CAE 5-9 :Sector Terciário

Há, contudo, uma ressalva a fazer: as atividades económicas da população que reside no concelho de Mértola podem não ser realizadas dentro do próprio concelho (movimentos pendulares), principalmente, quando se está a fazer referência a períodos em que a mobilidade é enorme (banalização da utilização de viaturas próprias, grande desenvolvimento das vias de comunicação como estradas, aumento dos transportes públicos, etc.). No entanto, dado que residir dentro dos limites do PNVG (que ocupa cerca de metade do concelho de Mértola) tem um custo superior a residir fora e dada a dificuldade em obter autorização para novas construções e em arranjar habitações para arrendar ou comprar, tal como foi apurado nos inquéritos aos residentes, pensa-se que esta alteração de atividades económicas da população

⁴ CAE – Classificação da atividade económica. Foi utilizada a revisão 2 da CAE, porque para o ano de 1991 só se encontrou dados com este nível de desagregação. Para os dados referentes a 2011, converteu-se a revisão 3 (entrada em vigor em 2008) para a 2 (em vigor desde 1991). Fonte: INE – Censos 1991, 2001 e 2011

mertolense possa ser um bom indicador das alterações que as atividades dentro deste território têm vindo a sofrer.

A qualidade ambiental no que se refere à aptidão produtiva do solo, à valorização das paisagens, aos níveis de biodiversidade e ao sistema ecológico do rio Guadiana, também foi sofrendo alterações ao longo dos últimos 150 anos. A análise da resenha histórica e da situação atual deixa claro que o sistema alterou o seu “centro de equilíbrio” em relação a esta variável, num dado momento do tempo, ou seja, numa dada altura os limiares de qualidade ambiental foram ultrapassados (Figura 4.2). Mais uma vez é difícil determinar o momento exato e o limiar a partir do qual se deve considerar que houve uma alteração do regime do sistema, em relação a esta variável, mas percebe-se claramente que em meados dos anos 60, a degradação ambiental tornou-se de tal modo evidente, que foi impossível manter a mesma pressão sobre os recursos naturais (solos bastante erodidos, paisagens transformadas, poluição química e física do rio tão elevadas que a pesca profissional de modo contínuo tornou-se inviável e a biodiversidade cinegética ficou em risco, com as populações das várias espécies muito reduzidas, etc.).

Em alguns aspetos, as alterações são permanentes, pelo menos à escala humana, como a destruição e redução da capacidade de uso do solo e a extinção de espécies. Noutros aspetos, porém, as alterações podem ser apenas temporárias, tais como a redução ou aumento da biodiversidade. Contudo, regressar a níveis de qualidade ambiental semelhantes aos anteriores à exploração intensiva de recursos (levar a variável de volta para a “bacia” anterior) terá sempre um custo associado, tanto social (impedir, limitar e regular as atividades humanas naquele território) como económico (ter de canalizar capital humano e económico para a recuperação ou reabilitação de ecossistemas e conservação de espécies, por exemplo, através da criação de uma área protegida).

A degradação da qualidade ambiental neste sistema em particular deveu-se a vários fatores, como a falta de alternativas, das comunidades residentes para sobreviverem, a ganância e corrupção humana (por exemplo: pesca ilegal), os sucessivos encorajamentos à exploração desses recursos (exemplo: Lei de Elviro Brito, Campanha do Trigo, etc.), denominados de incentivos perversos (Walker e Salt, 2006) e a incapacidade de se compreender o modo como verdadeiramente funciona este sistema socio-ecológico. Segundo Walker e Salt (2006), as causas do declínio de recursos podem ser divididas em três categorias: pobreza, ganância e incompreensão do funcionamento dos sistemas socio-ecológicos em causa. Segundo estes, é este último fator a principal causa desse declínio, pois muitas vezes, mesmo tentando gerir o sistema para que a utilização dos recursos seja sustentável, os resultados são exatamente o oposto ao pretendido.

A gestão do PNVG é exemplo disso mesmo, pois desde o final da década de 80 que se tem tentado gerir o sistema com o intuito de recuperar a sua qualidade ambiental, com sucesso em alguns aspetos, como o aumento da biodiversidade cinegética e da avifauna, e com fracasso noutros, como o aumento da taxa de erosão de alguns solos, como detetado por Jones *et al.* (2001).

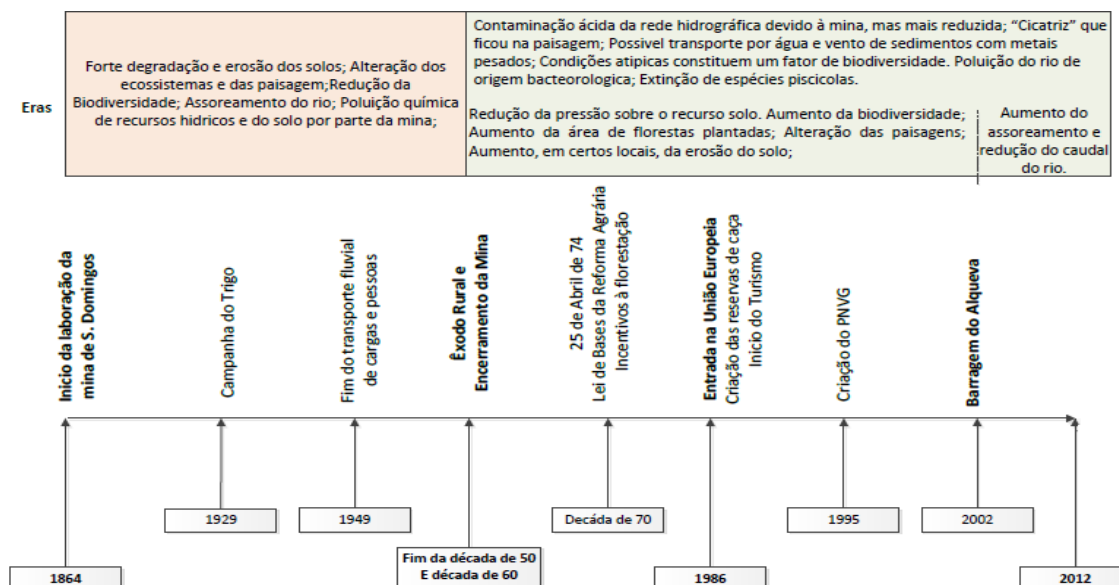


Figura 4.2 – Perfil de evolução da variável *Qualidade Ambiental*

Atualmente o sistema encontra-se, em comparação com a situação há 150 anos atrás, num regime menos desejável em termos populacionais e ecológicos (qualidade ambiental). Contudo, em relação à variável-chave *diversidade das atividades económicas e fontes de rendimento*, o aumento de diversidade das mesmas é desejável, pois pode concorrer para o aumento a resiliência do sistema no geral e, de certo modo, contribuir para melhorar os parâmetros das outras duas variáveis-chave, uma vez que a diversidade de atividades económicas permite que os rendimentos das populações locais não dependam exclusivamente dos recursos naturais existentes nesse território. Assim, concorre para que os rendimentos das populações se tornem menos condicionados pela qualidade e quantidade desses recursos, da flutuação dos seus preços a nível do mercado nacional, europeu e mundial e de perturbações imprevisíveis, tais como episódios climáticos adversos e inesperado, como sejam os tornados. Ao mesmo tempo, permite reduzir a pressão sobre esses mesmos recursos, podendo, até, contribuir para a sua valorização.

4.2 O sistema turismo no PNVG no modelo dos ciclos adaptativos

A evolução do sistema focal pode ser analisada à luz do modelo dos ciclos adaptativos proposto pelo quadro teórico-metodológico da resiliência.

Considerou-se, assim, que entre 1864 e o fim da década de cinquenta, o sistema encontrava-se no *Fore Loop*. Ou seja, durante este período houve uma fase de intensa e rápida exploração de recursos, com a entrada em funcionamento da mina de S. Domingos e os sucessivos arroteamentos, com vista à produção cerealífera e, ao mesmo tempo, houve um forte crescimento demográfico. Com o decorrer das décadas o sistema passou da fase de

exploração para a fase de conservação, em que a população continuou a crescer, mas a um ritmo mais constante, a produção agrícola continuou a aumentar, mas a diversidade agrícola foi dando lugar à monocultura de trigo e a região passou a depender fortemente, e quase em exclusivo, em termos económicos, da exploração agrícola, mineira e piscícola. Ou seja, o sistema “especializou-se” tornando-se cada vez mais rígido, isto é, foi perdendo a sua flexibilidade.

Com o fim da década de cinquenta e o início dos anos sessenta, o panorama envolvente do sistema focal foi-se alterando. Iniciaram-se os esforços de industrialização do país, levando a um enorme êxodo rural, do qual Mértola não escapou, ao mesmo tempo, o preço do cobre nos mercados mundiais caiu a pique, o que levou à inviabilidade económica da atividade mineira e, consequente, ao encerramento da mina de S. Domingos. Começaram, também, os incentivos à florestação e terminaram os incentivos aos arroteamentos. Com o desenvolvimento das vias de comunicação terrestre terminou o transporte fluvial no Guadiana de pessoas e mercadorias.

Foram muitas perturbações, quase em simultâneo, para um sistema cuja flexibilidade se encontrava muito reduzida. A degradação dos recursos naturais, os constrangimentos em termos populacionais, em conjugação com as várias perturbações externas, tornaram o sistema instável e o “acidente à espera de acontecer”, de facto, ocorreu, entrando o mesmo na fase de libertação (*Back Loop*).

Nos anos seguintes, o fim da ditadura e a entrada a UE criaram novas oportunidades para um território que se encontrava constrangido em termos de opções de desenvolvimento (fim da fase de libertação e início da fase de reorganização) e que tinha, na época, muito pouco a perder (grande resiliência). Assim, os que ficaram neste território utilizaram os recursos humanos, económicos e ambientais que ficaram “armazenados” do ciclo anterior e, a partir das novas oportunidades que foram surgindo, consequentes das alterações sociais e económicas ao nível nacional (expansão dos serviços de educação e de saúde, subsídios da UE, etc.), foram experimentando novas configurações entre componentes.

Pode dizer-se que atualmente o sistema encontra-se entre o fim da fase de reorganização e o início de um novo ciclo. A criação do Parque, o turismo associado a este, assim como as reservas de caça, fazem parte das oportunidades que surgiram com as últimas perturbações e que permitem utilizar os recursos naturais e humanos existentes no território, aliando o conhecimento adquirido anteriormente com as inovações e conhecimentos atuais. Contudo, nota-se a fragilidade das ligações entre as várias subcomponentes de cada componente principal: *Parque*, *Turismo* e *Comunidades Locais*, ou seja, a fraca modularidade do sistema. Por exemplo, a falta de diálogo e de parcerias entre os vários operadores turísticos e entre estes e as autoridades que regulam o turismo no PNVG - muitos nem fazem parte da cadeia de relações existente (Anexo VII).

Fragilidades como esta (fraca modularidade) concorrem para a redução da resiliência geral do sistema focal e podem levar a que as novas experiências, que estão a começar a vingar, fracassem com a ocorrência de novas perturbações, mantendo o sistema neste “limbo” entre o

fim da reorganização e o iniciar de um novo ciclo, ou levando-o de novo para a fase da libertação.

4.3 Considerações sobre a gestão do sistema

Posto isto há, então, que tentar dar resposta à pergunta: como gerir o turismo no PNVG de modo a que este concorra para a resiliência do sistema como um todo?

Gerir o turismo no PNVG implica gerir várias atividades associadas a diferentes tipos de turismo (de natureza, cinegético e cultural), que concorrem pelo mesmo espaço. Poderão estas atividades ser compatibilizadas? Após analisar o sistema percebe-se que os potenciais conflitos entre atividades turísticas que utilizam o mesmo espaço ocorrem, sobretudo, entre a atividade cinegética e as atividades de turismo de natureza, em especial com o *birdwatching*.

Por um lado, de acordo com a entrevista realizada a um especialista em avifauna, a quase extinção da caça livre, com a criação de reservas, tanto para caça associativa como turística, assim como o controlo e fiscalização das espécies e do número de animais a abater e das épocas de caça, permitiram um aumento da biodiversidade na região ao nível das espécies cinegéticas e com esta, da avifauna: a águia-imperial surgiu neste território devido à existência de alimento na sequência destas alterações.

Por outro lado, o fecho de caminhos e a coincidência do calendário venatório com o calendário de *birdwatching* (Anexo VI) dificultam a coexistência de ambas as atividades. A vedação de caminhos, anteriormente de livre acesso, assim como os tiros em época de caça, condicionam a mobilidade dos *birdwatchers* pelo campo e, ainda, constroem outras atividades de turismo de natureza, como sejam as caminhadas ao ar livre e os passeios de bicicleta, entre outras. Este problema é ainda maior quando a vedação de caminhos limita a aproximação ao rio (o que ocorre, neste caso, acima de Corte de Pinto ao longo do rio Chança), uma vez que os cursos de água são, geralmente, um grande atrativo para quem gosta de realizar atividades na natureza.

Neste momento, este conflito de interesses ainda pouco se sente, uma vez que, tal como foi dito, o turismo de natureza, e em particular, o *birdwatching*, ainda é uma atividade incipiente. No entanto, caso se pretenda que este se torne num produto bem estruturado e competitivo, principalmente a nível internacional, há que se ir pensando no modo de compatibilizar as diferentes atividades. Há que sentar à mesma mesa a AFN, que regula a caça, o ICNB, que regula o turismo de natureza no Parque, a Merturis, a Região de Turismo do Alentejo, e as restantes entidades que estão a unir esforços para tornar o *birdwatching* em Portugal, e em particular neste território, num produto turístico credível e competitivo.

Esta tentativa de tornar o espaço multifuncional pode passar por tornar a caça turística restrita a apenas alguns dias por semana, como acontece com a caça associativa, permitindo que nos restantes dias, durante o período em que o calendário cinegético e o calendário de atividades na natureza coincidem, os antigos caminhos rurais voltem a poder ser transitáveis por turistas e residentes.

Em contrapartida pode ser cobrado um “bilhete diário” a todos os que usufruem desses caminhos com o intuito de realizar atividades turísticas, de modo a compensar os proprietários dos terrenos ou, pelo menos, de forma a existir um fundo que cubra eventuais danos na propriedade, causados pelos visitantes. Aliás, cobrar para se poder transitar em caminhos, ainda que exclusivamente a pé, já existe noutros parques na Europa, como é o caso do Parque Nacional de Cinque Terre, na Ligúria (Itália).

O problema da compatibilização de atividades turísticas num mesmo espaço suscita outra questão: porque é que a caça não se encontra contemplada nas atividades de turismo de natureza? Segundo Weaver (2006) a relação entre a atividade cinegética recreativa e atividades de turismo de natureza não têm de ter uma relação antagónica. Nos Estados Unidos, por exemplo, quem mais contribui para a preservação de pântanos, que são ecossistemas muito ricos em biodiversidade, são as organizações não-governamentais pró-caça (Weaver, 2006). O PNVG é, até, um bom exemplo de como a atividade cinegética, quando bem gerida, permite a utilização dos recursos naturais do território, ajudando a aumentar e a manter a biodiversidade do mesmo e permitindo que algumas herdades, outrora apenas vocacionadas para a agricultura e pastoreio, possam ampliar a multifuncionalidade dos seus espaços, com consequente redução da pressão e degradação do recurso solo, ou seja, contribuindo para os objetivos de conservação do Parque.

Outra das questões que surge associadas à gestão do turismo como forma de aumentar a resiliência do sistema prende-se com a capacidade das atividades turísticas terem, ou não, aptidão de contribuir para os objetivos de conservação do Parque.

É de opinião unânime que o turismo cinegético, quando bem gerido, concorre para a persecução deste objetivo pois, além de ajudar a aumentar e preservar a biodiversidade e as paisagens (ainda se cultiva, ao contrário de Castro Verde, exatamente para, na maioria dos casos, alimentar a caça ou preservar o seu habitat), tem vindo, a pouco e pouco, a ajudar a alterar mentalidades e a aumentar a consciencialização dos residentes para a preservação do ambiente. Muitos caçadores e donos de reservas afirmaram que os turistas cinegéticos são mais cuidadosos no que se refere a evitar deixar lixo no chão (cartuxos e restos de embalagens de alimentos e bebidas) e que, de certo modo, se tem vindo a registar uma maior preocupação em evitar esse tipo de poluição por parte de todos os caçadores, de um modo geral. Torna-se, então, legítimo questionar que outras atividades turísticas podem contribuir ou conflitar com esse objetivo.

Este território é rico em património cultural e os artefactos arqueológicos encontrados têm permanecido localmente, o que permitiu, desde a década de oitenta, que se tenha vindo a desenvolver turismo neste território. Este tipo de turismo, associado ao património histórico e cultural, que tem vindo a crescer e a desenvolver-se ao longo dos anos, encontra-se atualmente, segundo os entrevistados ligados à gestão do turismo, numa fase, que por referência ao ciclo de vida da atividade turística de Butler, pode ser designada de consolidação (Weaver, 2006). Segundo as entrevistas a gestores do turismo, é esperado manter o número de visitantes que se deslocam ao Parque com intuito de conhecer o património cultural

existente, mesmo numa altura em que a crise económica mundial já se faz sentir no sistema focal.

Assim pode dizer-se que o turismo cultural, associado ao património construído e imaterial, contribui para a conservação dos valores histórico-culturais existentes no território, sendo este, também, um dos objetivos de conservação do Parque

O rio tem sofrido assoreamento ao longo dos últimos 150 anos. Inicialmente devido a inertes da mina e ao transporte de partículas do solo, consequentes da sua erosão, resultantes da expansão da área agrícola. No entanto, enquanto a mina se manteve em atividade os seus proprietários foram assegurando o seu desassoreamento, pois havia a necessidade de transportar minérios através do Guadiana. Com o fim da laboração da mina e o fim do transporte marítimo de pessoas e mercadorias, o desassoreamento foi negligenciado, mas o transporte, pelo vento e pela água, de sedimentos provenientes da mina e, sobretudo, de partículas de solo, para o leito do Guadiana, continuou a ocorrer.

Em 2002, o fecho das comportas do Alqueva, que passou a controlar o caudal do rio, pondo fim às limpezas torrenciais naturais deste, intensificou esse assoreamento tornando perigosa e cada vez menos viável a navegabilidade do mesmo. Este controle de caudal, para além de tornar inviável a subida do rio por embarcações, não permite a chegada de areias às praias a jusante e faz aumentar a propensão para a invasão dos ecossistemas de água doce do rio, por água salobra (Dias, 2008). Esta invasão de água salobra não é algo puramente probabilístico, na realidade já se sente, principalmente em alturas em que o caudal do rio é muito diminuto, como no Verão. Os residentes inquiridos que praticam desportos fluviais no troço do Guadiana que atravessa o concelho de Mértola alertaram para o facto de que em determinadas épocas do ano o rio “correr ao contrário”, assim como os pescadores (também inquiridos) notam que certos peixes, como a tainha (peixe de água salobra), poderem ser pescados cada vez mais a montante.

O desassoreamento controlado é, assim, algo importante para ajudar a restabelecer o curso natural do rio, contribuindo para impedir a degradação dos ecossistemas de água doce que lhe estão associados e possibilitando a sua navegabilidade por parte de embarcações de pequeno porte, desde o Algarve até ao Pomarão. Deste modo, tanto a pesca profissional como o turismo poderiam beneficiar com o mesmo.

Se o rio for desassoreado poderão ser realizados passeios no mesmo, em pequenas embarcações, desde Vila Real de Stº António até ao Pomarão, assim como pode ser desenvolvido um mercado de turismo desportivo ligado à canoagem, sendo estas, formas de atrair mais visitantes ao Parque, captando mais investimentos e capital para a região. Dependendo do tipo de embarcação, do número de passeios diários e da forma como esses passeios forem conduzidos, estes podem, não só, ser uma maneira de atrair mais visitantes ao Parque, contribuindo para a sustentabilidade económica deste, como uma forma alternativa de dar a conhecer a riqueza e a beleza deste território e alertar para a necessidade da sua preservação, concorrendo, assim, para os seus objetivos de conservação. Parte do dinheiro gerado pelo aumento do número de visitantes no Parque, provenientes dos passeios, poderia

ajudar a pagar o desassoreamento do rio, que, de acordo com os inquéritos e entrevistas realizadas, todos querem, mas não têm esperanças que ocorra, dada a escassez, cada vez maior, de recursos da região.

Existem projetos com vista a um desassoreamento mais profundo, com destruição de margens do rio e a construção de oclusas, de modo a ser possível a navegabilidade por embarcações de grande porte, semelhantes às que realizam passeios no Douro. A utilização de dinamite para rebentar margens e as alterações profundas do curso do rio são prejudiciais para a preservação das paisagens e dos ecossistemas que lhe estão associados. Deste modo, este tipo de projetos turísticos são totalmente antagónicos aos objetivos de conservação do Parque, entidade que se opõe veementemente aos mesmos. Vários operadores turísticos também fizeram notar a sua discordância a tais projetos e, até ao momento, nenhum foi aprovado.

Existe, no entanto, uma atividade que vai contra a conservação ambiental do Parque. As visitas ao Pulo do Lobo (maior queda de água a sul do país) que são frequentemente realizadas por excursões de autocarros deixam, quase sempre, muito lixo espalhado pelo chão. Há quem diga que o problema se prende com a falta de caixotes do lixo junto à queda de água para a quantidade de visitantes que lá passa e, na realidade, em Junho de 2012 só lá existia um contentor de pequenas dimensões. Contudo, os gestores de recursos atribuem este problema à falta de regulamentação e fiscalização destes passeios (qualquer um pode lá ir a título individual, sem ter de pedir permissão a ninguém e sem qualquer registo).

É possível dizer-se que, até ao momento, as atividades de turismo existentes no Parque, ou outras potenciais, com exceção das visitas do Pulo do Lobo, são passíveis de serem realizadas neste território sem colocarem em causa os objetivos de conservação dos recursos naturais, culturais e paisagísticos aí existentes, podendo, até, contribuir para a persecução destes.

Assim sendo, atrair visitantes ao Parque, seja através da riqueza cinegética, seja através da riqueza em outros recursos naturais, ou do seu património cultural, pode contribuir para a sua preservação, pois permite valorizar os mesmos.

No entanto, fica por investigar se o aumento de visitantes pode, de algum modo, levar a impactos negativos sobre os recursos, principalmente quando foi apurado que metade dos visitantes inquiridos desconhecia o facto de se encontrar dentro de um parque natural e todos os operadores turísticos admitirem não divulgar aos seus clientes o código de conduta e boas práticas dos visitantes nas AP, ou mesmo, desconhecerem a sua existência. Ora, se o número de visitantes do Parque aumentar e, sobretudo, se se continuar a negligenciar informá-los e sensibilizá-los para o facto de se encontrarem dentro de uma AP e para as regras de conduta que devem ter aquando se encontram em contato com a natureza, seja para a prática de atividades ligadas ao turismo cinegético, de natureza ou cultural, não é possível que estes visitantes comecem a ter impactos negativos significativos sobre os recursos, podendo tornar-se, em relação aos objetivos de conservação do Parque, numa “espada de dois gumes”?

Supõem-se que quem procura o campo, a montanha ou a floresta para realizar atividades, em que o contato com a natureza é ponto fundamental dessa escolha, está mais sensibilizado

para as questões ambientais, o que nem sempre é verdade. Por exemplo, hoje em dia, o *trail running*, desporto em franco crescimento pelo mundo, incluindo Portugal, que consiste em correr na floresta ou na montanha por antigos trilhos e caminhos pedestres em condições extremas, tem, em muitas das provas do circuito nacional e mundial, como um dos seus pontos principais a preocupação com o ambiente (Judas, 2012). Supunha-se, assim, que os praticantes deste tipo de modalidade, que se deslocam aos fins-de-semana e nas férias para o campo, dentro e fora do país, para participar neste tipo de provas, tivessem mais sensibilizados para os seus impactos no ambiente. No entanto, e apesar dos avisos por parte das organizações destes eventos, para que os atletas deixem as garrafas de água vazias no posto de abastecimento seguinte ou que as transportem consigo até ao final da prova, a realidade é outra. Vêm-se garrafas de água vazias deixadas vários metros após os postos de abastecimento. Não devem ser poucas as vezes que isso ocorre, uma vez que em várias provas as organizações já começaram a “obrigar” os atletas a levarem os seus próprios cantis (Judas, 2012).

Também já se começou a notar que o *birdwatching*, apesar de ainda estar a dar os primeiros passos no PNVG, se não for bem regulado, trará problemas ao nível da preservação dos recursos do Parque, num futuro próximo. De acordo com as entrevistas realizadas a gestores de recursos, tanto *birdwatchers* como alguns “guias”, muitas vezes, na ânsia de verem mais de perto algumas aves, aproximam-se demasiadamente dos ninhos, sem terem a noção do stress que provocam nas mesmas, principalmente nas épocas de reprodução e de nascimento das crias.

Há, pois, a considerar que apostar num turismo que utiliza os recursos naturais de um território que tem por objetivo primordial a sua conservação obriga a que se pense, não só nas atividades a realizar, mas também no número de turistas que se podem ter ao mesmo tempo no mesmo espaço (capacidade de carga do meio), mas, principalmente, na forma de sensibilizar os mesmos para as consequências das suas ações no ambiente e como regular e fiscalizar essas mesmas atividades, de modo a que os recursos sejam utilizados de forma sustentável. É também, premente, averiguar de que modo é que os próprios residentes do Parque estão sensibilizados, ou vão sendo sensibilizados, com o desenvolvimento do turismo, não só para a importância da preservação dos recursos naturais, como para a valorização do seu património cultural e imaterial. Operadores turísticos, gestores de turismo, associações de desenvolvimento local, assim como vários residentes afirmaram que a maioria da população residente no Parque desconhece a riqueza natural e patrimonial do concelho (exemplo: muitos nunca foram ao Pulo do Lobo ou visitaram algum dos núcleos museológicos) e têm pouca sensibilidade para a preservação dos recursos naturais (“os turistas são, regra geral, mais cuidadosos com o lixo que fazem e com o cuidado que têm em não deixarem o mesmo espalhado pelo chão”).

A criação do PNVG teve, ainda, como propósito, talvez se possa até considerar este como o motivo principal da sua criação, o desenvolvimento económico e social do território em que se insere, de forma sustentável e assente nos recursos naturais nele existente (não esquecer que

este foi criado por associações de desenvolvimento local). Assim, é legítimo questionar, também, até que ponto a sua criação e o turismo existente no mesmo, ou que poderá vir a existir, têm a capacidade de contribuir para esse desenvolvimento.

Apesar do Parque ter sido criado principalmente pelo trabalho realizado por associações de desenvolvimento local, a verdade é que a sua criação e gestão origina opiniões divergentes por parte das comunidades locais. Quanto mais afastadas da vila de Mértola residem menos recetivas ao Parque e ao modo como este é gerido são as comunidades. Isto porque, quanto mais afastadas do centro urbano mais confrontadas são com restrições, que afirmam serem impostas por este. Condicionalismos às construções, número de cabeças de gado que podem fazer apascentar, tipo e intensificação da agricultura realizada, etc. A somar a isto, queixam-se de que as reprovações são dadas por pessoas que não conhecem a realidade local, nem o que se passa efetivamente no terreno (ICNB Lisboa) e que estas carecem, muitas vezes, de justificações e de alternativas.

Os que residem na vila vivem mais desligados dos recursos naturais e, como tal, encontram-se menos expostos aos condicionalismos de residirem dentro de uma AP. Deste modo, a criação e o modo como é gerido o Parque é melhor aceite, pois quando estes residentes se deslocam para fora da área urbana gostam de usufruir dos recursos naturais que têm sido preservados pela redução da pressão sobre os recursos, devido à “fuga” de pessoas da região e ao trabalho realizado pelo Parque.

Existe, ainda, dificuldades em construir, adquirir ou alugar habitações em toda a área do Parque, o que leva a que o preço das existentes seja muito elevado. Alugar uma pequena habitação na vila de Mértola, onde nem um supermercado existe e onde tem havido um contínuo desmantelamento de serviços de proximidade, é tão caro como alugar uma habitação na periferia de Lisboa. Deste modo, muitos preferem comprar ou alugar habitações em Castro Verde ou em Beja, mesmo que se desloquem a Mértola para trabalhar. Assim, criou-se o Parque para desenvolver a região e mitigar a fuga de pessoas, no entanto, condicionalismos deste tipo são um contrassenso à persecução desse objetivo.

Segundo os residentes inquiridos, também não se pode alterar janelas e fachadas das habitações da parte velha da vila sem o parecer do ICNB, pois estas fazem parte do património construído da região e um dos objetivos do Parque é a preservação desse património. No entanto, os donos dessas habitações queixam-se que, ao não poderem substituir as janelas em madeira por janelas de alumínio (o ICNB não autoriza) incorrem em maiores custos com a sua conservação (não têm qualquer tipo de apoios para realizar essas manutenções), além de que as janelas de madeira condicionam a qualidade do ambiente dentro das propriedades, uma vez que as propriedades isolantes térmicas são baixas, com consequente aumento dos consumos elétricos (maior pegada ecológica e maior fatura na conta da eletricidade).

Existe, ainda, uma queixa generalizada, por parte dos operadores turísticos, que querem realizar atividades fora da vila, pois muitos desses projetos, como o projeto de criar uma pista de canoagem na barragem da Tapada que melhoraria as condições de treino para os atletas

que se deslocam a este local com o intuito realizar estágios desportivos, não são aprovados, nem lhes é dada alternativas aos mesmos.

Há quem tenha beneficiado da criação do Parque. Todos os pescadores e antigos pescadores inquiridos asseguram que as restrições à pesca, impostas pelo Parque, assim como a fiscalização do seu cumprimento foram benéficas para a profissão, pois segundo os mesmos, os *stocks* pesqueiros estavam já completamente dizimados e, deste modo, voltaram a aumentar, permitindo assegurar a continuidade da profissão.

A criação do Parque é apercebida de modo semelhante pelos caçadores. Apesar de se queixarem do fim da caça de acesso livre, na sua opinião, sem o Parque e as suas regulamentações e fiscalização já não haveria caça na região. Aliás, muitos concordam que já havia pouca caça no território quando foi alterada a lei e a criação do Parque e que agora, apesar de terem de pagar para caçar, sabem que esta existe, efetivamente.

Além da criação do Parque e respetivas restrições e regulamentações, o turismo existente no mesmo traz, também, benefícios às populações, como seja o facto de gerar emprego e rendimento, pois mesmo contando apenas com a amostra de operadores turísticos inquiridos, o turismo nesta região criou cerca de 92 postos de trabalho diretos, ao longo do ano. Os empregos sazonais não garantem rendimento aos residentes ao longo de todo o ano, mas permitem a muitas famílias obterem rendimentos extra através de, pequenos e não qualificados, trabalhos sazonais na restauração e na hotelaria. Na época cinegética também surgem vários empregos, como sejam os mochileiros e batedores, matilheiros e os secretários de caça e outros indiretos, tais como, cozinheiros e empregados de mesa, para servirem refeições nas herdades onde se realizam as caçadas.

É, no entanto, uma atividade acusada, por diversos inquiridos e entrevistados, de ser fechada, só gerando rendimentos para alguns (para os donos das reservas). Em termos de rendimentos diretos essa acusação é válida em alguns casos pois, muitas vezes, quem se desloca a estas coutadas para caçar, caça, come e dorme dentro das mesmas e vai-se embora, não contactando com ninguém, a não ser com quem se encontra dentro dessas reservas, até porque, algumas das caçadas que ocorrem dentro destas reservas servem apenas para fechar negócios. Contudo, gera empregos diretos e indiretos, anuais e sazonais, sendo que dos residentes inquiridos, todos, de uma maneira geral, já tiveram ganhos económicos devido às reservas de caça turísticas e associativas, ou conhecem alguém que tenha ganho. Além dos empregos sazonais que esta atividade proporciona, e que foram mencionados em cima, cria, ainda, empregos ao longo do ano, como guardas de couto, que alimentam e cuidam da caça, e tratoristas, que fazem as sementeiras para alimentar a caça e que mantêm os terrenos limpos. Há, ainda, coutos que contratam pessoas fora da época cinegética para fazerem os censos das espécies ou para realizar batidas, com o intuito de tornar as perdizes mais bravias.

A capacidade de gerar rendimentos e empregos diretamente associados ao turismo, com exceção do turismo cinegético, concentra-se, principalmente, em torno da vila de Mértola e em torno da mina de S. Domingos e da praia da Tapada Grande. A primeira ancorada,

essencialmente, ao turismo cultural, e a outra à praia. Quanto mais afastados destes dois polos menor é o número de alojamentos e restaurantes, ou empresas de animação turística, assim como também se reduz a quantidade de património cultural explorado. O seu efeito multiplicador, ainda que pequeno, permitiu gerar outros empregos, como sejam pequenos comércio, tais como a Loja da Terra, que vende produtos tradicionais e que tem como principais clientes, turistas, ou a criação de emprego no restauro de peças arqueológicas, com vista a integrar os espólios dos vários núcleos museológicos existentes no concelho. Outros comerciantes admitem que grande parte do rendimento que retiram dos seus pequenos negócios (cafés, lojas de vestuário e calçado, etc.) advém da existência de turismo na região, sendo que todos os comerciantes inquiridos são da opinião de que o festival Islâmico é o maior impulsionador da economia local. De notar que a existência de comércio é quase exclusivo da vila de Mértola, onde se concentram a grande maioria dos serviços públicos e privados.

Apesar do turismo criar empregos de forma direta e indireta, a realidade é que estes não têm chegado para ajudar a fixar pessoas e contrariar a tendência de despovoamento que se tem feito sentir neste território desde o final da década de 50. Como consequência desse despovoamento têm vindo a encerrar serviços e o encerramento de serviços promove mais despovoamento.

Chega-se assim à questão principal desta dissertação: como gerir o Turismo no PNVG de modo a que este concorra para a resiliência do sistema como um todo?

Os vários tipos de turismo promovem um leque de atividades que contribuem para aumentar a diversidade das atividades económicas deste território e com isso ajudam a ampliar o número de opções que ficam em aberto, para o caso de ocorrer uma perturbação que elimine uma, ou mais, possibilidades.

Ainda que o objetivo deste território, e de outros em situação semelhante (zonas rurais do país), não seja a de repor as densidades populacionais de outrora, a verdade é que se pretende que não hajam mais perdas populacionais e, se possível, atrair novos residentes pelas novas utilizações destes espaços, outrora de produção, hoje de consumo. O intuito é o de refazer as sociabilidades, evitar a continuada perda de serviços de proximidade e de identidade cultural desse território (Baptista, 2005).

Os entrevistados acreditam que o turismo não é a “tábua de salvação” deste território, ou seja, só por si não conseguirá inverter a tendência de despovoamento, tal como se tem vindo a verificar. Aliás, se não for bem gerido e articulado com as outras atividades existentes no local, pode contribuir exatamente com o oposto aos objetivos pretendidos.

Com a discussão realizada até ao momento verifica-se que este sistema tem muitas potencialidades, umas exploradas, mas muitas por explorar, e que possui, ainda assim, muitos constrangimentos que têm de ser tidos em conta e geridos, pois podem ser os “culpados” do fraco *feedback* entre o aumento das atividades que se podem realizar no território, com potencial para gerar empregos e atrair investimentos e pessoas, e o que verdadeiramente tem estado a ocorrer.

Há quem admita que parte dos constrangimentos que o turismo no Parque apresenta se devem, sobretudo, a três grandes fragilidades existentes neste território, que não sendo exclusivas do turismo nem desta região acabam por se refletir no sistema em análise: a falta de tecido empresarial qualificado e com visão de futuro, a incapacidade de separar o partidarismo político dos negócios e a “governança” (a abertura do sistema e a sua dependência do exterior).

A falta de tecido empresarial qualificado, que é refletida por uma maioria de empresários a operar neste sector com poucos estudos escolares (muitos nem o ensino básico completo possuem), com nenhuma formação na área do turismo e/ou na área empresarial, e em que a maioria dos empregados não fala outra língua a não ser o português, potencializa negócios de pequena dimensão (muitos negócios de cariz familiar) e uma visão de lucros a curto prazo, contrariamente à ideia de que um negócio tem de ser sustentável economicamente a longo prazo e, como tal, muitas vezes é necessário fazerem-se investimentos. Esta limitação está bem expressa no exemplo da abertura da ponte do Pomarão. Quando esta via de acesso terrestre entre Portugal e Espanha foi inaugurada (em 2009), Mértola, aos fins-de-semana, enchia-se de visitantes espanhóis para passearem pelo Parque, usufruírem da praia da Tapada e apreciarem a gastronomia regional. Contudo, alguns empresários da área da restauração decidiram explorar estes visitantes praticando preços superiores aos que cobravam aos portugueses. Assim que os vizinhos espanhóis se perceberam houve uma quebra substancial destes visitantes nesta região.

A falta de qualificação por parte de empresários e trabalhadores do sector leva, também, a que o turismo existente careça de qualidade. Numa das entrevistas a gestores do turismo foi dito que para o turismo em Mértola começar verdadeiramente a desenvolver-se era necessário que se instalassem lá empresas qualificadas a trabalhar neste sector, como ocorreu em Albernoa (em Albernoa há uns anos poucos sabiam da sua existência, mas assim que se instalou lá a Herdade dos Grous, o Clube de Campo da Vila Galé e a Malhadinha Nova Country House & SPA, o turismo floresceu e hoje é considerado turismo de luxo). Segundo o entrevistado, bastaria que uma destas cadeias se instalasse em Mértola para “obrigar” os empresários locais (ligados ao sector do turismo, mas não só) a mexerem-se, a procurarem aumentar a qualidade dos seus serviços e a tomar iniciativas, pois outra crítica apontada aos mesmos é a sua reduzida pró-atividade. A Região de Turismo do Alentejo, pela Merturis e pela ADPM promovem formações na área do turismo e da gestão para capacitar os empresários, mas que dizem não ser aproveitadas pelos mesmos.

Nesta região sente-se, também, de forma muito particular, os antagonismos entre partidos políticos. Apesar de muitos inquiridos (residentes e operadores turísticos) dizerem não querer saber de política, a tensão gerada, só de mencionar este assunto, é “palpável no ar”. Os poucos que aceitaram falar sobre o mesmo queixam-se, sobretudo operadores turísticos, órgãos da câmara e associações de desenvolvimento local, da incapacidade que existe em conseguir-se formar parcerias com outras entidades que assumam uma ligação partidária contrária.

No entanto, todos culpam os outros e nunca a si próprios por esta falta de vontade em trabalharem em conjunto. É difícil para um sector, que deveria unir esforços para atrair visitantes, criar produtos competitivos e definir uma estratégia, desenvolver-se se os operadores e gestores do mesmo não aceitam e, por vezes, até boicotam projetos de outros só porque são de partidos rivais. O festival dos Aromas e Chás do Mundo, promovido pela ADPM, que ocorreu no mesmo fim-de-semana do Festival da Juventude, promovido pelo município, é um bom exemplo disso, pois quem procurou os órgãos da câmara de promoção turística para saber informações sobre o festival promovido pela ADPM, não conseguiu obtê-las, apesar dos mesmos estarem a par de toda a informação para esclarecer quem os procurasse. Apesar de ambas as instituições trabalharem em prol do desenvolvimento social local, o facto de cada uma ser de um partido diferente impediu neste, e em outros casos, de promoverem ações concertadas.

O Parque, assim como alguns operadores turísticos que não assumem publicamente a sua preferência partidária, acabam por ser os que acabam por realizar mais parcerias mas, no entanto, assumem a dificuldade que existe em realizar as mesmas caso se tentem reunir pessoas que expressem abertamente serem de partidos rivais.

Outro constrangimento, que é transversal a muitas regiões do país, é a “governança” das mesmas, que em regiões mais constrangidas em termos de desenvolvimento, como é o caso do território onde se encontra o PNVG, acaba por ter um enorme “peso” sobre esta.

Foi criado um plano de gestão do Parque de forma participativa, tendo sido chamadas a intervir várias partes interessadas locais e não locais, com a missão de se decidirem ações concretas de gestão para que o Parque atinga os objetivos para os quais foi criado. O primeiro objetivo concreto deste plano é o de garantir formas de financiamento e de operacionalização da gestão do mesmo, partindo do pressuposto que existem recursos humanos. Como é que se garantem financiamentos e se pode pressupor a existência de recursos humanos quando ambos os recursos estão mais dependentes de condicionalismos exteriores ao sistema do que internos? Como é que existe um “diretor” do Parque, que vive e contacta com a população local há vinte anos, que verdadeiramente não tem o poder de decidir o que é permitido e interdito dentro da área deste, necessitando do parecer do INCB em Lisboa que desconhece, como demonstram alguns episódios relatados por residentes e gestores de recursos, a realidade local? E quais são as perspetivas futuras do plano de gestão do Parque uma vez que a grande abertura do sistema, e consequente dependência externa, pode inviabilizar qualquer plano de gestão que não tenha a mesma em consideração, nem incorpore a instabilidade e incerteza, principalmente em períodos de grande instabilidade económica e política, como a que se vive hoje?

A questão principal desta tese: como gerir o turismo no PNVG de modo a que este concorra para a resiliência do sistema como um todo, não fica, assim, verdadeiramente respondida, nem seria possível, uma vez que não há uma resposta simples, única e concreta e, para que algo de semelhante pudesse ser feito, era necessário terminar a metodologia realizando o último passo da mesma: aprofundar mais as variáveis-chave e com elas criar cenários que apoiassem

a gestão do sistema focal, nunca esquecendo que as possíveis trajetórias futuras têm sempre associado um grau de incerteza, mais ou menos elevado.

No entanto, nesta discussão conseguiu-se expor as potencialidades e constrangimentos atuais e potenciais do sistema, assim como levantar perguntas pertinentes que possam ser discutidas e aprofundadas, posteriormente, por quem tenha intenções de gerir o sistemas.

Conclusões

Esta dissertação visou a operacionalização do quadro teórico-metodológico da resiliência à análise do sistema de turismo numa AP, segundo o método de aplicação proposto recentemente por Strickland-Munro *et al.* (2009).

Desde o início dos trabalhos de preparação desta dissertação que vários desafios foram surgindo. Se por um lado foram esses mesmos desafios que estimularam a ousadia de trilhar um novo caminho pouco percorrido e que tornaram tão interessante percorre-lo, por outro, foram os mesmos que levaram a muitas das limitações que este trabalho apresenta.

Inicialmente detetaram-se duas grandes limitações: tempo e recursos humanos. A metodologia requeria que houvesse mais tempo para que se pudesse realizar uma revisão documental e bibliográfica mais aprofundada do sistema e para que se validasse as interpretações efetuadas, numa segunda ronda de entrevistas. Requeria mais tempo, também, para concluir todos os passos da mesma, designadamente a construção de cenários. Com efeito, a metodologia deveria ser realizada, não apenas por uma pessoa, como aconteceu, mas por uma equipa multidisciplinar de modo a que se beneficiasse da sensibilidade e contributo de especialistas de várias áreas, como sejam as ciências sociais, o ambiente, a ecologia e o turismo.

Estas são limitações reconhecidas do trabalho mas que se tentaram ir colmatando, tanto quanto possível, por consulta a especialistas de diferentes áreas.

Com o trabalho desenvolvido ao longo desta dissertação percebeu-se que existem diversas vantagens na utilização do quadro teórico-metodológico da resiliência para avaliar a sustentabilidade de um sistema. Este quadro permite tratar as diversas componentes de um sistema de modo integrado, ao invés de analisá-las de forma isolada, possibilitando que a complexidade inerente às relações e as interações que existem entre a componente social e ambiental possa ser incorporada nessa análise. Ao mesmo tempo simplifica a realidade, analisando-a a partir de poucas variáveis-chave (entre 3 a 5), sem, contudo, tornar a mesma redutora e simplista.

O facto de se examinar a evolução do sistema em estudo ao longo de janelas temporais e espaciais, mais ou menos largas, permite compreender como é que eventos ocorridos a diferentes escalas concorreram para o seu estado atual, facilitando a compreensão das dinâmicas dentro do sistema e entre este e outros sistemas que se encontram em diferentes escalas. Permite, também, ter uma imagem mais nítida da trajetória do sistema, percebendo de onde veio, onde se encontra e para onde está a caminhar, permitindo discutir para onde se pretende que vá.

O “coração” da resiliência, que distingue esta abordagem de avaliação da sustentabilidade de todas as outras existentes até ao momento, reside na sua capacidade em incorporar, na análise de um sistema, a incerteza e as mudanças permanentes. Esta particularidade deste quadro de análise permite, assim, analisar um sistema almejando uma melhoria do seu estado geral (da sua sustentabilidade), ao invés da otimização isolada de algumas componentes do mesmo. É possível, posteriormente, transportar isso para a gestão do mesmo, possibilitando,

assim, delinear estratégias que contemplem e lidem com os desafios do mundo atual, em que a incerteza, as alterações e a instabilidade, como as alterações climáticas, a crise económica mundial e a instabilidade política, são uma constante.

Em relação ao sistema turismo numa área protegida, este quadro teórico-metodológico permite situar a componente do turismo no mesmo, evidenciando a sua complexidade e captando as dinâmicas existentes entre este e as restantes componentes, o que potencializa uma gestão mais adaptada à realidade e aos objetivos que se pretende com o turismo na região.

A metodologia toma por referência, principalmente, que o que ocorre na componente ecológica é consequência do que ocorre na componente social e vice-versa, ou seja, supõe que ambas se influenciam mutuamente. Na verdade, a natureza é sempre impactada pelas ações humanas e, como tal, parte da sua evolução pode ser explicada pela ação humana, contudo, o contrario nem sempre se verifica. Nos poucos casos de estudo acessíveis, este quadro teórico-metodológico foi aplicado, principalmente, em territórios em que as sociedades dependem economicamente dos recursos naturais ou dos serviços dos ecossistemas, ou em locais muito vulneráveis a eventos meteorológicos extremos como furacões, secas prologadas, inundações, etc.

Pelo contrário, ficou evidenciado que no caso aqui em estudo isso não se verifica. No sistema turismo no PNVG, desde o final de 1950 que a economia local tem-se vindo a desligar, cada vez mais, dos recursos naturais desse território, facto patente na percentagem de população mertolense ativa que possui emprego ligado às atividades territoriais - menos de 25 %⁵ (Anexo V). Neste caso de estudo a componente social, à medida que o sistema foi abrindo, passou a ser influenciada, cada vez mais, por eventos externos e menos pelo estado dos recursos, como demonstra a grande perda populacional que se deu neste território entre o fim da década de cinquenta e início da década de sessenta. Esta migração, para fora do concelho, seguiu o movimento que decorria um pouco por todo o país rural (êxodo rural), não sendo consequência direta do estado dos recursos da região de Mértola. A alteração do modo de utilização dos mesmos (utilização de máquinas, abandono de solos marginais, etc.) foi consequência da falta de mão-de-obra, devido ao êxodo, e não o inverso.

Conclui-se, ainda, que o turismo em espaços rurais, como o de Mértola, não é a tábua de salvação destes territórios, não se podendo descurar as restantes atividades económicas em favorecimento do mesmo. Contudo, a valorização de recursos, naturais e patrimoniais, e a singularidade e identidade de cada território que o turismo promove pode concorrer para reduzir a forte dependência externa que estes territórios possuem. Isto se o turismo existente for gerido tendo em conta os seus constrangimentos e limitações e os do sistema em que se insere e se for realizado, principalmente, pelas comunidades locais.

A redução da dependência externa de cada sistema aumenta a sua autonomia e a capacidade de delinear estratégias que preparem o mesmo para lidar com perturbações, ou

⁵ 15,3 %, peso do sector primário em 2011 e 7,7 %, peso do alojamento e restauração em 2011, com exceção das cantinas e do catering.

que, em caso de uma ocorrência inesperada, este possa reagir rapidamente, arranjando-se alternativas que estejam verdadeiramente vocacionadas para lidar com os desafios enfrentados por esse território em concreto, tendo em consideração os seus recursos naturais, tecnológicos e humanos. Quando um sistema é aberto e essa abertura, e a consequente dependência externa do mesmo, não são tidas em conta, a capacidade de realizar um plano de gestão preparado para incorporar estratégias que lidem com a incerteza associada a perturbações desconhecidas, principalmente as externas, torna-se condicionada, uma vez que os gestores desse sistema têm pouca capacidade de controlar perturbações que ocorram a níveis superiores, ou de mitigarem os impactos decorrentes das mesmas. No caso concreto do sistema turismo no PNVG acresce, ainda, os condicionalismos internos deste sistema, descritos anteriormente, assim como a sua pouca capacidade em lidar com perturbações, decorrentes da sua fraca resiliência, uma vez que o sistema em estudo encontra-se na fase de reorganização, possuindo, por isso, ligações débeis entre as suas diversas subcomponentes. Deste modo, a ocorrência de uma ou mais perturbações poderá ter impactos negativos de grande magnitude que podem concorrer para uma alteração do seu regime. Assim, na perspetiva de uma eventual perturbação que ocorra externamente, como a crise financeira e económica, do país e da Europa ou de uma possível instabilidade política que se começa a “desenhar no horizonte”, o estado do sistema pode alterar-se para outro menos desejável, isto é, poderá ver ainda mais reduzida a sua sustentabilidade.

Aumentar a resiliência do sistema a perturbações negativas que não são passíveis de serem evitadas, permite que este possa ser gerido de modo a perseguir sempre o seu estado mais desejável, isto é, perseguir o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade é distinta para cada sistema/local e tem tendência a alterar-se com o tempo, sendo apenas orientada de modo a nunca se perder de vista a “capacidade das gerações atuais suprirem as suas necessidades sem comprometerem a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (UN, 1987,p. 37).

Referências Bibliográficas

- Abreu, M.M., Tavares, M.T., Batista, M.J., 2008, Potencial use of *Erica andevalensis* and *Erica australis* in phytoremediation of sulphide mine environments: São Domingos, Portugal. *Journal of Geochemical Exploration*, 96, 210-222.
- Baptista, F. O., 1993, *A Política Agrária do Estado Novo*, Edições Afrontamento, Porto.
- Baptista, F. O., 2001, *Agriculturas e Territórios*, Celta, Oeiras.
- Baptista, F.O., 2011, *População Rural e Espaço*, Manifesta, Trancoso.
- Cardoso, A. C., Rocha, P., Fialho, S., Farinha, J.C., Rito, P., e Silva, E., 2008, *Plano de gestão do vale do Guadiana – Parque Natural do Vale do Guadiana e Zona de Protecção Especial do Vale do Guadiana*, ICNB, Mértola.
- Casimiro, J. P., 1993, *Geo-biografia das Mudanças de Uso do Solo: Concelho de Mértola*. Prova de aptidão pedagógica e capacidade científica. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa
- Choi, H.C. e Sirakaya, E., 2006, Sustainability indicators for managing community tourism, *Tourism Management* 27: 1274-1289.
- Cordeiro, I.J.D., 2008, *Instrumentos de Avaliação da Sustentabilidade do Turismo: Uma Análise Crítica*, Tese de Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Dinis, S. M., 2005, *O Ecoturismo: Um instrumento para o Desenvolvimento Sustentável?*, Tese de Mestrado em “Desenvolvimento e Cooperação Internacional”, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- Feio, M., 1998, *A Evolução da Agricultura do Alentejo Meridional: As cartas de G. Pery as difíceis perspectivas actuais na comunidade europeia*, Edições Colibri, Lisboa.
- Figueira, V., 2011, Turismo Y Visitas a las Áreas Protegidas: Breve referência al Portugal Continental, *Estudios y Prespectivas en Turismo*, 20: 1214-1232.
- Folke, C., 2006, Resilience: The emergence of a perspective for social-ecological systems analyses. *Global Environmental Change* 16: 253-267.
- Gaspar, J., *Portugal os próximos 20 anos*, I vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Hall C. M., 2007, Scaling ecotourism: the role of scale in understanding the impacts of ecotourism in James Higham (Ed) *Critical Issues in Ecotourism Understanding a complex tourism phenomenon*, BH/Elsevier, Oxford, pp. 243-255.
- Holling, C.S., 2001, Understanding the Complexity of Economic, Ecological, and Social Systems, *Ecosystems* 4: 390-405.
- Instituto Nacional de Estatística, 1992, *Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE-Ver. 2)*. Portugal, Lisboa
- Jones, N., Graaff, J., Rodrigo, I., Duarte, F., 2011, Historical review of land use changes in Portugal (before and after EU integration in 1986) and their implications for land degradation and conservation, with a focus on Centro and Alentejo regions, *Applied Geography*, 31:1036-1048.
- Judas, M., 2012, Correr na Natureza, *Visão* (7 Outubro, 2012), pp.110
- Ko, T.G., 2005, Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach, *Tourism Management* 26: 431-445.
- Matos, J.X, Martins, L.P., 2006, Reabilitação ambiental das áreas mineiras do sector português da Faixa Piritosa Ibérica: estado da arte e perspectivas futuras, *Boletín Geológico y Minero* 117 (2): 289-304
- Pinto-Correia, T., 2000, Future development in portuguese rural areas: how to manage agricultural support for landscape conservation?, *Landscape and Urban Planning*, 50: 95-106.

- Reis, J., 1993, *O Atraso Económico Português 1850-1930*, Imprensa Nacional casa da Moeda, Lisboa.
- Rosa, T., 2009, Maio, *Turismo e Natureza*. Comunicação apresentada no seminário Conservação da Natureza e Turismo: uma relação de conflito ou de simbiose?, Beja
- Saarinen, J., 2006, Traditions of Sustainability in Tourism Studies, *Annals of Tourism Research*, 33(5): 1121-1140
- Silvano, M.J.M., 2006, *O Turismo em áreas rurais como factor de desenvolvimento. O caso do parque Natural de Montesinho*, Tese de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- Simas, J. F. B. R., 2000, *O Rio e os Homens, a comunidade ribeirinha de Mértola*, Câmara Municipal de Mértola, Mértola.
- Strickand-Munro, J., Allison, H., Moore, S., 2009, Using Resilience Concepts to Investigate the Impacts of Protected Area Tourism on Communities, *Annals of Tourism Research*, 37(2) 499-519.
- Tsaur, S., Lin, Y., Lin, J., 2006, Evaluating ecotourism sustainability from the integrated perspective of resource, community and tourism, *Tourism Management* 27: 640-653, Elsevier, Great Britain.
- Veiga, J. E., 2005, *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*, Garamond, Rio de Janeiro.
- Walker, B. e Salt, D., 2006, *Resilience Thinking: Sustaining Ecosystems and People in a Changing World*, Island Press, Washington D.C.
- Weaver, D., 2008, *Ecotourism*, Wiley, Milton Qld (2ª edição)
- Decreto-Lei nº 109/2009, 15 de Maio
- Decreto Regulamentar nº 28/95, 18 de Novembro
- Portaria nº137/2012, 11 de Maio.

Webgrafia:

- Dias, C., 2008, Alqueva acelera assoreamento do Guadiana e afeta Huelva. *Público*. 14 de Abril.2008. Disponível em:<http://www.publico.pt/local/noticia/alqueva-acelera-assoreamento-do-guadiana-e-afecta-huelva-1325762>. Acesso em: 20 de Julho, 2012
- Empresa Municipal de Turismo (Merturis), 2012.
Disponível em: http://www.merturis.pt/pt/visitas_actividades/index.php. Acesso em: Abril.2012.
- INE (Instituto Nacional de Estatística): <http://www.ine.pt>
Censos-séries históricas, 2001
Estimativas Anuais da População Residente(Anual), 2010
Censos – Resultados Definitivos. Região Alentejo. 1991, 1993
Censos – Resultados Definitivos. Região Alentejo. 2001, 2002
Censos – Resultados Provisórios 2011. 2011
- Instituto da Conservação e da Biodiversidade (ICNB), 2012.
Disponível em: <http://portal.icn.pt/ICNPportal/vPT2007-AP-ValeGuadiana>. Acesso em: 5.Fevereiro.2012
- International Union for Conservation of Nature (IUCN), 2012: Kates, W. R., ed. (2010) Readings in Sustainability Science and Technology. CID Working Paper No. 213. Center for International Development, Harvard University. Cambridge, MA: Harvard University, December, 2010. Disponível em: <http://www.harvard.edu/centers/cid/publications/faculty-working-papers/cid-working-paperno.-213>. Acesso em: 3.Agosto.2012

- Kates, W.R., Parris, M.T., Leiserowitz, A.A., 2005, What Is Sustainable Development? Goals, Indicators, Values, and Practice, *Environment Science and Policy for sustainable development*
Disponível em: <http://www.environmentmagazine.org/Editorials/Kates-apr05-full.html>.
Acesso em: 3 de Agosto.2012
- Nuno Cortez, 2010, *Slides das aulas dadas pelo professor Nuno Cortez na unidade curricular de Remediação, ano letivo 2010/2011*.
Disponível em: <https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/54193/1/classificacaosolos-06.ppt>.
Acesso em: 6 de Maio, 2012
- Resilience Alliance, 2010. Assessing resilience in social-ecological systems: Workbook for practitioners. Version 2.0. Disponível em: <http://www.resalliance.org/3871.php>. Acesso em: 4.Maio.2012
- Turismo de Portugal, 2010, *Relatório de Sustentabilidade: Atuar Para o Desenvolvimento Sustentável*,2010 Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Documents/RelatorioSustTP2010%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 4.Junho.2012
- Turismo de Portugal, 2008. *O Turismo Interno: Movimento Turístico dos Portugueses -2010*.
Disponível em:
<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1liseestat%C3%ADsticas/aofertaeprocuranoter/Pages/AOfertaeprocuranoTER.aspx>
. Acesso em: 12.Agosto.2012.
- UN (1987) Report of the World Commission on Environment and Development: *Our Common Future*.
Disponível em <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>. Acesso em: 4.Junho.2012
- UN (2006) The Johannesburg Summit test: *What Will Change?* Disponível em http://www.johannesburgsummit.org/html/whats_new/feature_story41.htm. Acesso em: 6.Agosto.2012
- Wikiresilience 2012, *RAWorkbook*.
Disponível em: http://wiki.resalliance.org/index.php/Main_Page. Acesso em: 15 de Abril de 2012
- World Tourism Organization United Nations (UNWTO), 2012.
<http://www2.unwto.org/en/content/history-0>. Acesso em: 23. Junho.2012
- WTTC, 2011, Report of World Travel & Tourism Council: *Progress & Priorities 2010-2011*.
Disponível em
http://www.wttc.org/site_media/uploads/downloads/progresso_and_priorities_2010-2011.pdf.
Acesso em:20.Maio.2012

Anexos

Anexo I - Guião da entrevista exploratória

Turismo

1. Há quanto tempo se iniciou o turismo na região em que se insere o PNVG?
2. Se tivesse de fazer uma periodização quais seriam as principais etapas?
3. Quais os impactos da criação do Parque ao nível do turismo?
4. Quais os principais acontecimentos ou fatores que influenciaram o turismo nesta região desde o seu início até aos dias de hoje?
5. Quem oferece e quem tutela?

Recursos

6. Quais os principais recursos existentes no Parque Natural que são utilizados pelo turismo?
7. Quem gere/regula os usos desses recursos?
8. Existem políticas, leis ou regulamentos que regulem o uso de recursos que aumentam ou limitam a flexibilidade de gerir os mesmos e as questões que possam surgir?
 - Ver quais são e ver se conflituam entre si ou se se complementam.
 - Quais é que os entrevistados pensam ser as mais importantes.
 - Se existe uma decreto/lei ou política “chapéu” de todas as outras.
9. As instituições reguladoras são flexíveis?
 - a. Se há adaptação dos regulamentos ao contexto?
 - b. A inovação é encorajada (inovação em termos dos processos que decorrem dentro das mesmas).
10. O que pensa dessas entidades reguladoras?
 - a. A gestão é coordenada entre elas? Não há coordenação?
11. Quais os direitos de propriedade dentro do parque?
 - a. Áreas privadas: grande e pequena propriedade
 - b. Terras comuns existem?: baldios grandes?
 - c. Terras públicas?
12. Quem detém a posse da terra do parque?
 - a. Arrendamento, caças associativas, pastagens arrendadas.
 - b. Mapa das coutadas. – Pedir
13. Existem conflitos derivados da posse das terras ou há uma complementaridade entre elas

Turismo e Recursos

14. Quem são as entidades/empresas que de algum modo têm interesses no turismo na AP?
 - a. Listas as empresas que gerem
 - b. Listar as que promovem atividades
15. Verificar a existência de conflitos entre os vários tipos de turismo.
 - a. Entre a caça turística e os passeios pedestres; entre a pesca desportiva e os passeios de barco;
16. Verificar a existência de conflitos entre o turismo e os objetivos de conservação do Parque.

- a. Entre a caça turística e a pesca desportiva e os objetivos de conservação das espécies.
- 17. Verificar conflitos entre o uso dos recursos por parte do turismo e por parte da população.**
- 18. Verificar conflitos entre os usos da população e os objetivos de conservação do Parque**
- 19. Existem conflitos entre os vários intervenientes? Entre quem e de que tipo.**
 - a. Entre os vários que gerem o turismo.
 - b. Entre os gerem os recursos e os que gerem o turismo.
- 20. As várias partes interessadas (alojamentos, restaurantes, residentes do parque,...) são ouvidas?**
 - a. De que forma?
 - b. Há alguma forma de coordenação dos residentes? (ex: juntas de freguesia, associações de residentes,...)
- 21. As entidades reguladoras do sistema partilham informação e coordenam-se nas ações?**
- 22. Quais os mecanismos que têm sido postos em prática para garantir a incorporação dos inputs das várias partes interessadas na gestão do sistema?**
 - a. Mecanismos para incorporar a opinião dos que têm atividades económicas ligadas ao turismo no parque
 - b. Mecanismos para incorporar a opinião dos residentes
 - c. Mecanismos para incorporar as opiniões das várias entidades reguladoras
- 23. Qual tem sido o resultado para a gestão dos recursos do Parque dessa partilha de informação?**
- 24. Na existência de conflito entre os objetivos do Parque e o turismo no mesmo, quem é que tem de facto poder tomar uma decisão? Onde é que o poder na realidade recai?**

Opinião dos Entrevistados

- 25. Qual a opinião do entrevistado sobre o contributo do turismo associado ao PNVG para a região?**
 - a. Aspectos positivos e negativos
 - i. - A nível ecológico
 - ii. - A nível socioeconómico
- 26. Quem são, na opinião do entrevistado, os maiores beneficiários com o turismo no PNGV e quem são os que ficam a perder com o mesmo?**
- 27. O que pensa o entrevistador do futuro do turismo no PNVG?**
 - b. - Qual era o cenário real e qual o mais desejável na sua opinião
- 28. Existem ameaças e as oportunidades ao cenário ideal para o futuro do sistema?**
- 29. O sistema tem sido gerido de modo a aumentar a sua capacidade em resistir a alguma ameaça concreta?**
 - c. Pode ser alguma que preocupe o entrevistado em termos de cenário ideal ou pode ser qualquer outra que exista.

Anexo II – Questionários de Inquérito

Questionário aos operadores turísticos

○ **Identificação da entidade**

○ **Identificação** _____

1. CAE:

- Agentes de animação turística
 - Empresas de Animação Turística (terrestre/aquáticas/ aéreas)
 - Operadores Marítimo Turístico
- Estabelecimentos hoteleiros
 - Hotéis
 - Hotéis – apartamento
 - Pousadas
- Aldeamentos turísticos
- Apartamentos turísticos
- Empreendimentos de turismo de habitação
- Empreendimentos de turismo no espaço rural
 - Casas de campo
 - Agroturismo
 - Hotéis rurais
- Parques de campismo e caravanismo
- Restauração
- Outro. Qual? _____

2. Possui alguma certificação de qualidade ou ambiental?

- Sim / Não / Não sabe, não responde qual? _____

3. Que serviços presta, há quanto tempo e onde...

Serviços que presta	Presta		Local		Não presta mas encaminha ou divulga
	Quais	Tempo	No Parque	Fora	
Alojamento					
Restauração					
Passeios a pé					
Passeios a cavalo, bicicleta, jipe					
Passeios de barco					
Caça e pesca					
Desportos ao ar livre					
Vendas de artesanato e produtos regionais					

4. Que instalações e equipamentos possuem?

- Edifícios
- Piscina
- Parque infantil
- SPA's
- Campo de golfe
- Outro. Qual? _____

No caso de possuir edifícios:

5. O edifício foi recuperado ou foi construído de raiz?

- Foi recuperado
- Foi construído de raiz -> **7**
- Não se aplica -> **9**

6. Tendo sido recuperado houve ou não preocupação em manter a traça original?

- Sim -> **8** / Não -> **8**

7. Tendo sido construído de raiz houve ou não houve preocupação em manter as características dos alojamentos da região?

- Sim / Não

8. E em utilizar materiais da região?

- Sim / Não / Não aplicável / Não sabe, não responde

E deixe que lhe pergunte:

9. É proprietário de terra dentro da área do Parque?

- Sim / Não / Não aplicável Área _____

10. Ou é rendeiro e alguma terra dentro do parque?

- Sim / Não Área _____

11. Dos serviços que presta, citados em cima, quais é que são realizados em terrenos dos quais é proprietário e quais é que não?

Colocar a tabela da questão 3 P – proprietário/ L- acesso livre/ R- rendeiro

12. Quem na sua família trabalha nesta unidade turística?

- Cônjuge
- Filho/Filha/nora/genro
- Cunhado(a)
- Sogro(a)
- Outro. Qual? _____
- Nenhum

13. Nº de empregados (assalariados)

- Permanentes a tempo inteiro _____
- Permanentes em part-time _____
- Temporários _____

14. Quantos empregados são residentes do concelho de Mértola? _____

15. Algum deles, empregado ou familiares, têm ou não tem formação na área do turismo? Qual?

16. Quantos deles, empregados ou familiares, sabem pelo menos duas línguas?

○ **Procura turística**

17. Agora, e tendo em conta os turistas do ano passado em cada um dos serviços que presta, o que me pode dizer sobre a procura turística dos seus serviços:

Serviços que presta	Nº Clientes/semana		Períodos		Esta procura representa um aumento ou diminuição face a anos anteriores	
	Ép. alta	Ép. baixa	Ep. alta	Ep. baixa	Ep. alta	Ep. baixa
Alojamento						
Restauração						
Passeios a pé						
Passeios a cavalo, bicicleta, jipe						
Passeios de barco						
Caça e pesca						
Desportos ao ar livre						
Vendas de artesanato e produtos regionais						
Outros. Qual?						

NS/NR – não sabe não responde; NA – não aplicável; C – continua ao longo do ano

18. O que são estes valores face à capacidade que dispõem? _____ %

19. Qual a evolução que espera nos próximos anos?

○ **Caracterização dos turistas**

20. Agora gostava de saber um pouco sobre os turistas que o procuram. São, sobretudo,

- Caçadores
- Culturais
- Turistas de natureza

- Não sabes/não responde

21. De onde provem o maior número dos seus clientes?

- Da região do Alentejo
- Nacionais mas não do Alentejo
- Estrangeiros da Europa. Qual a nacionalidade _____?
- Estrangeiros de outros continentes. Qual a nacionalidade _____?
- Não sabe/ não responde

22. O número de clientes estrangeiros tem vindo a aumentar nos últimos anos?

- Sim / Não / Não sabe, não responde

23. Quanto tempo ficam, em média, no Parque? _____ (dias) Não aplicável

24. Idade média dos mesmos _____

25. Em média quanto gasta um turista por dia no PNVG (por noite/por refeição/por atividade)?

- Uso de recursos na área do Parque na perspetiva do operador turístico

26. Dos recursos naturais existentes no Parque quais os que utilizava na atividade turística antes da criação do Parque e quais os que utiliza nos dias de hoje

Recursos	Utilizados	
	Antes de 1995	Após 1995
Plantas aromáticas		
Plantas silvestres, espargos		
Frutos silvestres		
Mel		
Caça e peixes do rio		
Produtos regionais		
Produtos de origem animal local (ex: porco preto)		
Outro Qual?		
Nenhum		

27. Havendo alterações entre os usos em 1995 e os atuais isso deve-se a:

- Pouca disponibilidade do recurso antes/agora.
- Corte nas vias de acesso ao recurso.
- Saturação do uso do recurso.
- Necessidade de licenças para utilizar o recurso.
- Má gestão do recurso.
- Pessoais (pouco rendimento, inexistência de pessoal competente para a tarefa,...).
- Alteração na procura dos turistas de um determinado recurso e adaptação à mesma.
- A não existência da unidade.
- Outra. Qual?
- Não sabe/não responde
- Não aplicável

28. A situação de utilização atual representa, em relação aos anos anteriores:

- Um aumento
- Uma redução
- Uma manutenção
- Não sabe/não responde
- Não aplicável

Razão do aumento/redução _____

29. Qual a evolução que espera nos próximos anos para a utilização dos recursos?

- Um aumento
- Uma redução
- Uma manutenção
- Não sabe/não responde
- Não aplicável

30. Razão do aumento/redução

- Pouca disponibilidade do recurso antes/agora.
- Corte nas vias de acesso ao recurso.
- Saturação do uso do recurso.

- Necessidade de licenças para utilizar o recurso.
- Má gestão do recurso.
- Pessoais (pouco rendimento, inexistência de pessoal competente para a tarefa,...).
- Alteração na procura dos turistas de um determinado recurso e adaptação à mesma.
- A não existência da unidade.
- Outra. Qual?
- Não sabe/não responde
- Não aplicável

○ **Atributos do PNVG**

O parque possui vários atributos que de certa forma contribuem para atrair visitantes ao mesmo.

31. Quais são os 3 atributos do parque que na sua opinião têm maior valor para o turismo na região:

- Monumentos construídos - igrejas, museus, castelo, mina de S. Domingo;
- Monumentos naturais – Pulo do Lobo;
- Paisagens;
- Centros arqueológicos;
- Gastronomia;
- Hospitalidade dos residentes;
- Riqueza em espécies cinegéticas;
- Biodiversidade de plantas e animais que as pessoas gostam de observar;
- Praia da Tapada Grande;
- Guadiana – passeios de barco, canoagem;
- Riqueza de espécies piscícolas;
- Património imaterial (sociabilidades, cantares, festividades,...);

○ **Vantagens e desvantagens do turismo**

O turismo tem muitas vantagens mas também tem desvantagens, que dependem muitas vezes do tipo de turismo que estamos a falar, por exemplo: turismo cinegético, turismo cultural, turismo de natureza (passeios pedestres, passeios de barco, observação de pássaros,...). Vou passar a dizer algumas vantagens e desvantagens que estão, muitas vezes, associadas a estes tipos de turismo e gostava de saber se, na sua opinião, estas acontecem no PNVG. Se se lembrar de outras vantagens ou desvantagens que ocorrem na região, associadas ao turismo, esteja à vontade para as dizer.

32. Quais as vantagens e desvantagens do turismo no PNVG para a região

Vantagens		Desvantagens	
Gera rendimentos		Aumento do custo de vida	
Gera emprego		Aumento do preço dos terrenos	
Traz vida à região		Cães abandonados	
Ajuda a manter os terrenos limpos		Fecho de caminhos públicos	
Ajuda a preservar os caminhos		Cartuxos no chão	
Ajuda a preservar o património		Assustam o gado	
Traz visibilidade à região		Lixo no chão	
Ajuda a manter financiamentos à conservação de espécies		Ruído	
		Concorrência na apanha de cogumelos/plantas,...	
		Maior incidência de fogos	

○ **Consciência ambiental**

Uma vez que opera numa área protegida queria saber um pouco sobre a consciência ambiental da empresa.

33. Tem ou não conhecimento, ou recebeu, através do Parque, do ICNB ou da Merturis, o código de conduta dos turistas no Parque e o que é um plano de gestão ambiental?

- Sim recebi
- Sim deram-me conhecimento
- Não
- Não sabe/não responde

34. O alojamento/operador possui ou não um plano de gestão ambiental?

- Sim / Não / Não aplicável / Não sabe, não responde

35. Informam ou não informam os turistas sobre o código de conduta na AP?

- Sim / Não / Não aplicável / Não sabe, não responde

36. Se sim de que forma informam os turistas sobre o código de conduta na AP?

- Através do site da empresa
- Através de panfletos
- Cartazes
- Outro. Qual? _____

37. Dá ou não formação aos funcionários sobre:

- Gestão de recursos (reduções de consumos de água, eletricidade, separação de lixo,...).
- Importância da biodiversidade.
- Importância do património natural e construído.
- Gestão sustentável da agricultura.
- Nenhuma.
- Não aplicável.
- Não sabe/ não responde.

38. Quantas vezes é dada essa formação?

- Apenas quando entram para a empresa
- 1 vez por ano
- 2 vezes por ano
- Não é aplicável
- Não sabe/não responde

○ **Relação com os outros operadores**

Uma vez que existem várias entidades a operar no parque e uma vez que os recursos existentes no mesmo são partilhados por todos, gostava de saber agora, um pouco da sua relação com os outros operadores turísticos.

39. Para o abastecimento da sua unidade turística recorre:

- Hipermercado
- Supermercado
- Estabelecimentos locais (mercearias, drogarias,...)
- Não sabe/ não responde

40. Quais os bens que compra nestes últimos?

- Produtos de limpeza
- Produtos alimentares frescos
- Produtos alimentares secos
- Outros. Quais? _____

41. Possui parcerias ou não com outras empresas turísticas (lojas, restaurantes, hotéis,...)?

- Sim / Não/ Não sabe/não responde

42. Se sim, com quais? _____

43. Há ou não partilha de informação entre os várias empresas e entidades turísticas no Parque?

- Sim / Não / Não sabe, não responde

44. Se sim, esta é, entre vocês e:

- Empresas com atividades complementares da sua. Quais? _____
- A Merturis
- O ICNB
- A Câmara
- A RTAlentejo
- A Alentejo Tours
- Associações com interesse no turismo (de caçadores, de pesca desportiva)
- Qual? _____
- Outra. Qual? _____

- **Opinião sobre as entidades tutoras**

45. Sobre as entidades que de algum modo tutelam o turismo no parque (Merturis, Turismo do Alentejo, Parque,...), o que pensa do contributo delas para o turismo na região

	Merturis	ICNB	Turismo do Alentejo	Parque	Outra
Incentiva a formação e qualificação					
Promove a cooperação					
Promove a existência de redes entre os vários stakeholders					
Dá andamento às iniciativas dos operadores					
Não influencia nada					
Dificulta a coordenação entre os vários operadores					
Outra Qual?					

- **Opinião**

Agora gostava de saber a sua opinião sobre alguns temas relacionados com a vida no PNVG

46. Dos acontecimentos abaixo referidos quais afetaram mais a sua vida, as paisagens locais e a vida da região?

Acontecimentos	Há sua atividade económica	A vida da região
Criação do PNVG		
Descobertas arqueológicas		
Entrada em funcionamento do Alqueva		
Criação das reservas de caça		
Outro. Qual?		
Nenhum		
Não sabe/ não responde		

Porquê?

47. A entrada em funcionamento da barragem do Alqueva está ou não está a ser sentida na região?

- Alteração da quantidade/qualidade do peixe do rio.
- Microclima.
- Qualidade/quantidade de água do rio.

48. Qual a sua opinião sobre o crescimento das coutadas de caça para turismo?

- Uma forma de aproveitar terra que não tinha outra utilização.
- Terras subtraídas à agricultura e ao gado.
- Mantém as terras com vegetação que protege o solo
- Faz aumentar o número de fogos na região
- Reduz a área disponível para os caçadores da região
- Reduz a disponibilidade de caça, para os residentes.
- Aumenta a disponibilidade de caça região.
- É uma forma de gerar dinheiro na região.
- Prejudica as espécies selvagens.

49. Que impactos económicos, sociais e ambientais poderá ter um eventual desassoreamento do rio Guadiana?

- **Problemas sentidos**

Como operador turístico, presumo que de vez em quando sinta entraves ao desenvolvimento dos seus objetivos e ao desenvolvimento do turismo na região em si.

50. Quais os entraves ao desenvolvimento do turismo no Parque?

- Burocracia
- Falta de informação
- Falta de coordenação entre as várias entidades
- Dificuldades de financiamento

- Falta de pessoas qualificadas
- Falta de haver alguém que ajude e facilite a resolução dos problemas que vão surgindo
- Falta de dinamização de atividades na região
- Outro. Qual? _____
- Nenhum
- Não sabe/não responde

51. Quem deveria ser a entidade que deveria mitigar esses entraves e que não está a fazê-lo?

- ICNB
- Merturis
- Parque (ICNB mas a nível local)
- Associação de Turismo do Alentejo
- Outra. Qual? _____
- Nenhum
- Não sabe/não responde

52. Existe alguma associação que esteja a tentar ajudá-los a ultrapassar os obstáculos sentidos e que ajuda a resolver os problemas? Sim/Não

53. Se sim qual?

- ICNB
- Merturis
- Parque (ICNB mas a nível local)
- Associação de Turismo do Alentejo
- ADPM
- Rota do Guadiana
- Outra. Qual? _____

○ **Caracterização**

54. Idade _____ **Sexo** _____

55. Qual o seu nível de escolaridade?

- Sem estudos ou estudos primários incompletos
- 4ª classe completa
- 6º ano completo
- 9º ano completo
- 12º ano
- Bacharelato
- Licenciatura pré-Bolonha/mestrado integrado (pós Bolonha)
- Mestrado (pré Bolonha)
- Doutoramento

56. Possui ou não formação na área do turismo? Sim. Qual? _____/Não

57. Possui formação na área da gestão? Sim. Qual? _____/Não

58. Há quantos anos trabalha neste ramo? _____

59. É a sua atividade principal? Sim -> 59.2 / Não ->59.1

59.1 Se não, qual a sua atividade profissional principal?

59.2 Tem outras atividades complementares? Sim Qual? _____/Não

Atividade Principal *	Atividade Complementar
Desempregado (subsídio de desemprego)	Não tem
Reformado	Gestor hoteleiro
Agricultor/caçador/pescador	Promotor de atividades turísticas
Empresário (café, restaurante, loja,...)	Guia turístico
Empregado do sector dos serviços públicos	Dono de um restaurante de gastronomia regional
Empregado do sector dos serviços privados	Empresário (café, restaurante, loja,...)
Outro. Qual?	Caçador
	Agricultor
	Reformado
	Doméstica
	Quadro técnico intermédio
	Quadro técnico superior
	Empregado administrativo não qualificado
	Empregado administrativo qualificado
	Outro. Qual?

*De onde provém a maioria do seu rendimento

60. Quantos dias por semana dedica à atividade turística? _____ (dias)

61. Isso inclui fins-de-semana? Sim / Não

62. Local de residência antes e depois de ser um promotor turístico

	Antes	Depois
Dentro dos limites atuais do parque		
No concelho de Mértola mas fora dos limites do PNVG		
No concelho de Serpa mas fora dos limites do PNVG		
No Alentejo mas noutro concelho		
Noutro local do País		

63. O que o levou a abrir a empresa aqui?

- Recuperação da propriedade
- Valorização do património familiar
- Aumento do rendimento familiar
- Gerar emprego familiar
- Aproveitar os subsídios
- Gosto pelo sector
- Boa oportunidade de negócio

64. Recorreu a algum apoio financeiro?

- Sim / Não Qual _____

Para terminar

65. O que espera no futuro desses apoios?

- Vão terminar
- Vão aumentar
- Vão ser vitais para a evolução do turismo na região
- Só beneficiam algumas elites, o que vai provocar entraves ao desenvolvimento de alguns tipos de turismo
- Outro. Qual?

Questionário aos residentes

○ Caracterização

Sexo _____ **Local de residência** _____

1. Desde quando reside no que hoje é o PNVG?

- Antes da sua criação, antes de 1995
- Após a sua criação, depois de 1995

2. Local de trabalho?

- Dentro do Parque Onde? _____ -> 3.2
- Fora do Parque Onde? _____ -> 3.2
- Não trabalha -> 3.1

3. Qual a sua atividade profissional atual?

3.1

- Desempregado
- Inativo
 - Reformado
 - Doméstica
 - Estudante

3.2

- Empresário (dono de um café, loja, empresa, alojamento, reserva de caça...)
- Agricultor (conta própria)/Caçador/Pescador
- Empregado do sector dos serviços públicos
- Empregado do sector dos serviços privados
- Assalariado rural (trabalha para o agricultor; trabalha nas coutadas,...)
- Outro. Qual? _____

○ Relação com o turismo

4. Tem alguma ligação com o turismo (reforçar a ideia de que a caça turística está incluída)?

- Sim / Não -> 6

5. De que forma?

- Proprietário de recursos
 - Terrenos para caça
 - Terrenos agrícolas (com atividades associadas ao turismo)
 - Alojamento
 - Barcos de passeio
 - Outro. Qual? _____
- Operador de uma unidade turística (alojamento, atividades, restaurante)
- Empregado numa unidade turística
- Fornecedor de serviços a turistas (café, mercearia,...)
- Outro. Qual? _____

○ Criação do PNVG

6. Falando no turismo, quais são os atributos existentes no parque com maior valor para o turismo. Diga, na sua opinião, quais os 3 principais:

- Monumentos construídos - igrejas, museus, castelo, mina de S. Domingo;
- Monumentos naturais – Pulo do Lobo;
- Paisagens;
- Centros arqueológicos;
- Gastronomia;
- Hospitalidade dos residentes;
- Riqueza em espécies cinegéticas;
- Biodiversidade de plantas e animais que as pessoas gostam de observar;
- Praia da Tapada Grande;
- Guadiana – passeios de barco, canoagem;
- Riqueza de espécies piscícolas;
- Património imaterial (sociabilidades, cantares, festividades,...);

○ **Vantagens e desvantagens do turismo**

O turismo tem vantagens mas também tem desvantagens, que dependem muitas vezes do tipo de turismo que estamos a falar, por exemplo: turismo cinegético, turismo cultural, turismo de natureza (passeios pedestres, passeios de barco, observação de pássaros,...). Vou passar a dizer algumas vantagens e desvantagens que estão, muitas vezes, associadas a estes tipos de turismo e gostava de saber se, na sua opinião, estas acontecem no PNVG. Se se lembrar de outras vantagens ou desvantagens que ocorrem na região, associadas ao turismo, esteja à vontade para as dizer.

7. Quais as vantagens e desvantagens do turismo no PNVG para a região

Vantagens		Desvantagens	
Gera rendimentos		Aumento do custo de vida	
Gera emprego		Aumento do preço dos terrenos	
Traz vida à região		Cães abandonados	
Ajuda a manter os terrenos limpos		Fecho de caminhos públicos	
Ajuda a preservar os caminhos		Cartuxos no chão	
Ajuda a preservar o património		Assustam o gado	
Traz visibilidade à região		Lixo no chão	
Ajuda a manter financiamentos à conservação de espécies		Ruído	
		Concorrência na apanha de cogumelos/plantas,...	
		Maior incidência de fogos	

○ **Uso dos recursos na área do Parque**

Agora gostava de saber qual o seu uso dado aos recursos do Parque, antes e depois da criação do mesmo, e o destino dado aos mesmos

8. Que atividades realizava antes e depois de 1995 dentro dos atuais limites do PNVG

Atividades	Antes de 1995		Após 1995	
	Consumo próprio	Venda	Consumo próprio	Venda
Agricultura (terreno/horta)				
Pesca				
Caça				
Produção de mel				
Pastoreio de gado				
Coleta de frutos				
Coleta de plantas/espargos				
Coleta de lenha				
Coleta de cogumelos e/ou tubaras				
Pic-Nic				
Desportos ao ar livre (canoagem, BTT, caminhadas)				
Outra				
Nenhum				
Não sabe/ não responde				

P – proprietário; R – rendeiro; L – Acesso livre

Já agora deixe-me perguntar-lhe:

9. É proprietário de terra dentro da área do Parque?

○ Sim / Não Área _____

10. E é rendeiro?

○ Sim / Não Área _____

11. Se sim, então as atividades citadas em cima eram/são feitas nessas terras ou mais ou menos um pouco por todo o lado? (preencher o quadro com P – proprietário; R – rendeiro; L – Acesso livre).

12. Os vizinhos de outras aldeias também utilizam os recursos dessas terras?

○ Sim / Não De que aldeia? _____ Recurso utilizado _____

- 13. Das atividades citadas em cima as que fazia antes de 1995 e que não faz agora deve-se a:**
- Assuntos pessoais (já não necessita do rendimento extra, já não tem a mobilidade necessária, alteração de gostos, ...)
 - Pouca disponibilidade do recurso
 - Corte de vias de acesso aos recursos
 - Necessidade de pagar licenças de acesso aos mesmos
 - Não aplicável

14. Teve algum tipo de compensação? Sim. Qual? _____ / Não/ Não aplicável

○ **Opinião**

Agora gostava de saber a sua opinião sobre alguns temas relacionados com a vida no PNVG

15. Dos acontecimentos abaixo referidos quais afetaram a sua vida, as paisagens locais e a vida da região de forma positiva ou negativa?

Acontecimentos	A sua vida	As paisagens	A vida da região
Criação do PNVG			
Descobertas arqueológicas			
Entrada em funcionamento do Alqueva			
Criação de reservas de caça turísticas			
Outro. Qual?			
Nenhum			
Não sabe/ não responde			

Porquê? _____

16. Qual das seguintes atividades são a melhor opção para o desenvolvimento da região, ou seja, para o seu futuro, e quais são as mais importantes para o emprego e rendimento dos residentes?

Atividade	Desenvolvimento	Emprego/rendimento
Turismo cinegético		
Turismo cultural		
Turismo de natureza		
Indústria transformadora		
Construção		
Agricultura		
Floresta		
Serviços		
Pesca		
Outra. Qual?		
Não sabe/não responde		

17. A entrada em funcionamento da barragem do Alqueva está ou não está a ser sentida na região?

- Alteração da quantidade/qualidade do peixe do rio.
- Microclima.
- Qualidade/quantidade de água do rio.

18. Qual a sua opinião sobre o crescimento das coutadas de caça para turismo?

- Uma forma de aproveitar terra que não tinha outra utilização.
- Terras subtraídas à agricultura e ao gado.
- Mantém as terras com vegetação que protege o solo
- Faz aumentar o número de fogos na região
- Reduz a área disponível para os caçadores da região
- Reduz a disponibilidade de caça, para os residentes.
- Aumenta a disponibilidade de caça região.
- É uma forma de gerar dinheiro na região.
- Prejudica as espécies selvagens.

19. Qual das seguintes entidades tem influencia, de forma positiva ou negativa, na sua vida e na vida local?

Entidades	Na sua vida	Na vida local
Junta de Freguesia		
Câmara		
ADPM		
Associações de profissionais		
Partido político		
Parque		
Outra		
Nenhuma		

○ **Caracterização**

20. É membro de alguma associação de profissionais, cultural, sindical ou outro?

- Sim / Não -> 22

21. Se sim, qual?

- Associação de caçadores
- Associação de pescadores
- Associação de pesca desportiva
- Associações de moradores
- Associações de desenvolvimento
- Clubes desportivos
- Grupos corais
- Grupos religiosos
- Militante de um partido político
- Sindicato
- Outro. Qual? _____

22. Qual o seu nível de escolaridade?

- Sem estudos ou estudos primários incompletos
- 4ª classe completa
- 6º ano completo
- 9º ano completo
- 12º ano completo
- Bacharelato
- Licenciatura pré-Bolonha/mestrado integrado (pós Bolonha)
- Mestrado (pré Bolonha)
- Doutoramento

Idade _____

Questionário aos turistas

Nacionalidade _____ Local de residência _____

1. **Sabe que se encontra no Parque Natural vale do Guadiana?**
 - ☐ Sim
 - ☐ Não
2. **O PNVG é o seu principal destino?** Sim/ Não -> 3 / Não responde
3. **Se não, qual é?** _____
4. **Quais os transportes utilizados para se deslocar do seu local de origem até ao Parque?**
 - ☐ Avião
 - ☐ Carro
 - ☐ Autocarro
 - ☐ Comboio
 - ☐ Autocaravana
 - ☐ Barco
 - ☐ Bicicleta
 - ☐ Táxi
 - ☐ Outro. Qual? _____
- ☐ **Informação sobre visita ao Parque**
5. **É a primeira vez que visita o PNVG?**
 - ☐ Sim -> 7/ Não / Não responde -> 7
6. **Se não é a primeira vez, visita com regularidade o PNVG?**
 - ☐ Sim / Não -> 7/ Não sabe/não responde -> 7
7. **Se sim, com que frequência?**
 - ☐ 1 vez por ano
 - ☐ 2 vezes ao ano
 - ☐ Mais de 2 vezes por ano
8. **Qual a principal motivação ao escolher o PNVG para destino das suas férias?**
 - ☐ Visitar familiares;
 - ☐ Disponibilidade de caça;
 - ☐ Pelo tipo de espécies piscícolas e pela disponibilidade das mesmas para pesca;
 - ☐ Pela biodiversidade de flora e fauna que são possíveis de observar;
 - ☐ Pelo património construído;
 - ☐ Pela cultura e costumes locais;
 - ☐ Pelas festividades;
 - ☐ Pelo património imaterial;
 - ☐ Pela Gastronomia;
 - ☐ Praia fluvial;
 - ☐ Pelas atividade no rio (passeios de barco, canoagem,...);
 - ☐ Pela tranquilidade;
 - ☐ Pelas paisagens;
 - ☐ Outro. Qual? _____
9. **Quanto tempo pensa ficar?** _____ (duração da estadia)
10. **Pensa voltar ao Parque?**
 - ☐ Sim/ Não/ Não sabe/ não responde
11. **Onde se encontra alojado?**
 - ☐ Dentro do Parque
 - ☐ Fora do Parque mas dentro do Concelho de Mértola
 - ☐ Fora do Parque mas dentro do Concelho de Serpa
 - ☐ No Algarve
 - ☐ Outro. Qual? _____
 - ☐ Não sabe/ não responde

12. Tipo de alojamento?

- Casa de familiares
- 2ª Habitação
- Autocaravana
- Hotel
- Alojamento rural
- Outro. Qual? _____
- Não sabe/ não responde

- **Atributos do Parque**

13. Falando no turismo, quais são os atributos existentes no parque com maior valor para o turismo. Diga, na sua opinião, quais os 3 principais:

- Monumentos construídos - igrejas, museus, castelo, mina de S. Domingo;
- Monumentos naturais – Pulo do Lobo;
- Paisagens;
- Centros arqueológicos;
- Gastronomia;
- Hospitalidade dos residentes;
- Riqueza em espécies cinegéticas;
- Biodiversidade de plantas e animais que as pessoas gostam de observar;
- Praia da Tapada Grande;
- Guadiana – passeios de barco, canoagem;
- Riqueza de espécies piscícolas;
- Património imaterial (sociabilidades, cantares, festividades,

14. Atividades durante a estadia

Atividades	Quanto paga?	A quem paga?
Visitar familiares		
Caçar		
Pescar		
Desportos ao ar livre		
Passeios pedestres		
Passeios de bicicleta/jipe		
Visitar monumentos		
Passeios de barco		
Usufruir da praia da Tapada		
Participar nas festividades		
Comprar artesanato e/ou produtos regionais		
Observar a fauna e/ou flora		
Outro Qual?		

15. Qual/quais as “falhas” do turismo no PNVG?

- Dificuldades em obter informação
- Horários dos monumentos
- Qualidade dos serviços de hospitalidade
- Dificuldade de deslocação
- Dificuldade em comunicar com os residentes do Parque
- Má gastronomia
- Má gestão de recursos
- Má sinalização de percursos e de pontos de interesse
- Atividades existentes no mesmo espaço que interferem umas com as outras
- Nº excessivo de visitantes
- Outra. Qual? _____

○ **Caracterização**

Por fim precisava só de obter algumas informações mais pessoais como o seu nível de escolaridade, idade, profissão e modo como viaja.

Sexo _____

Idade _____

16. Qual o seu nível de escolaridade?

- Sem estudos ou estudos primários incompletos
- 4ª classe completa
- 6º ano completo
- 9º ano completo
- 12º ano
- Bacharelato
- Licenciatura pré-bolonha/mestrado integrado (pós Bolonha)
- Mestrado (pré Bolonha)
- Doutoramento
- Não sabe/não responde

17. Qual a sua atividade profissional atual?

- Desempregado
- Reformado
- Estudante
- Empresário (dono de um café, de uma loja, de uma empresa, de um alojamento...)
- Agricultor
- Empregado do sector dos serviços
- Empregada doméstica
- Técnico superior
- Guia turístico
- Não sabe/ não responde

18. Viaja na companhia de quem?

- Sozinho
- Com um familiar ou amigo
- Com a família
- Com um grupo de amigos
- Grupo de turistas reunido por uma agência
- Outro. Qual? _____
- Não sabe/ não responde

Anexo III – Localização, descrição e justificação da recolha de dados

Quadro I – Número de inquéritos que se pretendia realizar e realizados a cada componente do sistema focal em estudo

Residentes		
Local de recolha (freguesia)	Nº teórico de inquéritos	Nº de inquéritos realizados
Mértola	10	12
Corte do Pinto	5	4
Santana de Cambas	5	5
Espírito Santo	5	5
S. João dos Caldeireiros	5	6
Alcaria Ruiva	5	-
Total	30	32
Visitantes		
Tipologia dos visitantes	Nº teórico de inquéritos	Nº de inquéritos realizados
“Turistas de Natureza”	10	23
“Turistas Culturais”	10	
“Turistas cinegéticos”	10	0
Total	30	23
Operadores Turísticos		
Tipologias de operadores	Nº teórico de inquéritos	Nº de inquéritos realizados
Restauração	10	8
Alojamento	10	6
Operadores de atividades	3	3
Total	23	17

Residentes

Tendo em conta os dados provisório dos censos 2011 da população das várias freguesias do Concelho de Mértola decidiu-se inquirir 10 residentes na freguesia de Mértola (freguesia com mais população) e 5 residentes em 4 das 5 freguesias seguintes: Alcaria Ruiva, Corte do Pinto, Espírito Santo, Santana de Cambas e S. João dos Caldeireiros (freguesias do concelho de Mértola que se encontram dentro do Parque). De acordo, também, com os dados provisórios dos censos, o número de homens e mulheres é muito semelhante dentro de cada uma das freguesias. Assim sendo, queria-se ter uma amostra em que metade fossem homens e metade mulheres, que abrangesse os vários sectores dos serviços: educação, saúde, câmara, etc. (principal empregador naquele concelho), trabalhadores ligados à agricultura, pescadores, reformados e desempregados. Uns a viver na vila ou proximidades e outros a viver isolados dos “centros urbanos”. Uns ligados aos recursos naturais, outros ligados ao turismo e outros completamente desligados de ambos. Tentou-se também abranger, proporcionalmente, vários escalões etários: dos 18-35 anos, dos 35-64 anos e + de 65 anos.

No terreno foi necessário adaptar o que se pretendia inicialmente à realidade, de modo a que as perceções recolhidas fossem, de facto, imagem o mais fiável possível desta. Exemplo disso foi a proporcionalidade de inquiridos nos vários escalões etários. Encontrar pessoas entre os 18 e os 35 anos foi bastante complicado, tendo que se alterar o pretendido, o que implicou que o número de inquiridos dentro deste escalão fosse muito reduzido em relação aos restantes.

O facto de a presidente de a junta de Freguesia de Alcaria Ruiva se encontrar com problemas de recursos humanos, motivados por problemas de saúde, inviabilizou a realização de inquéritos na mesma.

Assim, foram realizados 32 inquéritos a residentes distribuídos do seguinte modo:

- Residentes da freguesia de Mértola: 12 (7 homens e 5 mulheres);

Inquiridos: entre a 4^a classe e a licenciatura, entre os 26 e os 71 anos. Trabalhadores dos serviços públicos, privados e reformados ainda com atividades.

- Residentes de duas freguesias da Margem Esquerda do Guadiana:

Corte do Pinto: 4 pessoas (3 mulheres e 1 homem);

Santana de Cambas: 6 pessoas (6 homens);

Inquiridos: sem estudos até licenciados, com idades compreendidas entre os 29 e os 73 anos.

Empregados dos serviços públicos, dos serviços privados, reformados.

- Residentes de duas freguesias da Margem Direita do Guadiana:

S. João dos Caldeireiros: 5 pessoas (3 homens e 2 mulheres);

Espírito Santo: 5 pessoas (3 mulheres e 2 homens);

Inquiridos: com idades compreendidas entre os 32 e os 73. Entre sem estudos a um bacharelato. Empresários, agricultores, reformados, com várias profissões, trabalhadores dos serviços públicos e dos serviços privados.

A forma de escolher a amostra foi a seguinte: dentro da freguesia de Mértola pediu-se a pessoas conhecidas de várias faixas etárias e diferentes níveis de instrução que indicassem e ajudassem a contactar pessoas com as características pretendidas e, posteriormente, utilizou-se a “metodologia da Bola de Neve”. Nas restantes freguesias contactou-se as Juntas de Freguesia indicando a amostra pretendida, acabando estas por ajudarem a estabelecer a ligação entre o entrevistador e os inquiridos e utilizando, por vezes, também, a “metodologia da Bola de Neve”.

Visitantes

Inicialmente pretendia-se inquirir 30 visitantes, divididos em: 10 visitantes que praticassem atividades ligadas à natureza, 10 visitantes culturais e “10 turistas cinegéticos”. No entanto, tendo em conta a altura do ano em que foi realizado o trabalho de campo, finais de Junho, não foram encontrados “turistas cinegéticos” pois não se pode caçar nesta altura, de acordo com o calendário venatório. Assim como, apesar de muita procura, não foi possível inquirir *birdwatchers*, o que pode ter-se devido às elevadas temperaturas que se fizeram sentir nessas duas semanas (temperaturas quase sempre acima das 40 graus). Algo, que também apenas se verificou no “terreno” é que visitantes culturais e praticantes de atividades de natureza são, muitas vezes, os mesmos.

Deste modo, e tendo em conta as características da população a amostrar, optou-se por inquirir de forma aleatória visitantes em pontos estratégicos do Parque, sem ter muita preocupação quanto à “categoria” a que estes pertenciam.

Realizaram-se, assim, 23 inquéritos a visitantes, 12 portugueses e 11 estrangeiros. Estes foram inquiridos junto ao posto de turismo, castelo e mesquita, nas ruas da vila de Mértola, junto à praia da Tapada e Mina de S. Domingos, junto ao cais – local onde terminam os passeios de canoagem e no Pulo do Lobo. Ainda se tentou encontrar turistas nos caminhos pedestres, principalmente nos mais famosos para os *birdwatchers* e caminhantes, a uma hora propícia, 7h30 da manhã (informação fornecida pelo Posto de Turismo), tendo em conta os hábitos deste tipo de turistas assim como as temperaturas elevadas daquelas duas semanas (acima dos 40 °), mas sem sucesso.

Operadores Turísticos

Após levantamento dos alojamentos, restauração e empresas de atividade turística existentes no Parque e suas tipologias decidiu-se inquirir 10 dos 20 alojamentos existentes, 10 dos 19 restaurantes e todas as empresas de atividade turística com sede no Parque.

No entanto, no terreno, percebeu-se que alguns destes se encontravam fechados para férias, que muitos não tinham tempo ou não queriam responder ao inquérito e que existiam empresários detentores de mais do que um alojamento ou restaurante. Assim, com o início do trabalho de campo, e tendo em conta o que nos foi dito em inquéritos e conversas informais, acabou-se por decidir realizar 17 inquéritos a operadores turísticos (não esquecendo que representam mais do que isso devido à concentração de “poder” de alguns operadores), que se acredita que consigam abranger a diversidade local da oferta turística

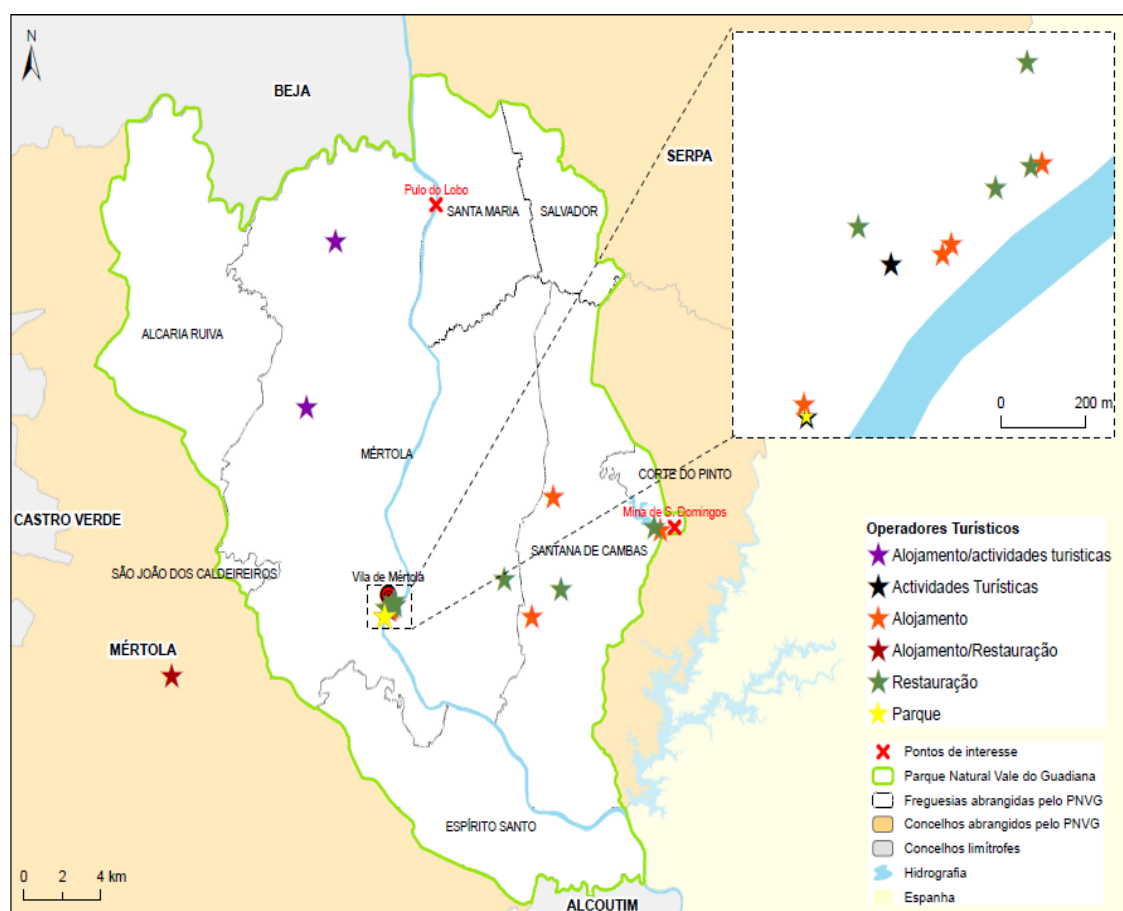


Figura I – Localização dos inquéritos realizados aos operadores turístico

Anexo IV – Mapa das zonas de caça

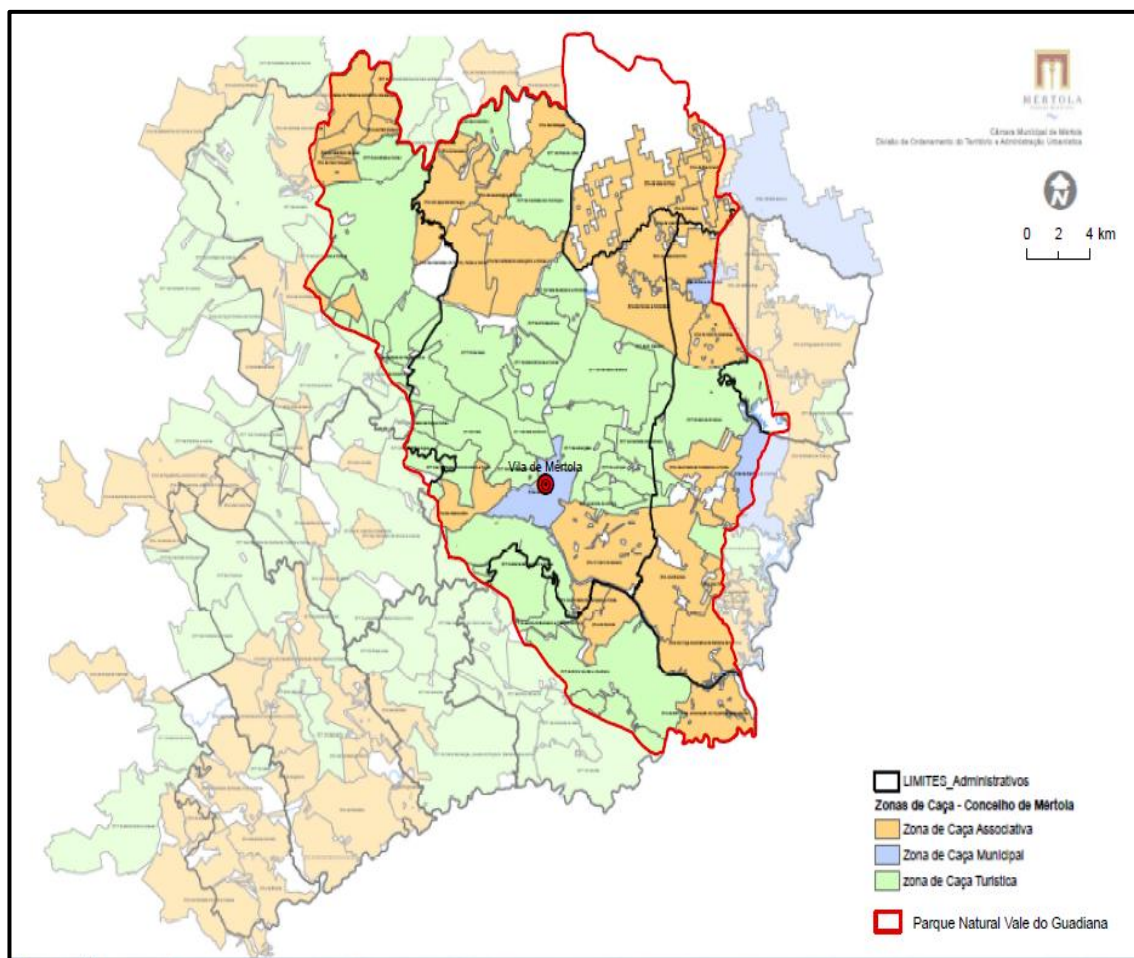


Figura I – Distribuição das zonas de caça associativa, turística e municipal no PNVG

Anexo V – Atividades económicas dos residentes do concelho de Mértola (2001 e 2011)

Quadro I – Atividades Económicas dos residentes em Mértola empregados em 2001 e em 2011 por CAE (Rev. 2), em número e em percentagem




	2001			2011				
Atividade económica	nº	%	Sectores (%)		nº	%	Sectores (%)	
Secção A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	507	18,5	18,9	Primário	364	15,1	15,3	Primário
Agricultura	272	9,9			213	8,8		
Produção Animal	80	2,9			62	2,6		
Produção Agrícola e Animal Associadas	89	3,2			47	1,9		
Atividades dos serviços relacionados com a agricultura e produção animal, exceto serviços de veterinária	4	0,1			1	0,0		
Caça, reprodução cinegética e atividades dos serviços relacionados	23	0,8			15	0,6		
Silvicultura, exploração florestal e atividades dos serviços relacionados	39	1,4			26	1,1		
Secção B – Pesca	10	0,4			5	0,2		
Secção C - Indústrias Extrativas	27	1,0	23,5	Secundário	48	2,0	20,9	Secundário
Secção D - Indústrias Transformadoras	183	6,7			140	5,8		
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	82	3,0			60	2,5		
Outros	101	3,7			80	3,3		
Secção E - Produção e Distribuição de Eletricidade, de Gás e de Água	11	0,4			27	1,1		
Secção F – Construção	423	15,4			290	12,0		
Secção G – Comércio por grosso e a retalho; Reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	340	12,4	57,6	Terciário	343	14,2	63,9	Terciário
Manutenção e Reparação de Veículos automóveis	44	1,6			38	1,6		
Agentes do comércio por grosso	13	0,5			33	1,4		
Comércio a retalho	228	8,3			228	9,5		
Outros	55	2,0			44	1,8		
Secção H - Alojamento e Restauração	157	5,7			195	8,1		
Estabelecimentos hoteleiros	30	1,1			48	2,0		
Parques de campismo ou outros alojamentos de curta duração	6	0,2			8	0,3		
Restaurantes	60	2,2			85	3,5		
Estabelecimentos de bebidas	52	1,9			44	1,8		
Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio (catering)	9	0,3			10	0,4		
Secção I - Transportes, Armazenagem e Comunicações	90	3,3			13	0,5		
Sector J - Atividades Financeiras	20	0,7			24	1,0		
Secção K - Atividade Imobiliária, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	59	2,2			94	3,9		
Secção L - Administração Pública Defesa e Segurança Social Obrigatória	469	17,1			415	17,2		
Secção M – Educação	127	4,6	164	6,8				
Secção N - Saúde e Ação Social	216	7,9	218	9,0				
Secção O - Outras atividades de serviços coletivos e pessoais	69	2,5	55	2,3				
Secção P - Famílias com empregados domésticos	33	1,2	20	0,8				
Total	2741	100	100	-	2411	100	100	-

Fonte: INE - Censos 2001 e 2011

Anexo VI – Calendários Venatório e de Observação de Aves em Mértola



Legenda

-  Época mais propícia para observação de aves
-  Calendário venatório para as espécies caçadas em Mértola
-  Prolongamento do calendário para a caça ao gamo e ao veado

Anexo VII – Relações entre as diferentes partes interessadas no turismo

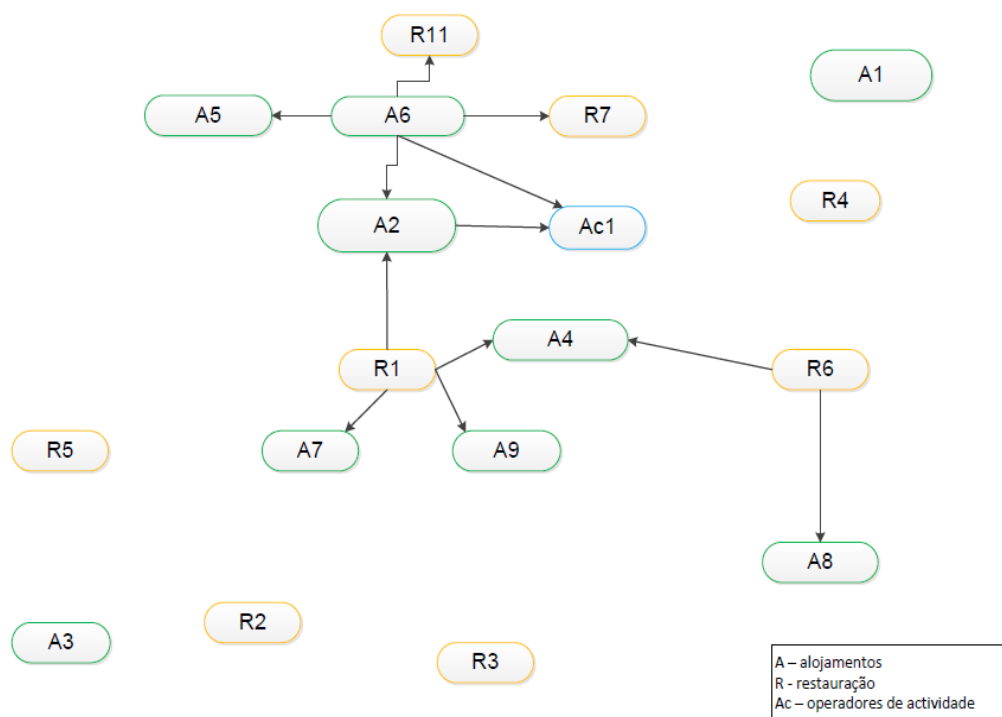


Figura I – Rede de parcerias entre os vários operadores turísticos (informação recolhida nos inquéritos)

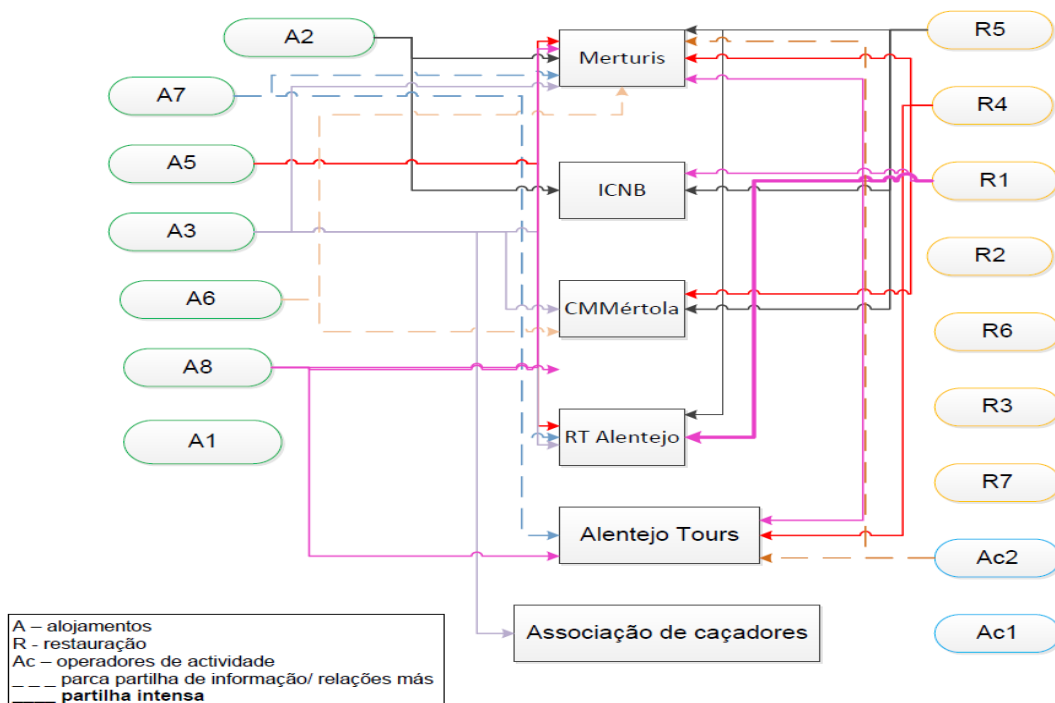


Figura II – Partilha de informação entre os vários componentes do sistema (informação recolhida nos inquéritos)